



## ÍNDICE

<b>01 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>3</b>
<b>02 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - DCASP .....</b>	<b>16</b>
<b>03 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS .....</b>	<b>32</b>
<b>04 – ASPECTOS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>42</b>
4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa .....	43
4.2. Créditos a Curto Prazo.....	44
4.3 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.....	47
4.4 Estoques.....	55
4.5 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente.....	56
4.6 Créditos a Longo Prazo .....	57
4.7 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo.....	61
4.8 Investimentos.....	65
4.9 Imobilizado.....	74
4.9.1 Bens Móveis .....	74
4.9.2 Bens Imóveis .....	75
4.10 Intangível .....	77
4.11 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.....	78
4.12 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo .....	79
4.13 Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo.....	80
4.14 Provisões a Curto Prazo .....	81
4.15 Demais Obrigações a Curto Prazo.....	82
4.16 Dívida Flutuante.....	85
4.17 Restos a Pagar .....	86
4.18 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo.....	94
4.19 Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo .....	95
4.20 Fornecedores a Longo Prazo.....	96
4.21 Provisões a Longo Prazo .....	97
4.22 Demais Obrigações a Longo Prazo.....	98
4.23 Resultado Diferido .....	100
4.24 Patrimônio Líquido .....	101
4.25 Ajustes de Exercícios Anteriores.....	103
4.25.1 Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos – Superávit e Déficit Acumulados...	104
4.25.2 Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista – Lucros ou Prejuízos Acumulados....	106



---

4.26 Resultado Patrimonial .....	106
4.27 Passivos Contingentes.....	111
4.28 – Análise dos Quocientes – Balanço Patrimonial .....	112
4.29 Análise dos Quocientes – Demonstração das Variações Patrimoniais.....	116
4.30 Resultado Orçamentário .....	117
4.31 Análise dos Quocientes – Balanço Orçamentário .....	119
4.32 Resultado da Execução Financeira.....	125
4.33 Análise dos Quocientes – Balanço Financeiro .....	127
4.34 Resultado dos Fluxos de Caixa.....	129
4.35 Análise dos Quocientes – Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	131
<b>05 – LEGISLAÇÃO BÁSICA.....</b>	<b>134</b>
<b>06 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>142</b>
<b>07 – LISTA DE TABELAS .....</b>	<b>144</b>
<b>08 – LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....</b>	<b>147</b>
<b>09 – ESTRUTURA DE BALANÇOS - GERAREL.....</b>	<b>151</b>



# 01 – Apresentação das Demonstrações Contábeis



A **Contadoria Geral do Estado – CGE, Órgão Central do Subsistema de Contabilidade do Controle Interno do Poder Executivo**, conforme definido no Decreto Estadual nº 43.463 de 14/02/2012, elabora e divulga a prestação de contas anual do Governador do Estado do Rio de Janeiro. Este Relatório Técnico (Volume 2) está estruturado de modo a apresentar sistematicamente as demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas do exercício de 2015.

Para a contabilização da execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social é utilizado o regime de caixa para as receitas orçamentárias e o regime de competência para as despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei 4.320/64, de forma integrada com os princípios contábeis estabelecidos pela Resolução Nº. 750, de 1993, do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, alterada pela Resolução CFC nº 1.282 de 28.05.2010, e com os normativos editados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, a fim de torná-las convergentes às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

### **Competência quanto ao Registro Contábil dos Atos e dos Fatos da Administração Pública**

A contabilidade pública está norteada por dispositivos que tratam do Controle Interno, tais como o disposto no art. 74 da Constituição da República Federativa do Brasil, no art. 129 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, nos artigos 76 ao 80 da Lei Federal nº 4.320/64 e no art. 202 da Lei Estadual nº 287/79.

O controle interno é exercido pelo conjunto de órgãos integrados, sob a forma de sistema, para exercer a fiscalização dos atos da administração direta e indireta, levando-se em conta os procedimentos desses controles estabelecidos pela Administração, a suficiência, a exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil e o ambiente de controle interno do órgão ou entidade. As suas atividades devem, portanto, ocorrer exclusivamente no âmbito da Administração Pública, ou seja, são inerentes ao poder de autotutela, que só pode ser desempenhado pelos Órgãos e entidades do Poder Executivo, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e Ministério Público.

Com a efetiva implementação do controle interno, a Administração Pública garante à sociedade instrumentos de transparência na gestão dos recursos públicos, sintonizado com o princípio de maior Accountability por parte dos gestores, cumprindo com os ditames de uma gestão fiscal responsável em atendimento às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Diariamente são registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM/RJ os atos e fatos de gestão das unidades gestoras do Estado, através dos documentos de Empenho (NE), Liquidação (DL), Pagamento (OB), Notas de Crédito (NC), Nota de lançamento (NL), que abrangem diversos tipos de contabilização tais como provisões, avaliações, constituição de reserva e outros, possibilitando à CGE fazer verificações dos dados contábeis a partir da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Nesse contexto, a estrutura Contábil do Estado do Rio de Janeiro está composta por 111 Unidades Gestoras, distribuída pelos seguintes tipos de Administração:

- \* 32 órgãos da Administração Direta, compreendendo os Poderes, as Secretarias, dentre outras Unidades Gestoras especiais;
- \* 21 Fundos;
- \* 17 Autarquias;
- \* 19 Fundações;
- \* 04 Empresas Públicas e
- \* 12 Sociedades de Economia Mista

Cabe mencionar também, que são evidenciados nas Demonstrações Contábeis, por meio da equivalência patrimonial, pelos valores de suas respectivas participações, 03 Empresas Não Dependentes (CEDAE, IO e AGE-RIO) e 03 Empresas em Liquidação (DIVERJ, CELF, BD-RIO).

Com base nos dados extraídos do sistema integrado de administração financeira para Estados e Municípios – SIAFEM/RJ são elaboradas as demonstrações contábeis consolidadas e por tipo de administração, que incluem além dos Órgãos e entidades do Poder Executivo, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público.

Esses demonstrativos são acompanhados de Notas Explicativas onde são informados os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de natureza patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Infere-se também, conforme art. 179 da Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, que Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro que “Todo o ato de



gestão orçamentária, financeira ou patrimonial deve ser realizado por força de **documento que comprove a operação e seu registro na contabilidade**, mediante classificação em conta adequada”. Tais documentos ficarão arquivados no órgão de contabilidade analítica, respectivo, e à disposição das autoridades responsáveis pelo acompanhamento administrativo e fiscalização financeira, bem assim dos agentes incumbidos do controle externo de competência do Tribunal de Contas do Estado.

Conforme descrito acima, a Contadoria-Geral do Estado - CGE é o Órgão Central do Subsistema de Contabilidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo. Dentre outras atribuições, compete à CGE coordenar e **normatizar os procedimentos contábeis** e atividades relacionadas ao controle interno que promovam o registro dos atos e fatos da **administração pública nos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta**, orientando tecnicamente as unidades setoriais do Subsistema de Contabilidade, supervisionando as atividades, para padronização, racionalização e controle das ações.

Ainda nesse contexto, é de sua competência elaborar, manter e aprimorar o **plano de contas único e a tabela de eventos a serem utilizados pelos órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social**; emitir pareceres e notas sobre assuntos de natureza técnica afetos à área contábil; fornecer aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual orientação e apoio técnico na aplicação de normas e na utilização de técnicas contábeis.

Quanto às Coordenadorias Setoriais de Contabilidade – COSEC e demais órgãos de contabilidade ou equivalente na administração indireta, compete dentre outros:

- Realizar o registro contábil dos atos e dos fatos que afetam o patrimônio das entidades do setor público, respaldado por documentos que comprovem a operação e seu registro na contabilidade, mediante classificação em conta adequada, visando à salvaguarda dos bens e à verificação da exatidão e regularidade das contas;
- Realizar o registro contábil da liquidação da despesa no sistema eletrônico de contabilidade;
- Promover análise e acompanhamento das contas analíticas garantindo seu registro com individualização do devedor ou do credor, quanto à especificação da natureza, importância e data do vencimento;



- Observar as instruções baixadas pela Contadoria Geral do Estado quanto à aplicação do Plano de Contas Único, Tabela de Eventos, Rotinas Contábeis e os Manuais de Procedimentos;

Desta forma, observa-se que as atribuições da CGE e das COSEC's são bastante distintas. Enquanto a CGE tem competências de caráter orientador e controlador das atividades contábeis, as COSEC's tem por competência a execução dessas atividades.

Este volume inclui as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), apresentadas de forma consolidada, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, 6ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 700 de 10 de Dezembro de 2014; as demonstrações que estão enumeradas na Lei nº 4.320/64, com as estruturas alteradas através da Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012; e as demonstrações exigidas pela NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis. São elas:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e;
- Notas Explicativas.

Com advento do MCASP 6ª edição, alguns demonstrativos sofreram alterações em suas estruturas, tais como:

- No Balanço Patrimonial os quadros “Ativo e Passivos Financeiros e Permanentes” e o “Contas de Compensação” passaram a ser destacados. Já o quadro do “Superávit/Déficit Financeiro” passou a ser apresentado de forma comparativa, sem a classificação das Fontes de Recursos “Ordinárias e Vinculadas”;
- Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os fluxos das “Atividades Operacionais” foram sintetizados e desmembrados em anexos próprios;
- Na Demonstração das Variações Patrimoniais, o Quadro das Variações Qualitativas passou a ser facultativo;
- No Balanço Orçamentário as receitas passaram a ser apresentadas somente até Origem.



Na Conta de Gestão do Exercício de 2015, as transações INTRA-OFSS foram eliminadas parcialmente das demonstrações consolidadas, devido à dificuldade na compatibilização as transações recíprocas entre os diversos órgãos estaduais. Com vistas a viabilizar este processo, o PCASP especifica o 5º nível de codificação das contas como identificador de transações INTRA-OFSS, melhor descrito no item “o” das Principais Práticas Contábeis deste Volume.

Em 2015, a Contadoria Geral do Estado obteve significativa evolução neste sentido, tendo em vista a expansão e aperfeiçoamento das análises das contas intragovernamentais, num esforço de atender o que descreve o MCASP e a Determinação do TCE. Neste ano, acrescentamos a exposição dos saldos intragovernamentais que foram eliminados, a ser apreciado no item “p” das Principais Práticas Contábeis, deste Volume.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, o Balanço Orçamentário é a única Demonstração Contábil em que não há exclusões INTRA-OFSS para fins de consolidação, pois o mesmo reflete as autorizações legislativas para execução de dispêndios, além da previsão das receitas necessárias ao seu financiamento, e estas autorizações devem constar pelos seus valores brutos.

De forma a fornecer maiores informações, são apresentados no Volume 4 os demais Demonstrativos Contábeis e Relatórios Gerenciais, tais como: os anexos da Lei nº 4.320/64, Demonstrativos do Estoque da Dívida Ativa, Outorgas de Concessão, Execução de Restos a Pagar, Precatórios e Resultados Orçamentário e Primário.

Ainda neste sentido, foram elaborados no Volume 3 os Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas onde são abordados os aspectos mais relevantes, complementares ou suplementares aos não evidenciados nos demonstrativos contábeis por “Tipo de Administração”.

As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas deste volume estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais.

Acrescenta-se ao final do presente volume a “Estrutura de Balanços - GERAREL”, que apresenta os títulos e equações que contêm as contas contábeis exigidas para cada item do balanço.

Para um maior entendimento das Demonstrações Contábeis, a seguir são apresentados conceitos constantes nas legislações citadas acima:





**Balço Patrimonial** – Demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

**Ativo** – Compreende os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade ou potencial de serviços.

**Ativo Circulante** – Que seja caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; que tiverem a expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.

**Ativo Não Circulante** – Compreende os ativos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado, intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

**Passivo** – Compreendem as obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

**Passivo Circulante** – Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenção em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

**Passivo Não Circulante** – Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante, sendo exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis

**Patrimônio Líquido** – Compreende o valor residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

**Superávit/ Déficit Financeiro** – Corresponde à diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. Para fins de abertura de crédito adicional, devem-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais



transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 2º do artigo 43 da Lei nº 4.320/1964.

**Ativo Financeiro** - Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

**Ativo Permanente** – Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

**Passivo Financeiro** – Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

**Passivo Permanente** – Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

**Patrimônio Social e Capital Social** - Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

**Reservas de Capital** - Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

**Ajustes de Avaliação Patrimonial** - Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

**Reservas de Lucros** - Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido, para finalidades específicas.

**Demais Reservas** - Compreende as reservas não classificadas como de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.



**Resultados Acumulados** - Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos das empresas, e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

**Participação de não Controladores** - Compreende a parte do patrimônio líquido da controlada não atribuível, direta ou indiretamente, à controladora.

**Contas de Compensação** – São contas representativas dos atos que possam vir a afetar o patrimônio, compreendendo as compensações do ativo e do passivo, ou seja, são contas relacionadas às situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, exclusive as que dizem respeito a atos e fatos ligados à execução orçamentária e financeira e as contas com função precípua de controle.

**Demonstração das Variações Patrimoniais** – Demonstração que evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

**Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido** – A DMPL evidencia a movimentação havida em cada componente do Patrimônio Líquido. Dentre as mutações, podemos citar:

- a) os ajustes de exercícios anteriores;
- b) as transações de capital com os sócios, por exemplo: o aumento de capital, a aquisição ou venda de ações em tesouraria e os juros sobre capital próprio;
- c) o superávit ou déficit patrimonial;
- d) a destinação do resultado, por exemplo: transferências para reservas e a distribuição de dividendos;
- e) outras mutações do patrimônio líquido.

Alterações no patrimônio líquido de uma entidade entre as datas de duas demonstrações financeiras consecutivas refletem o aumento ou diminuição da riqueza durante o período.

**Balanço Orçamentário** – Demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e o resultado orçamentário apurado no exercício.

Adicionalmente ao Balanço Orçamentário, são incluídos dois quadros demonstrativos de execução de restos a pagar, um relativo aos restos a pagar não processados, outro relativo aos restos a pagar processados, de modo a propiciar uma análise da execução orçamentária do exercício em conjunto com a execução dos restos a pagar.



**Balço Financeiro** – Demonstrar a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentárias, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

**Demonstração dos Fluxos de Caixa** – Tem por finalidade apresentar informações sobre os fluxos das transações e eventos que afetaram o caixa do Governo do Estado ao longo de um determinado período, de forma organizada e estruturada por atividades, permitindo melhor compreensão da articulação entre as diversas demonstrações financeiras. Por meio desta demonstração é possível avaliar as alternativas de investimentos e as razões que provocaram as mudanças da situação financeira do governo, as formas de aplicação do resultado superavitário gerado pelas operações e até mesmo os motivos de eventuais déficits. A Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser elaborada preferencialmente pelo método direto e evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos:

- a) das operações;
- b) dos investimentos; e
- c) dos financiamentos.

O Fluxo de Caixa das Operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimentos ou financiamentos.

O Fluxo de Caixa dos Investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

O Fluxo de Caixa dos Financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

**Notas Explicativas** – São consideradas parte integrante das demonstrações contábeis. As informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes no corpo das demonstrações contábeis. As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de



desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativos contendo análises verticais, horizontais e percentuais.

De acordo com a Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, que dispõe sobre os novos prazos - limite obrigatórios relativos à implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais na União, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios brasileiros em continuidade ao processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público aos padrões internacionais, estabelece que os entes da federação deverão evidenciar em notas explicativas, o estágio de adequação ao PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais).

Em atendimento à referida Portaria, segue o Cronograma dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais do Estado do Rio de Janeiro:



CRONOGRAMA DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (CRESCENTE) - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PCP	Preparação de sistemas e outras providências de implantação	Obrigatoriedade dos registros contábeis	Verificação pelo Siconfi	Estágio Atual de Implantação no Estado do Rio de Janeiro*
De acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes	(até)	(a partir de)	(a partir de)	Status
Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Imediato	2016 (Dados de 2015)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	31/12/2015	01/01/2016	2017 (Dados de 2016)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	31/12/2016	01/01/2017	2018 (Dados de 2017)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	31/12/2016	01/01/2017	2018 (Dados de 2017)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Em implantação
Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP)	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)	Não iniciado

LEGENDA:

**Implantado** – O procedimento encontra-se adotado e alinhado às regras estabelecidas nas NBC T SP e do MCASP vigentes.

**Em implantação** – Estudos estão sendo elaborados ou foram realizados e estão em processo de operacionalização.

**Não iniciado** – Estudos ainda serão iniciados.



Cabe destacar que o Estado do Rio de Janeiro tem se empenhado na implementação das alterações introduzidas na Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

A equipe CGE fica a disposição de todos para prestar os esclarecimentos necessários para uma melhor compreensão dos resultados alcançados pelo Estado do Rio de Janeiro no exercício de 2015.



# **02 – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP**





**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL**  
ANEXO 14 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)  
Valores em 31/12/2015 e 31/12/2014

ATIVO					PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ESPECIFICAÇÃO	Notas	2015	2014	AH (%)	ESPECIFICAÇÃO	Notas	2015	2014	AH (%)
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>					<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>				
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.1	7.795.425	8.938.830	(12,79)	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	4.11	3.870.269	1.641.237	135,81
Créditos a Curto Prazo	4.2	2.994.846	2.000.074	49,74	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	4.12	3.664.255	2.544.722	43,99
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	4.3	5.800.989	6.799.047	(14,68)	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.13	4.536.094	2.417.935	87,60
Estoques	4.4	814.360	714.246	14,02	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		115.324	125.804	(8,33)
VPD Pagas Antecipadamente	4.5	6.406	107.618	(94,05)	Provisões a Curto Prazo	4.14	222.832	199.570	11,66
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>17.412.026</b>	<b>18.559.815</b>	<b>(6,18)</b>	Demais Obrigações a Curto Prazo	4.15	6.252.698	5.782.567	8,13
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>					<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>				
Realizável a Longo Prazo		49.644.024	76.077.602	(34,75)	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP	4.18	1.222.890	595.676	105,29
Créditos a Longo Prazo	4.6	18.933.984	19.847.748	(4,60)	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	4.19	104.061.021	87.051.464	19,54
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	4.7	30.653.641	56.173.455	(45,43)	Fornecedores a Longo Prazo	4.20	532.959	502.849	5,99
Estoques		56.399	56.399	-	Provisões a Longo Prazo	4.21	35.286.875	177.985.024	(80,17)
Investimentos	4.8	11.317.511	8.987.066	25,93	Demais Obrigações a Longo Prazo	4.22	10.685.775	4.157.259	157,04
Participações Permanentes		6.332.624	5.430.671	16,61	Resultado Diferido	4.23	9.279.323	6.335.766	46,46
Propriedades para Investimento		1.985.652	1.984.872	0,04	<b>Total do Passivo Não-Circulante</b>		<b>161.068.844</b>	<b>276.628.039</b>	<b>(41,77)</b>
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		366.077	271.472	34,85	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Demais Investimentos Permanentes		2.633.158	1.300.052	102,54	Patrimônio Social e Capital Social	4.24	(34.333.213)	(34.333.679)	-
Imobilizado	4.9	25.650.008	21.388.009	19,93	Reservas de Capital		3.140	3.140	-
Bens Móveis	4.9.1	4.613.872	4.283.924	7,70	Ajustes de Avaliação Patrimonial		3.927.321	4.079.851	(3,74)
Bens Imóveis	4.9.2	21.036.136	17.104.084	22,99	Reservas de Lucros		11.359	10.399	9,23
Intangível	4.10	37.356	17.477	113,74	Demais Reservas		46.773	48.476	(3,51)
Soft wares		31.626	13.834	128,62	Resultados Acumulados		(45.415.963)	(134.273.048)	(66,18)
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		5.730	3.644	57,27	Resultado do Exercício		(28.320.893)	(33.534.463)	(15,55)
<b>Total do Ativo Não-Circulante</b>		<b>86.648.899</b>	<b>106.470.154</b>	<b>(18,62)</b>	Constituição de Reserva Legal		(453)	(60)	648,91
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>104.060.925</b>	<b>125.029.969</b>	<b>(16,77)</b>	Dividendos		(2.151)	(287)	648,91
					Resultados de Exercícios Anteriores		(133.385.410)	(95.356.929)	39,88
					Ajustes de Exercícios Anteriores	4.25	116.292.943	(5.381.308)	(2.261,05)
					Participação de Não Controladores		91.192	154.954	(41,15)
					<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>(75.669.392)</b>	<b>(164.309.906)</b>	<b>(53,95)</b>
					<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>104.060.925</b>	<b>125.029.969</b>	<b>(16,77)</b>

Fonte: SIAFEM/RJ

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)**

Valores em 31/12/2015 e 31/12/2014

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	2015	2014	AH(%)
<b>ATIVO (I)</b>				
ATIVO FINANCEIRO		7.795.425	8.938.830	<b>(12,79)</b>
ATIVO PERMANENTE		96.265.499	116.091.138	<b>(17,08)</b>
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>104.060.925</b>	<b>125.029.969</b>	<b>(16,77)</b>
<b>PASSIVO (II)</b>				
PASSIVO FINANCEIRO	4.15	8.109.076	5.057.681	<b>60,33</b>
PASSIVO PERMANENTE		171.969.695	284.656.278	<b>(39,59)</b>
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>180.078.771</b>	<b>289.713.958</b>	<b>(37,84)</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL (I-II)</b>		<b>(76.017.847)</b>	<b>(164.683.990)</b>	<b>(53,84)</b>

Fonte: SIAFEM/RJ

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.




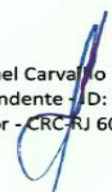
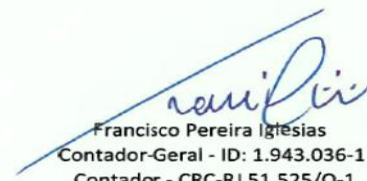
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)  
Valores em 31/12/2015 e 31/12/2014

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	2015	2014	AH(%)
<b>ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>				
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		15.274.678	14.435.435	5,81
Direitos Contratuais		233.907	166.863	40,18
<b>Total dos Atos Potenciais Ativos</b>		<b>15.508.585</b>	<b>14.602.298</b>	<b>6,21</b>
<b>ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>				
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		10.603.058	9.498.404	11,63
Obrigações contratuais		71.469.310	41.514.375	72,16
<b>Total dos Atos Potenciais Passivos</b>		<b>82.072.368</b>	<b>51.012.779</b>	<b>60,89</b>

Fonte: SIAFEMRJ

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

 Celso de Brito Borba Coordenador - ID: 2.071.568-4 Contador - CRC-RJ-74.698/O-4	 Leonel Carvalho Pereira Superintendente - ID: 1.943.117-1 Contador - CRC-RJ 60.449/O-7	 Francisco Pereira Iglesias Contador-Geral - ID: 1.943.036-1 Contador - CRC-RJ 51.525/O-1
---	---	---



QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Mil

FONTES DE RECURSOS		NOTA	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
			2015	2014
<b>ORDINÁRIA</b>			<b>(3.066.533)</b>	<b>617.514</b>
00	Ordinários Provenientes de Impostos		(1.526.340)	(886.501)
01	Ordinários Não Provenientes de Impostos		(3.630.074)	(385.268)
06	Fundo de Participação dos Estados		(1.951)	(4.537)
07	Demais Transferências da União Provenientes de Impostos		(52.970)	(1.645)
10	Arrecadação Própria - Administração Indireta		1.546.428	1.501.268
81	Recursos Extra-Orçamentários - DDO		371	3.423
82	Recursos Extra-Orçamentários - Credores e Entidades		2.793	1.960
98	Outras Receitas da Administração Indireta		7.721	10.618
99	Outras Receitas da Administração Direta		587.490	378.196
89	Ingresso a classificar		0	-
<b>VINCULADA</b>			<b>2.752.882</b>	<b>3.263.636</b>
04	Indenização pela Extração do Petróleo		(171.852)	76.320
05	Salário Educação		3.142	(630)
11	Operações de Crédito Através do Tesouro		1.641.676	2.021.244
12	Convênios - Administração Direta		172.781	192.372
13	Convênios - Administração Indireta		78.279	104.670
14	Convênios PAC - Administração Direta		314.065	188.078
15	FUNDEB		64.048	605
16	Convênios PAC - Administração Indireta		1.375	5.474
17	Operações de Crédito Através da Adm. Indireta		15	15
18	Convênios Intraorçamentários - Administração Direta		64.887	80.078
19	Convênios Intraorçamentários - Administração Indireta		8.327	9.898
20	Ressarcimento de Pessoal - Área de Segurança		59.688	53.346
21	Op. de Crédito destinadas à Ações M. Ambiente		(9.850)	43.154
22	Adicional do ICMS - FECF		(40.208)	(70.013)
23	Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde		(56.861)	3.983
24	Transferências Voluntárias da União não Referentes a Convênios		21.491	27.846
25	Sistema Único de Saúde - SUS		80.118	129.567
26	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		223	1.494
90	Fundo de Depósitos Judiciais - Lei 11.429/06		45.990	43.809
91	Depósitos Judiciais não Trib. - LC 147/2013		390.613	302.372
95	Retorno de Empréstimos do Prog. de Fomento Agrop. e Tecnológico		3.477	2.936
96	Multa pela Infração do Código de Defesa do Consumidor		41.116	26.180
97	Conservação Ambiental		40.343	20.837
<b>TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS</b>			<b>(313.651)</b>	<b>3.881.149</b>



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL

ANEXO 15 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)

Valores em 31/12/2015 e 31/12/2014

R\$ Mil

QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	Nota	2015	2014
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>			
<b><u>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</u></b>			
Impostos		42.520.579	43.907.823
Taxas		2.275.306	2.212.587
		<b>44.795.885</b>	<b>46.120.410</b>
<b><u>Contribuições</u></b>			
Contribuições Sociais		1.956.902	1.875.820
		<b>1.956.902</b>	<b>1.875.820</b>
<b><u>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</u></b>			
Venda de Produtos		162.536	199.247
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		2.721.317	5.226.658
		<b>2.883.853</b>	<b>5.425.905</b>
<b><u>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</u></b>			
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		5.965	7.435
Juros e Encargos de Mora		780.604	645.816
Variações Monetárias e Cambiais		7.748.376	14.234.159
Descontos Financeiros Obtidos		3.960	4.376
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		775.478	856.085
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras		57	5.353.769
		<b>9.314.440</b>	<b>21.101.640</b>
<b><u>Transferências e Delegações Recebidas</u></b>			
Transferências Intragovernamentais		17.410	9.794
Transferências Intergovernamentais		6.166.585	3.885.895
Transferências das Instituições Privadas		34.936	33.110
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	2.605.799
Transferências do Exterior		21	32
Transferências de Pessoas Físicas		14.350	17.092
		<b>6.233.302</b>	<b>6.551.723</b>
<b><u>Valorização e Ganhos Com Ativos</u></b>			
Reavaliação de Ativos		1.986.554	978.041
Ganhos com Alienação		1.298	24.958
Ganhos com Incorporação de Ativos		15.772	3.339
Reversão de Redução a Valor Recuperável		21.177	45.706
		<b>2.024.801</b>	<b>1.052.043</b>
<b><u>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</u></b>			
Resultado Positivo de Participações		60.008	0
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		72.188.727	52.844.597
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		5.527.766	5.775.527
		<b>77.776.502</b>	<b>58.620.125</b>
<b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)</b>		<b>144.985.685</b>	<b>140.747.666</b>



<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		
<b><u>Pessoal e Encargos</u></b>		
Remuneração a Pessoal	15.311.889	13.977.964
Encargos Patronais	381.655	361.560
Benefícios a Pessoal	3.236.084	3.266.800
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	402.711	693.379
	<b>19.332.339</b>	<b>18.299.703</b>
<b><u>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</u></b>		
Aposentadorias e Reformas	11.410.336	10.061.855
Pensões	3.596.716	3.134.328
Políticas Públicas de Transferência de Renda	278.291	321.140
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	450.873	419.168
	<b>15.736.216</b>	<b>13.936.491</b>
<b><u>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</u></b>		
Uso de Material de Consumo	729.116	1.194.094
Serviços	8.625.406	10.222.333
Depreciação, Amortização de Exaustão	133.883	134.396
Custo de Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	17.706
	<b>9.488.406</b>	<b>11.568.529</b>
<b><u>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</u></b>		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	3.831.446	3.230.296
Juros e Encargos de Mora	78.671	14.222
Variações Monetárias e Cambiais	49.468.864	36.107.799
Descontos Financeiros Concedidos	360	377
	<b>53.379.341</b>	<b>39.352.693</b>
<b><u>Transferências e Delegações Concedidas</u></b>		
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	16.015.066	15.906.802
Transferências a Instituições Privadas	41.919	29.741
Transferências a Consórcios Públicos	-	84
	<b>16.056.985</b>	<b>15.936.627</b>
<b><u>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</u></b>		
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	1.901.285	37.984.342
Perdas com Alienação	2.277	866
Perdas Involuntárias	56.903	62.612
	<b>1.960.465</b>	<b>38.047.820</b>
<b><u>Tributárias</u></b>		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	626.623	582.974
Contribuições	826.375	813.311
	<b>1.452.998</b>	<b>1.396.284</b>
<b><u>Custo Mercad.e Prod. Vend. e Serv. Prestados</u></b>		
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	26.245	-
Custo de Produtos Vendidos - CPV	3.135	-
	<b>29.380</b>	<b>-</b>
<b><u>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</u></b>		
Premiações	102.754	4.616
Incentivos	128.421	186.002
VPD de Constituição de Provisões	45.931.625	28.865.503
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	9.707.650	6.687.860
	<b>55.870.450</b>	<b>35.743.981</b>
<b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</b>	<b>173.306.578</b>	<b>174.282.129</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)</b>	<b>(28.320.893)</b>	<b>(33.534.463)</b>

Fonte: SIAFEM/RJ



Celso de Brito Borba  
Coordenador - ID: 2.071.568-4  
Contador - CRC-RJ-74.698/O-4

Leonel Carvalho Pereira  
Superintendente - ID: 1.943.117-1  
Contador - CRC-RJ 60.449/O-7

Francisco Pereira Iglesias  
Contador-Geral - ID: 1.943.036-1  
Contador - CRC-RJ 51.525/O-1



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO GERAL

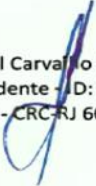
ANEXO 19 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)  
Valores em 31/12/2015 e 31/12/2014


RS Mil

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social / Capital Social	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Participação de não Controladores	Total
<b>Saldo Inicial Exercício Anterior</b>	<b>(34.333.679)</b>	<b>3.140</b>	<b>-</b>	<b>10.590</b>	<b>412</b>	<b>(95.590.650)</b>	<b>171.598</b>	<b>(129.738.590)</b>
Transferência de Superávit / Déficit Acumulado para Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	98	-	98
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Imóveis	-	-	(97)	-	-	97	-	-
Reavaliação de Imóveis	-	-	-	-	(12)	12	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	(5.381.308)	-	(5.381.308)
Aumento de Capital	5.262,36	-	-	(267)	-	(3.726)	-	1.269
Redução de Capital	(232)	-	-	-	-	-	-	(232)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	(33.534.463)	-	(33.534.463)
Absorção de Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	(118)	118	-	-
Destinação de 5% Reserva Legal	-	-	-	60	-	(60)	-	-
Dividendos a Distribuir	-	-	-	-	-	(287)	-	(287)
Ajuste do Patrimônio Líquido das Sociedades Consolidadas	(5.031)	-	4.079.948	16	48.194	237.123	-	4.360.250
Ajuste Participação dos não Controladores	-	-	-	-	-	-	(16.644)	(16.644)
<b>Saldo Final Exercício Anterior</b>	<b>(34.333.679)</b>	<b>3.140</b>	<b>4.079.851</b>	<b>10.398</b>	<b>48.476</b>	<b>(134.273.047)</b>	<b>154.954</b>	<b>(164.309.906)</b>
Transferência Saldo Patrimonial - Patrimônio Social/ Capital Social	466	-	-	-	-	(466)	-	-
Transferência de Reservas de Capital para Capital Social Subscrito	11.501	(11.501)	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Imóveis	-	-	(97)	-	-	97	-	-
Reavaliação de Imóveis	-	-	-	-	(12)	12	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	116.292.943	-	116.292.943
Aumento de Capital	2.128	-	-	507	-	(2.348)	-	287
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	(28.320.893)	-	(28.320.893)
Absorção de Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	(1.692)	1.692	-	-
Destinação de 5% Reserva Legal	-	-	-	453	-	(453)	-	-
Dividendos a Distribuir	-	-	-	-	-	(2.151)	-	(2.151)
Ajuste do Patrimônio Líquido das Sociedades Consolidadas	(13.630)	11.501	(152.433)	-	0	888.652	-	734.090
Ajuste Participação dos não Controladores	-	-	-	-	-	-	(63.762)	(63.762)
<b>Saldo Final Exercício Atual</b>	<b>(34.333.213)</b>	<b>3.140</b>	<b>3.927.321</b>	<b>11.359</b>	<b>46.773</b>	<b>(45.415.963)</b>	<b>91.192</b>	<b>(75.669.392)</b>

Fonte: SIAFERJ

  
Celso de Brito Borba  
Coordenador - ID: 2.071.568-4  
Contador - CRC-RJ-74.698/O-4

  
Leonel Carvalho Pereira  
Superintendente - ID: 1.943.117-1  
Contador - CRC-RJ 60.449/O-7

  
Francisco Pereira Iglesias  
Contador-Geral - ID: 1.943.036-1  
Contador - CRC-RJ 51.525/O-1



**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL**  
ANEXO 12 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)  
Valores em 31/12/2015

R\$ Mil

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>69.571.195</b>	<b>69.991.695</b>	<b>54.883.380</b>	<b>(15.108.315)</b>
Receita Tributária	43.394.200	40.514.622	29.071.688	(11.442.933)
Receita de Contribuições	4.834.177	5.815.282	4.760.744	(1.054.538)
Receita Patrimonial	10.491.941	11.859.512	4.415.127	(7.444.385)
Receita Agropecuária	480	480	52	(428)
Receita Industrial	198.420	198.420	128.154	(70.266)
Receita de Serviços	1.097.729	1.133.810	639.971	(493.839)
Transferências Correntes	6.916.448	6.913.323	5.437.041	(1.476.282)
Outras Receitas Correntes	2.637.800	3.556.246	10.430.603	6.874.357
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>13.232.825</b>	<b>14.732.801</b>	<b>6.770.786</b>	<b>(7.962.015)</b>
Operações de Crédito	6.143.200	6.586.068	4.994.873	(1.591.195)
Alienação de Bens	3.201.076	4.231.221	1.084.012	(3.147.209)
Amortizações de Empréstimos	246.668	271.496	311.302	39.806
Transferências de Capital	3.641.782	3.643.916	380.599	(3.263.317)
Outras Receitas de Capital	100	100	-	(100)
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EX. ANT. (III)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I+II+III)</b>	<b>82.804.020</b>	<b>84.724.496</b>	<b>61.654.166</b>	<b>(23.070.330)</b>
<b>REFINANCIAMENTO (V)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)</b>	<b>82.804.020</b>	<b>84.724.496</b>	<b>61.654.166</b>	<b>(23.070.330)</b>
<b>DÉFICIT (VII)</b>	<b>-</b>	<b>2.655.268</b>	<b>4.323.869</b>	<b>1.668.601</b>
<b>TOTAL (VIII) = (VI + VII)</b>	<b>82.804.020</b>	<b>87.379.764</b>	<b>65.978.035</b>	<b>(21.401.729)</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para Créditos Adicionais)</b>	<b>-</b>	<b>2.657.926</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Superávit Financeiro	-	2.657.926	-	-


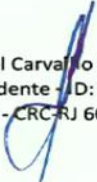





**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL**  
ANEXO 12 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)  
Valores em 31/12/2015

R\$ Mi

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
<b>DESPESAS CORRENTES (IX)</b>	<b>67.728.150</b>	<b>70.233.482</b>	<b>55.782.283</b>	<b>55.496.297</b>	<b>50.699.442</b>	<b>14.451.198</b>
Pessoal e Encargos Sociais	22.491.660	23.382.562	22.132.163	22.112.693	20.678.310	1.250.399
Juros e Encargos da Dívida	3.243.293	4.347.962	3.834.759	3.834.759	3.688.604	513.203
Outras Despesas Correntes	41.993.197	42.502.959	29.815.362	29.548.845	26.332.529	12.687.597
<b>DESPESAS DE CAPITAL (X)</b>	<b>15.072.912</b>	<b>17.145.982</b>	<b>10.195.751</b>	<b>10.135.068</b>	<b>9.212.589</b>	<b>6.950.231</b>
Investimentos	11.090.264	12.735.532	6.701.739	6.644.043	5.870.950	6.033.793
Inversões Financeiras	192.698	106.859	43.299	40.312	30.581	63.560
Amortização da Dívida	3.789.950	4.303.591	3.450.713	3.450.713	3.311.058	852.878
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)</b>	<b>300</b>	<b>300</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>300</b>
<b>RESERVA DO RPPS (XII)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX+X+XI+XII)</b>	<b>82.801.362</b>	<b>87.379.764</b>	<b>65.978.035</b>	<b>65.631.365</b>	<b>59.912.031</b>	<b>21.401.729</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)</b>	<b>82.801.362</b>	<b>87.379.764</b>	<b>65.978.035</b>	<b>65.631.365</b>	<b>59.912.031</b>	<b>21.401.729</b>
<b>SUPERÁVIT (XVI)</b>	<b>2.658</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL (XVII) = (XV+XVI)</b>	<b>82.804.020</b>	<b>87.379.764</b>	<b>65.978.035</b>	<b>65.631.365</b>	<b>59.912.031</b>	<b>21.401.729</b>

 Celso de Brito Borba Coordenador - ID: 2.071.568-4 Contador - CRC-RJ-74.698/O-4	 Leonel Carvalho Pereira Superintendente - ID: 1.943.117-1 Contador - CRC-RJ 60.449/O-7	 Francisco Pereira Iglesias Contador-Geral - ID: 1.943.036-1 Contador - CRC-RJ 51.525/O-1
--	---	---



**QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)  
Valores em 31/12/2015

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2014 (b)				
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	<b>321.197</b>	<b>159.508</b>	<b>152.855</b>	<b>160.701</b>	<b>988</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	50.239	11.337	11.317	38.903	-
Outras Despesas Correntes	-	270.958	148.171	141.537	121.799	988
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	<b>52.886</b>	<b>14.722</b>	<b>14.455</b>	<b>37.367</b>	<b>796</b>
Investimentos	-	51.353	14.722	14.455	35.834	796
Inversões Financeiras	-	1.533	-	-	1.533	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>374.083</b>	<b>174.230</b>	<b>167.310</b>	<b>198.068</b>	<b>1.785</b>

Fonte: SIG/RJ

**QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS**  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)  
Valores em 31/12/2015

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	Inscritos		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2014 (b)			
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>214.641</b>	<b>2.371.097</b>	<b>2.226.510</b>	<b>71.785</b>	<b>287.444</b>
Pessoal e Encargos Sociais	52.901	927.532	912.000	30.702	37.732
Outras Despesas Correntes	161.740	1.443.565	1.314.510	41.083	249.712
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>20.979</b>	<b>557.439</b>	<b>551.135</b>	<b>12.908</b>	<b>14.375</b>
Investimentos	17.721	547.881	539.495	12.258	13.849
Inversões Financeiras	3.258	9.558	11.640	650	527
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>235.620</b>	<b>2.928.537</b>	<b>2.777.645</b>	<b>84.693</b>	<b>301.819</b>

Fonte: SIG/RJ



**BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO GERAL**  
ANEXO 13 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)  
Valores em 31/12/2015 e 31/12/2014

				R\$ Mil	
INGRESSOS		DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	<b>61.654.166</b>	<b>75.790.988</b>	<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>	<b>65.978.035</b>	<b>75.704.294</b>
<b>Ordinária</b>	<b>45.955.559</b>	<b>54.736.065</b>	<b>Ordinária</b>	<b>50.048.908</b>	<b>55.777.638</b>
Ordinários Provenientes de Impostos	24.502.655	33.086.185	Ordinários Provenientes de Impostos	25.180.562	33.330.709
Ordinários Não Provenientes de Impostos	2.421.187	1.603.100	Ordinários Não Provenientes de Impostos	5.650.583	2.166.537
Fundo de Participação dos Estados	933.512	887.382	Fundo de Participação dos Estados	930.927	946.132
Demais Transferências da União Provenientes de Impostos	501.305	765.604	Demais Transferências da União Provenientes de Impostos	552.630	893.664
Arrecadação Própria - Administração Indireta	16.845.240	17.728.813	Arrecadação Própria - Administração Indireta	17.150.340	17.648.636
Outras Receitas da Administração Indireta	1.790	1.701	Outras Receitas da Administração Indireta	4.908	4.814
Outras Receitas da Administração Direta	749.871	663.280	Outras Receitas da Administração Direta	578.957	787.145
<b>Vinculada</b>	<b>15.698.607</b>	<b>21.054.923</b>	<b>Vinculada</b>	<b>15.929.127</b>	<b>19.926.656</b>
Indenização pela Extração do Petróleo	1.863.721	3.846.188	Indenização pela Extração do Petróleo	2.112.118	3.888.862
Salário Educação	473.956	428.554	Salário Educação	470.184	402.863
Operações de Crédito Através do Tesouro	5.053.426	7.660.637	Operações de Crédito Através do Tesouro	5.113.394	6.618.535
Convênios - Administração Direta	72.585	116.113	Convênios - Administração Direta	87.869	163.966
Convênios - Administração Indireta	77.011	126.696	Convênios - Administração Indireta	101.184	125.856
Convênios PAC - Administração Direta	238.304	188.089	Convênios PAC - Administração Direta	119.908	301.871
Fundo de Manut. e Des. da Educ. Bás. e de Val.dos Prof. da Educação	2.633.217	2.619.383	Fundo de Manut. e Des. da Educ. Bás. e de Val.dos Prof. da Educação	2.569.775	2.619.048
Convênios PAC - Administração Indireta	130.999	78.438	Convênios PAC - Administração Indireta	133.626	79.265
Convênios Intraorçamentários - Administração Direta	20.013	587.484	Convênios Intraorçamentários - Administração Direta	35.323	527.033
Convênios Intraorçamentários - Administração Indireta	36.686	43.896	Convênios Intraorçamentários - Administração Indireta	38.828	36.157
Ressarcimento de Pessoal - Área de Segurança	85.987	62.039	Ressarcimento de Pessoal - Área de Segurança	79.647	49.628
Op. de Crédito destinadas à Ações M. Ambiente	72.305	175.511	Op. de Crédito destinadas à Ações M. Ambiente	124.145	140.188
Adicional do ICMS - FECF	3.039.633	2.938.633	Adicional do ICMS - FECF	3.017.979	2.967.124
Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	277.305	322.918	Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	339.512	319.800
Transferências Voluntárias da União não Referentes a Convênios	92.568	88.783	Transferências Voluntárias da União não Referentes a Convênios	99.522	108.846
Sistema Único de Saúde - SUS	675.902	704.503	Sistema Único de Saúde - SUS	756.146	832.772
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	17.100	6.148	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	17.568	5.840
Fundo de Depósitos Judiciais - Lei 11.429/06	541.799	11.477	Fundo de Depósitos Judiciais - Lei 11.429/06	539.618	9.687
Depósitos Judiciais não Trib. - LC. 147/2013	244.588	1.021.891	Depósitos Judiciais não Trib. - LC. 147/2013	156.262	719.519
Retorno de Empréstimos do Prog. de Fomento Agrop. e Tecnológico	7.539	7.593	Retorno de Empréstimos do Prog. de Fomento Agrop. e Tecnológico	6.997	7.335
Multa pela Infração do Código de Defesa do Consumidor	15.776	16.353	Multa pela Infração Código de Defesa do Consumidor	840	-
Conservação Ambiental	28.188	3.596	Conservação Ambiental	8.682	2.663
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>	<b>36.389.145</b>	<b>21.561.902</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>	<b>33.208.681</b>	<b>22.300.035</b>
<b>DÍVIDA FLUTUANTE</b>	<b>33.672.440</b>	<b>20.187.920</b>	<b>DÍVIDA FLUTUANTE</b>	<b>30.117.861</b>	<b>20.729.365</b>
Consignações	9.198.923	8.574.400	Consignações	8.870.048	8.625.398
Depósitos de Diversas Origens	18.383.392	8.239.236	Depósitos de Diversas Origens	18.261.602	8.075.388
Credores Entidades e Agentes	24.120	69.928	Credores Entidades e Agentes	32.927	40.547
Serviço da Dívida - Inscrição	285.810	3.253	Restos a Pagar	2.944.955	3.985.947
Restos a Pagar - Inscrição	5.427.084	2.921.616	Serviço da Dívida	3.235	-
Sentenças Judiciais - Inscrição	6.440	5.404	Sentenças Judiciais	5.094	2.084
Restos a Pagar não Processados - Inscrição	346.670	374.083			
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>	<b>2.716.705</b>	<b>1.373.981</b>	<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>	<b>3.090.820</b>	<b>1.570.670</b>
Credores - Entidades e Agentes	427	-	Valores em Transitio Realizáveis	420	141
Arrecadação a Repassar	-	12	Desvalorização Financeiras	-	1
Recusos Vinculados	51.412	23.063	Recursos Vinculados	69.912	22.116
Recusos não Vinculados	1.956.596	862.814	Recursos não Vinculados	2.415.272	1.342.944
Incorporação Disponibilidade Financeira	1.873	6.333	Créditos de Terceiros	-	17.823
Desincorporação de Obrigações	3.156	1.630	Royalties a Ressarcir ao Tesouro	-	1.370
Depósito de Diversas Origens	458.678	480.130	Apropriação de Consignações - Restos a Pagar	18.970	14.111
Recusos Vinculados - Contas "A" e "B"	244.564	-	Desincorporação Disponibilidade Financeira	13.323	103.162
			Incorporação de Obrigações	5.746	69.003
			Credores Entidades e Agentes	429	-
			Recusos Vinculados - Contas "A" e "B"	566.747	-
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>	<b>8.938.830</b>	<b>9.590.270</b>	<b>Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (IX)</b>	<b>7.795.425</b>	<b>8.938.830</b>
<b>Disponível</b>	<b>8.424.618</b>	<b>9.104.763</b>	<b>Disponível</b>	<b>7.487.271</b>	<b>8.424.618</b>
Caixa	38	72	Caixa	37	38
Bancos Conta Movimento	1.979.401	1.322.283	Bancos Conta Movimento	1.695.041	1.979.401
Aplicações Financeiras	6.260.277	7.744.840	Aplicações Financeiras	5.725.312	6.260.277
Rede Arrecadadora	120.104	35.532	Rede Arrecadadora	36.617	120.104
Depositos a Disposição do Tesouro Estadual	1.377	2.036	Depositos a Disposição do Tesouro Estadual	2.877	1.377
Depositos a Disposição Judiciário - PGT <sup>o</sup> Precatórios	63.422	-	Depositos a Disposição Judiciário - PGT <sup>o</sup> Precatórios	27.385	63.422
<b>Invest. Regimes Proprios de Previdencia</b>	<b>514.212</b>	<b>485.507</b>	<b>Invest. Regimes Proprios de Previdencia</b>	<b>308.155</b>	<b>514.212</b>
Titulos e Fundos de Investimento	514.212	485.507	Titulos e Fundos de Investimento	308.155	514.212
<b>TOTAL (V) = (I+II+III+IV)</b>	<b>106.982.141</b>	<b>106.943.160</b>	<b>TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)</b>	<b>106.982.141</b>	<b>106.943.160</b>

Celso de Brito Borba  
Coordenador - ID: 2.071.568-4  
Contador - CRC-RJ-74.698/O-4

Leonel Carvalho Pereira  
Superintendente - ID: 1.943.117-1  
Contador - CRC-RJ 60.449/O-7

Francisco Pereira Iglesias  
Contador-Geral - ID: 1.943.036-1  
Contador - CRC-RJ 51.525/O-1



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL**  
ANEXO 18 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)  
Valores em 31/12/2015 e 31/12/2014

R\$ Mil

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NOTA	2015	2014
<b>INGRESSOS</b>		<b>79.625.861</b>	<b>76.269.859</b>
Receitas derivadas e originárias	1FC	54.798.167	61.143.753
Transferências correntes recebidas	2FC	6.176.312	6.895.794
Outros ingressos operacionais	5FC	18.651.382	8.230.312
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>78.117.886</b>	<b>79.881.488</b>
Pessoal e demais despesas	3FC	36.758.388	38.968.074
Juros e encargos da dívida	4FC	3.651.231	3.219.446
Transferências concedidas	2FC	6.991.392	16.860.877
Outros desembolsos operacionais	5FC	30.716.874	20.833.091
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)</b>		<b>1.507.975</b>	<b>(3.611.630)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>1.395.314</b>	<b>5.691.659</b>
Alienação de Bens		1.084.012	5.411.948
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		311.302	279.711
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>5.635.603</b>	<b>6.888.955</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante		4.344.939	6.116.082
Concessão de empréstimos e financiamentos		19.172	21.240
Outros Desembolsos de Investimentos		1.271.493	751.632
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)</b>		<b>(4.240.289)</b>	<b>(1.197.296)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>4.994.873</b>	<b>7.605.490</b>
Operações de Crédito		4.994.873	7.605.490
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>3.405.964</b>	<b>3.448.005</b>
Amortização / Refinanciamento da Dívida		3.311.058	3.446.966
Constituição ou Aumento de Capital de Empresas		94.906	1.039
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)</b>		<b>1.588.909</b>	<b>4.157.486</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</b>		<b>(1.143.405)</b>	<b>(651.440)</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL</b>		<b>8.938.830</b>	<b>9.590.270</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>		<b>7.795.425</b>	<b>8.938.830</b>



R\$ Mil

QUADRO 1FC - RECETAS DERIVAS E ORIGINÁRIAS		
RECETAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	2015	2014
Receita Tributária	34.268.857	42.479.536
Receita de Contribuições	4.760.744	4.408.734
Receita Patrimonial	4.415.127	9.106.487
Receita Agropecuária	52	66
Receita Industrial	128.154	185.942
Receita de Serviços	639.971	704.507
Outras Receitas Derivadas e Originárias	10.585.263	4.258.479
<b>Total das Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>54.798.167</b>	<b>61.143.753</b>

R\$ Mil

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	2015	2014
Intergovernamentais	3.478.492	3.642.226
da União	3.469.571	3.593.054
de Estados e Distrito Federal	938	20.039
de Municípios	7.983	29.133
Multigovernamentais	2.615.380	2.605.799
Outras transferências correntes recebidas	82.440	647.769
<b>Total das Transferências Recebidas</b>	<b>6.176.312</b>	<b>6.895.794</b>
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	1.213.558	11.302.329
da União	1.042.004	1.213.551
de Municípios	171.555	10.088.778
FUNDEB	5.710.501	5.545.708
Outras transferências concedidas	67.333	12.840
<b>Total das Transferências Concedidas</b>	<b>6.991.392</b>	<b>16.860.877</b>



R\$ Mil

QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DE MAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNCAO	2015	2014
Legislativa	958.348	1.027.730
Judiciaria	3.234.560	3.141.291
Essencial a Justica	1.651.085	1.471.267
Administracao	1.834.321	2.212.241
Seguranca Publica	6.353.283	6.179.543
Assistencia Social	398.507	566.192
Previdencia Social	11.022.082	11.156.609
Saude	3.621.825	4.156.588
Trabalho	16.678	24.751
Educacao	4.719.588	5.116.805
Cultura	108.495	135.135
Direitos da Cidadania	32.448	412.446
Urbanismo	21.546	34.709
Habitacao	47.882	45.834
Gestao Ambiental	139.480	131.248
Ciencia e Tecnologia	110.928	121.989
Agricultura	165.001	172.393
Organizacao Agraria	13.518	11.984
Industria	70.360	65.534
Comercio e Servicos	280.250	273.545
Comunicacoes	38.966	168.075
Transporte	975.250	994.481
Desporto e Lazer	46.887	96.840
Encargos Especiais	897.100	1.250.845
<b>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</b>	<b>36.758.388</b>	<b>38.968.074</b>

R\$ Mil

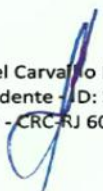
QUADRO 4FC - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
	2015	2014
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	3.341.543	3.006.763
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	201.869	127.372
Outros Encargos da Dívida	107.819	85.311
<b>Total dos Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>3.651.231</b>	<b>3.219.446</b>

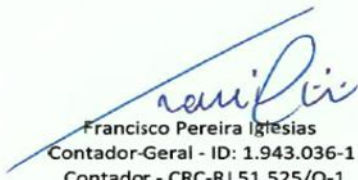


R\$ Mi

QUADRO 5FC - OUTROS INGRESSOS E DISPÊNDIOS OPERACIONAIS		
Ingressos	2015	2014
Depósitos de Diversas Origens	18.380.801	8.171.343
Incorporação de Disponibilidade Financeira	1.873	6.333
Cancelamento de Credores p/OB devolvida	3	531
Credores - Entidades e Agentes	24.142	52.105
Recursos Vinculados - Contas "A" e "B"	244.564	-
<b>Total dos Outros Ingressos Operacionais</b>	<b>18.651.382</b>	<b>8.230.312</b>
Dispêndios		
Consignações	8.870.048	8.625.398
Depósitos de Diversas Origens	18.261.602	8.075.388
Credores - Entidades e Agentes	32.927	40.547
Valores em Trânsito Realizáveis	420	141
Recursos Vinculados	18.523	(946)
Royalties a Ressarcir ao Tesouro	-	1.370
Transferências Voluntárias	-	1
Desincorporação de Disponibilidade Financeira	13.323	103.162
Restos a Pagar	2.944.955	3.985.947
Serviço da Dívida	3.235	-
Sentenças Judiciais	5.094	2.084
Recursos Vinculados - Contas "A" e "B"	566.747	-
<b>Total dos Outros Dispêndios Operacionais</b>	<b>30.716.874</b>	<b>20.833.091</b>

  
Celso de Brito Borba  
Coordenador - ID: 2.071.568-4  
Contador - CRC-RJ-74.698/O-4

  
Leonel Carvalho Pereira  
Superintendente - ID: 1.943.117-1  
Contador - CRC-RJ 60.449/O-7

  
Francisco Pereira Iglesias  
Contador-Geral - ID: 1.943.036-1  
Contador - CRC-RJ 51.525/O-1



# 03 – Principais Práticas Contábeis





#### a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Incluem as aplicações financeiras de liquidez imediata que são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

#### b) Créditos e Obrigações

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas são ajustados a valor presente, enquanto os pós-fixados são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

#### c) Adiantamentos Concedidos

O adiantamento concedido é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas. Esse adiantamento constitui uma despesa orçamentária, ou seja, para conceder o recurso ao suprido é necessário percorrer os três estágios da despesa orçamentária: empenho, liquidação e pagamento.

Apesar disso, não representa uma despesa pelo enfoque patrimonial, pois, no momento da concessão, não ocorre redução no patrimônio líquido. Na liquidação da despesa orçamentária, ao mesmo tempo em que ocorre o registro de um passivo, há também a incorporação de um ativo, que representa o direito de receber um bem ou serviço, objeto do gasto a ser efetuado pelo suprido, ou a devolução do numerário adiantado.



Com a implantação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, com ênfase no Patrimônio, os valores concedidos a título de Suprimento de Fundos deverão ser reconhecidos no Ativo a título de adiantamento. O registro em Variação Patrimonial Diminutiva-VPD será efetuado quando ocorrer o ato da prestação de contas do suprido, tendo como contrapartida a conta do ativo que registrou o adiantamento, em atendimento aos princípios contábeis da competência e da oportunidade. Essa adequação atende ao disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

#### d) Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois o menor. Os custos de estoques abrangem todos os custos de compra, conversão e outros custos incorridos referentes ao deslocamento, como impostos não recuperáveis, custos de transporte e outros, referente ao processo de produção. Os custos posteriores de armazenagem ou entrega ao cliente não são absorvidos pelos estoques.

O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado, conforme Resolução CFC n.º 1.437/13.

#### e) Investimentos Permanentes

As participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privados em que a administração tenha influência significativa são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

#### f) Imobilizado

Os bens móveis estão registrados pelo custo histórico e são mensurados pelo seu valor de aquisição, produção ou construção e para os bens sem contraprestação (exemplo: doação) a recomendação é de realização de avaliação inicial antes de seu reconhecimento quando são transferidos com valores que não condizem com o valor justo.

Já os bens imóveis estão registrados pelo custo histórico e são mensurados pelo seu valor de aquisição ou construção e para os bens recebidos sem contraprestação (exemplo: doação) são reconhecidos pelo valor do termo de transferência.



A Subsecretaria de Patrimônio, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, efetuou no exercício de 2015 avaliações dos imóveis próprios estaduais, extraída do Sistema de Patrimônio Imobiliário – SISPAT em atendimento ao artigo 11, inciso III do Decreto Estadual nº 45.404 de 14/10/2015.

Para fins de início dos procedimentos relativos ao Ajuste Inicial e a Depreciação dos bens móveis, a Portaria CGE nº 179 de 27 de março de 2014 definiu como data corte 1º de Janeiro de 2014 para a Administração Direta, Autarquias e Fundações. Logo os bens móveis adquiridos a partir desta data serão depreciados de acordo com os prazos de vida útil e valor residual previstos no anexo I desta Portaria, não sendo necessário submetê-los previamente ao procedimento de ajuste inicial. Para os bens adquiridos e postos em operação anteriormente a 1º de janeiro de 2014, fica estabelecido, cronograma limite para implantação do ajuste inicial, de acordo com a tabela disposta no Anexo II desta Portaria.

O método de depreciação utilizado é o linear (quotas constantes) em conformidade com o § 1º do artigo 6º da Portaria CGE 179/2014 e item 5.2 do Manual do Tratamento Inicial dos Bens Patrimoniais Móveis. O valor residual e a vida útil estão determinados no Anexo I da referida portaria, alterada pela Portaria CGE nº 189/2015.

O Sistema Patrimonial Único está em desenvolvimento, sendo assim, o cálculo da depreciação ainda é feito através de planilha em Excel, com fórmulas específicas e bloqueadas para que não ocorram alterações por parte dos usuários.

#### g) Intangível

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Estão registrados pelo custo histórico e são mensurados pelo seu valor de aquisição menos a amortização acumulada.

Com a publicação do Decreto nº 44.489/2013, que institui a obrigatoriedade de realizar os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão, foi editada a Portaria CGE nº 192/2015 que orienta a realização do ajuste inicial e o registro da amortização dos bens intangíveis do Estado. Também foi publicado o Manual de Tratamento Inicial dos Bens Intangíveis em dezembro de 2015, que foi atualizado em conformidade com o Siafe-Rio, em 04 de janeiro de 2016.



Assim como na depreciação, a amortização está sendo realizada através de planilha de Excel com fórmulas específicas e bloqueadas para que não ocorram alterações por parte do usuário.

#### h) Créditos

A Dívida Ativa Tributária do Estado é avaliada pelo valor de recebimento e atualizada pela UFIR/RJ do final do exercício. Em virtude do encaminhamento intempestivo dos Relatórios Gerais do Estoque da Dívida Ativa relativos ao exercício de 2015, conforme Ofício PGE/PG-5/RJRS nº 113 de 22/03/2016, não foi possível a atualização do estoque. Ainda com base no referido ofício, não foi encaminhado o relatório de cálculo da provisão para perdas prováveis.

#### i) Restos a Pagar

Os Restos a Pagar Processados de exercícios anteriores constam das demonstrações contábeis de 2015, exceto aqueles referentes ao exercício de 2010, cancelados por força do Decreto Estadual nº 45.404 de 14/10/15, do art. 7º. Os Restos a Pagar Não Processados, em 2015, foram inscritos até o limite das disponibilidades de caixa apuradas no encerramento do exercício, por fonte de recursos, obedecida a ordem cronológica dos empenhos correspondentes.

Os Restos a Pagar foram processados de acordo com o que estabelece os incisos, I, II, III e IV do art. 6º do Decreto de Encerramento do Exercício de 2015 e os procedimentos operacionais solicitados através do Sistema de Informações Gerenciais – SIG INTERNET.

A Contadoria Geral do Estado, quanto à autorização da inscrição dos Restos a Pagar do exercício de 2015, publicou a Portaria CGE nº 194 de 27 de Janeiro de 2016, que aprova as inscrições. **Neste exercício, foram inclusas nos procedimentos de inscrição de Restos a Pagar as despesas liquidadas e não pagas referentes ao Serviço da Dívida e às Sentenças Judiciais.**

#### j) Precatórios

De acordo com as disposições da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, por meio do Decreto nº 42.315, de 25 de fevereiro de 2010, nos termos do inciso II, § 1º, do art. 97 do ADCT, pelo qual deveria quitar seu estoque de precatórios em 15 anos (vide item 10.3 do Volume 1).

Com a eminência da publicação da decisão do STF, de março de 2013, que declarou inconstitucional parte da Emenda Constitucional nº 62/2009, atingindo a vigência do regime especial, o Estado se tornaria inadimplente perante o seu passivo de precatórios.



Porém, em cumprimento às Leis Complementares Estaduais de nº 147, de 27 de junho de 2013 e nº 163, de 31 de março de 2015 o Estado do Rio de Janeiro foi autorizado a utilizar até 25% do saldo dos depósitos judiciais junto ao Banco do Brasil para o pagamento de precatórios e de requisições judiciais de pequeno valor, observada a ordem prevista na Constituição Federal. Os valores depositados nas contas judiciais de precatórios serão levantados pelos beneficiários mediante autorização do Tribunal de Justiça – TJ.

#### k) Dívida Fundada Interna e Externa

Foram avaliadas por seus saldos devedores acrescidos dos juros de competência de cada obrigação. No caso da Dívida Externa, apurou-se o equivalente em moeda estrangeira, que foi convertido para Reais (R\$) pela cotação de fechamento do dia 31 de dezembro de 2015.

#### l) Outras Obrigações

Foram avaliadas pelos valores a pagar em 31 de dezembro de 2015, incluídos os juros e encargos, por competência, devidos até o fechamento do ano.

#### m) Apuração do Resultado

Os resultados patrimonial e orçamentário foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes.

#### n) Consolidação de Balanços

A consolidação das demonstrações contábeis consiste em somar saldos ou grupos de contas, com o objetivo de ter uma visão global dos resultados do Estado do Rio de Janeiro. As transações ocorridas entre as próprias Unidades Gestoras são excluídas destes demonstrativos, com o intuito de eliminar duplicidades, formando uma unidade consolidada de maneira mais precisa possível.

Este não é um processo plenamente seguro, tendo em vista a dificuldade em manter paridades dos saldos dos diversos entes que compõem o resultado macroagregado. As contas patrimoniais, em especial, geram maior complexidade no momento da exclusão, pois trazem saldos antigos, obstando as devidas análises.



Os ajustes realizados no processo de consolidação não originam nenhum tipo de lançamento contábil nos entes que formam a unidade contábil. Tais ajustes devem ser disponibilizados apenas em arquivos auxiliares, para resguardar os valores apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Com base na técnica de consolidação apresentada, estão expostos nos quadros abaixo, os montantes excluídos das referidas demonstrações:

### Balanco Patrimonial:

#### EXPURGOS INTRAGOVERNAMENTAIS

R\$ Mil

Parte I					
Ativo			Passivo		
Conta	Descrição	2015	Conta	Descrição	2015
1.1.1.1.2.01.02	Depósitos a Disposição no Tesouro Estadual	37.354	2.1.8.8.2.01.01	Depósitos de Recursos Próprios	32.732
			2.1.8.8.2.01.02	Depósitos de Recursos de Terceiros	4.622
1.1.1.1.2.01.03	Recursos CUTE por Programação Financeira	934.600	2.1.8.8.2.01.03	Recursos CUTE a Liberar por Prog. Financeira	934.600
1.1.2.3.2.04.02	Adiantamento a órgãos - Precatórios	45.879	2.1.8.9.2.03.08	Obrigações c/ Tesouro Estadual - Precatórios	45.879
1.1.3.2.2.01.01	Contribuições Patronais RPPS	96.565	2.1.4.2.2.04.01	Repasses Previd. RPPS a Compensar - Civil	90.700
			2.1.4.2.2.04.02	Repasses Previd. RPPS a Compensar - Militar	5.865
1.1.3.8.2.01.01	Créditos a Receber Oriundos do FDP	195.159	2.1.8.9.2.03.03	Credores Entidades/Agentes Fundo da Dívida	195.159
1.2.1.2.2.98.01	Créditos Pela Assunção de Dívidas	1.243.489	2.2.2.3.2.99.01	Dívidas Assumidas pelo Governo do Estado	1.243.489
<b>TOTAL</b>		<b>2.553.045</b>	<b>TOTAL</b>		<b>2.553.045</b>

Fonte: SIAFEM/RJ

A Parte I do quadro engloba os saldos ativos e passivos de Órgãos/Entidades intragovernamentais, que são eliminados com a finalidade de evitar duplicidades.

#### EXPURGOS INVEST. AVALIADOS PELA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL / PARCELA DO PL DAS CONTROLADAS

R\$ Mil

Parte II					
Ativo			Passivo		
Conta	Descrição	2015	Conta	Descrição	2015
1.2.2.1.1.01.01	Tit. Represent. De Capital Integralizado	2.878.556	2.2.8.9.1.90.03	Perdas e Deságios em Investimentos	813.239
1.2.2.1.1.01.98	Ajustes para Perdas em Investimentos	(431.111)		<b>Expurgos do PL das Sociedades Investidas</b>	<b>1.725.398</b>
			2.3.1.0.0.00.00	Patrimônio Social e Capital Social	8.138.606
			2.3.3.0.0.00.00	Reservas de Capital	5.691.067
			2.3.4.0.0.00.00	Ajustes de Avaliação Patrimonial	43.666
			2.3.5.0.0.00.00	Reservas de Lucros	3.039
			2.3.6.0.0.00.00	Demais Reservas	46.768
			2.3.7.0.0.00.00	Resultados Acumulados	(12.197.748)
				Participações Minoritários	(91.192)
<b>Total</b>		<b>2.447.445</b>			<b>2.447.445</b>

Fonte: SIAFEM/RJ

\*Considerar os saldos do mês de Dezembro e realizar a apuração do resultado do exercício antes da destinação para reserva legal e dividendos

Saldos apurados no mês de Dezembro, considerar o resultado do exercício antes da destinação para reserva legal e dividendos.



Já a Parte II do quadro apresenta as exclusões referentes aos investimentos avaliados pela equivalência patrimonial, onde foram eliminados tanto os valores de investimentos quanto a parcela do Patrimônio Líquido das controladas, as quais pertencem ao orçamento fiscal e da seguridade social.

### Demonstração das Variações Patrimoniais:

#### EXPURGOS DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INTRAGOVERNAMENTAIS

Variações Patrimoniais Aumentativas			Variações Patrimoniais Diminutivas			R\$ Mil
Conta	Descrição	2015	Conta	Descrição	2015	
4.2.1.1.2.01.01	Rec.intra-orcam. Contr.patr. Serv.ativo civil	2.192.797	3.1.2.1.2.01.01	Obrigacoes patronais - pessoal civil	2.046.767	
			3.1.2.1.2.01.02	Obrigacoes patronais - pessoal militar	145.739	
			3.1.2.1.2.01.02	Obrigacoes patronais - pessoal militar	85	
			3.1.2.1.2.01.03	Contribuc. Patr.-pessoal civil/plano prevede	205	
4.2.1.1.2.01.02	Rec.intra-orcam. contr.patr.ativo militar	559.982	3.1.2.1.2.01.02	Obrigacoes patronais - pessoal militar	559.982	
4.2.1.1.2.01.03	Rec.intra-orcam. contr.patr.plano previdenciario	108.807	3.1.2.1.2.01.03	Contribuc. Patr.-pessoal civil/plano prevede	108.346	
			3.1.2.1.2.01.01	Obrigacoes patronais - pessoal civil	461	
4.2.1.1.2.99.01	Rec.intra-orcam. contr.patr. F.s. militares	77.858	3.1.2.9.2.13.06	Fundo de saude dos militares	77.858	
4.3.3.1.2.01.01	Rec.intra-orca de alugueis de imoveis urbanos	7.347	3.3.2.3.2.01.15	Locacao de bens imoveis	7.347	
4.3.3.1.2.02.01	Receita intra - medicao emissao de poluentes	34.437	3.3.2.3.2.01.16	Servicos tecnicos, cientificos e de pesquisa	34.437	
4.3.3.1.2.09.51	Rec.intraorc.cessao de uso bens do estado	5.331	3.3.2.3.2.01.15	Locacao de bens imoveis	5.331	
4.3.3.1.2.16.01	Receita int.orcam. de servicos hospitalares	340.870	3.3.2.3.2.01.30	Gestão de servicos de saúde	357.766	
4.3.3.1.2.16.04	Receita intra-orc.servicos ambulatoriais	16.897				
4.3.3.1.2.16.08	Receita intra-orc.- serv. De proc.de dados	2.021	3.3.2.3.2.01.52	Serv.processamento de dados pagos ao PRODERJ	2.021	
4.3.3.1.2.16.14	Receita intra-orc.-serv. Insp.e fiscalizacao	44	3.3.2.3.2.01.21	Treinamento,recrutamento e sel.de pessoal	44	
4.3.3.1.2.16.98	Rec.intra-orcam. - outros servicos	59.604	3.3.2.3.2.01.01	Enc.c/ bolsas de est.ou aperf.tec.cient.cult.	3.287	
			3.3.2.3.2.01.38	Servicos apoio admin.,tecnico e operacional	325	
			3.3.2.3.2.17.01	Elapas para alimentacao	55.993	
4.4.3.9.2.01.01	Atualizacao monetaria financeira - intra-ofss	576	3.4.3.9.2.01.01	Atualizacao monetaria financeira - intra-ofss	576	
4.5.1.1.2.01.01	Cota recebida	34.912.644	3.5.1.1.2.01.01	Cota concedida	34.912.644	
4.5.1.1.2.01.02	Repasso recebido	5.278.530	3.5.1.1.2.01.02	Repasso concedido	5.278.530	
4.5.1.1.2.01.03	Sub-repasso recebido	9.634.352	3.5.1.1.2.01.03	Sub repasse concedido	9.634.352	
4.5.1.1.2.01.04	Creditos enviados	2.542.925	3.5.1.1.2.01.04	Creditos recebidos	2.542.925	
4.5.1.1.2.01.05	Debitos recebidos	1.883.301	3.5.1.1.2.01.05	Debitos enviados	1.883.301	
4.5.1.2.2.01.01	Transf.e doacoes bens imoveis - intra	144.143	3.5.1.2.2.01.01	Transf.e doacoes bens imoveis - intra	144.143	
4.5.1.2.2.02.01	Transf.e doacoes bens intangiveis - intra	1.937	3.5.1.2.2.02.01	Transf.e doacoes bens intangiveis - intra	1.937	
4.5.1.2.2.03.01	Transf.e doacoes bens moveis - intra	405.834	3.5.1.2.2.03.01	Transf.e doacoes bens moveis - intra	405.834	
4.5.1.2.2.04.01	Transf.e doacoes mat. Consumo intra	231.480	3.5.1.2.2.04.01	Transf.e doacoes mat. Consumo intra	231.480	
4.5.1.2.2.05.01	Transf.e doacoes bens em estoque - intra	12.262	3.5.1.2.2.05.01	Transf.e doacoes bens em estoque - intra	12.262	
4.5.1.2.2.06.01	Movimento fundos a debito - saldo financeiro	3.824.535	3.5.1.2.2.06.01	Movimento de fundos a credito - saldo finan.	3.824.535	
4.5.1.2.2.06.02	Movimento fundos a debito - saldo não financ.	9.027.607	3.5.1.2.2.06.02	Movimento fundos a credito - saldo não finan.	9.027.607	
4.5.1.2.2.99.01	Transferencias recebidas	157.995	3.5.1.2.2.99.01	Transferencias concedidas	157.995	
4.5.1.2.2.99.02	Contrapartida de despesa intra - financeira	171.419	3.5.1.2.2.99.02	Contrapartida de receita intra - financeira	171.419	
4.5.1.2.2.99.03	Contrapartida de despesa intra - não financ.	5.166.344	3.5.1.2.2.99.03	Contrapartida de receita intra - não financ.	5.166.344	
4.5.1.3.2.01.01	Repasso previd.p/cob.deficit - ente	542.093	3.5.1.3.2.01.01	Repasso prev.p/cob.deficit - ente	542.093	
4.9.9.6.2.01.11	Rec.intra-orc.ress.desp./pes.ced.-a.seguranca	82.460	3.1.9.2.2.01.04	Ressarc.cessao servidores-dec.41.687/2009	82.460	
4.9.9.6.2.01.12	Rec.intra-orc.ress.desp./pes.ced.-dem. Areas	1.972	3.1.9.2.2.01.06	Ressarc.cessao de servidores-dec.32.532/02	1.972	
4.9.9.6.2.01.51	Rec.intra-orc.ress.desp./pes.ced.-a.educacao	13.390	3.1.9.2.2.01.07	Ressarc.cessao servidores-dec.42.791/2011	13.390	
4.9.9.6.2.01.99	Rec.intra-orcam. de out. Restituicoes	70.316	3.9.9.6.2.02.01	Restituicoes	70.316	
4.9.9.6.2.02.51	Indenizacoes por danos causados ao ambiente	2.449	3.9.9.6.2.01.01	Indenizacoes	2.449	
4.9.9.9.2.10.03	Obrigacoes intragovernamentais	20.099	3.9.9.9.2.11.02	Créditos intragovernamentais	20.099	
4.9.9.9.2.11.01	Creditos por assuncao de dividas - LP	10.071	3.9.9.9.2.10.01	Dividas assumidas pelo governo do estado	10.071	
4.9.9.9.2.11.02	Creditos intragovernamentais	38.517	3.9.9.9.2.10.02	Obrigacoes intragovernamentais	38.517	
<b>TOTAL</b>		<b>77.583.243</b>	<b>TOTAL</b>		<b>77.583.243</b>	

Fonte: SIAFEM/RJ



## Balano Financeiro:

### EXPURGOS DAS TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS

R\$ Mil

Ingressos			Dispêndios		
Conta	Descrição	2015	Conta	Descrição	2015
4.5.1.1.2.01.01	Cota Recebida	34.912.644	3.5.1.1.2.01.01	Cota Concedida	34.912.644
4.5.1.1.2.01.02	Repasse Recebido	5.278.530	3.5.1.1.2.01.02	Repasse Concedido	5.278.530
4.5.1.1.2.01.03	Sub-Repasse Recebido	9.634.352	3.5.1.1.2.01.03	Sub Repasse Concedido	9.634.352
4.5.1.1.2.01.04	Créditos Enviados	2.542.925	3.5.1.1.2.01.04	Créditos Recebidos	2.542.925
4.5.1.1.2.01.05	Débitos Recebidos	1.883.301	3.5.1.1.2.01.05	Débitos Enviados	1.883.301
4.5.1.2.2.06.01	Movimento Fundos à Débito - Saldo Financeiro	3.824.535	3.5.1.2.2.06.01	Movimento de Fundos à Crédito - Saldo Financeiro	3.824.535
4.5.1.2.2.99.02	Contrapartida de Despesa Intra - Financeira	171.419	3.5.1.2.2.99.02	Contrapartida de Receita Intra - Financeira	171.419
4.5.1.3.2.01.01	Repasse Previd. P/Cob. Déficit - Ente	542.093	3.5.1.3.2.01.01	Repasse Prev. P/Cob. Déficit - Ente	542.093
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>		<b>58.789.798</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>		<b>58.789.798</b>

Fonte: SIAFEM/RJ

## Demonstração do Fluxo de Caixa:

### EXPURGOS DAS INTRAGOVERNAMENTAIS

R\$ Mil

Ingressos			Desembolsos		
Conta	Descrição	2015	Conta	Descrição	2015
4.5.1.1.2.01.01	Cota Recebida	34.912.644	3.5.1.1.2.01.01	Cota Concedida	34.912.644
4.5.1.1.2.01.02	Repasse Recebido	5.278.530	3.5.1.1.2.01.02	Repasse Concedido	5.278.530
4.5.1.1.2.01.03	Sub-Repasse Recebido	9.634.352	3.5.1.1.2.01.03	Sub Repasse Concedido	9.634.352
4.5.1.1.2.01.04	Créditos Enviados	2.542.925	3.5.1.1.2.01.04	Créditos Recebidos	2.542.925
4.5.1.1.2.01.05	Débitos Recebidos	1.883.301	3.5.1.1.2.01.05	Débitos Enviados	1.883.301
4.5.1.2.2.06.01	Movimento Fundos à Débito - Saldo Financeiro	3.824.535	3.5.1.2.2.06.01	Movimento de Fundos à Crédito - Saldo Financeiro	3.824.535
4.5.1.2.2.99.02	Contrapartida de Despesa Intra - Financeira	171.419	3.5.1.2.2.99.02	Contrapartida de Receita Intra - Financeira	171.419
4.5.1.3.2.01.01	Repasse Previd. P/Cob. Déficit - Ente	542.093	3.5.1.3.2.01.01	Repasse Prev. P/Cob. Déficit - Ente	542.093
<b>TOTAL INTRAGOVERNAMENTAIS</b>		<b>58.789.798</b>	<b>TOTAL INTRAGOVERNAMENTAIS</b>		<b>58.789.798</b>

Fonte: SIAFEM/RJ

Conforme descrito na “Apresentação das Demonstrações Contábeis” deste Volume, para o Balano Orçamentário o MCASP não prevê exclusões de contas “intra” quando da elaboração do Consolidado, uma vez que o mesmo reflete as autorizações legislativas para execução de dispêndios, além da previsão das receitas necessárias ao seu financiamento, e estas autorizações devem constar pelos seus valores brutos.

### o) PCASP - 5º Nível Consolidação

Com o objetivo de viabilizar o processo de convergência aos padrões contábeis e possibilitar a consolidação das contas públicas, em âmbito nacional, a STN editou o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP.





A implementação do novo Plano de Contas, foi estabelecida pela Portaria STN nº 634/2013, determinando que todos os entes da federação o adotassem até o término do exercício de 2014. O Estado do Rio de Janeiro conseguiu se antecipar e realizar esta implementação no exercício de 2013, fruto do empenho e do árduo trabalho da equipe da Contadoria Geral do Estado.

Uma das finalidades do PCASP é padronizar os registros contábeis, permitindo a consolidação das entidades do setor público, nos diversos níveis de governo. Para tal, foi criado um método a fim de distinguir os valores que serão incluídos ou excluídos das demonstrações consolidadas.

O método consiste na utilização do 5º nível das contas de Ativo (1), Passivo (2), Variações Patrimoniais Diminutivas (3) e Variações Patrimoniais Aumentativas (4), para distinguir os saldos recíprocos, como demonstrado a seguir:

5º Nível - Consolidação		
x.x.x.x.1.xx.xx	CONSOLIDAÇÃO	Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS).
x.x.x.x.2.xx.xx	INTRA OFSS	Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS) do mesmo ente.
x.x.x.x.3.xx.xx	INTER OFSS - UNIÃO	Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e a União.
x.x.x.x.4.xx.xx	INTER OFSS - ESTADO	Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um estado.
x.x.x.x.5.xx.xx	INTER OFSS - MUNICÍPIO	Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um município.

Fonte: MCASP - 6ª Edição



# 04 – Aspectos Relevantes das Demonstrações Contábeis



#### 4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

O saldo é composto pelos itens demonstrados na tabela a seguir:

**Tabela 001 – Caixa e Equivalentes de Caixa**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	AV %	2014	AV %	AH %
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>7.795.425</b>	<b>100,00%</b>	<b>8.938.830</b>	<b>100,00%</b>	<b>-12,79%</b>
Caixa	37	0,00%	38	0,00%	-0,80%
Conta Única do Tesouro Estadual	893.802	11,47%	969.056	10,84%	-7,77%
Bancos Conta Movimento	801.239	10,28%	1.010.346	11,30%	-20,70%
Aplicações Financeiras	5.725.312	73,44%	6.260.277	70,03%	-8,55%
Investimentos em Segmento de Renda Fixa	308.155	3,95%	514.212	5,75%	-40,07%
Rede Arrecadadora	36.617	0,47%	120.104	1,34%	-69,51%
Recursos Não Vinculados	2.877	0,04%	1.377	0,02%	109,02%
Depositos a Disposição do Judiciário - Pagto Precatórios	27.385	0,35%	63.422	0,71%	-56,82%

Fonte: SIAFEMRJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

Em 2015, o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 7.795.425. Na comparação com o exercício anterior verifica-se um decréscimo de 12,79%.

A conta Aplicações Financeiras que representa 73,44% do Caixa e Equivalente de Caixa é composta pela conta Poupança e pelo Fundo de Aplicação Financeira. A variação desta conta se deu principalmente pelo decréscimo do Fundo de Aplicação Financeira, que são aplicações em título do mercado aberto de contas não únicas, cujo montante era de R\$ 5.636.801 mil em 2014 e apresenta em 2015 o valor de R\$ 5.156.728 mil.

Tais Fundos de Aplicação Financeira têm seus valores mais relevantes pertencentes ao Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, no montante de R\$ 2.541.089 mil, ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça, no montante de R\$ 504.184 mil e ao Tribunal de Justiça, no montante de R\$ 546.260 mil.



Já a conta de Poupança, que soma o montante de R\$ 568.584 mil, tem seus valores mais significativos pertencentes à Secretaria de Estado de Obras, no total de R\$ 292.117 mil e ao Fundo Estadual de Saúde – FES, no total de R\$ 142.452 mil.

A conta Rede Arrecadadora registra os valores recebidos pelos agentes bancários autorizados pelo Estado a coletar os tributos, multas e demais créditos dos contribuintes, porém ainda indisponíveis para utilização do Tesouro Estadual.

Em atendimento à CI./SUGER/Nº de 17 de 04 de março de 2016, que solicitava esclarecimentos sobre o motivo dos saldos invertidos apresentados nos contas-correntes “001000000 - ORDINARIOS NAO PROVENIENTES DE IMPOSTOS” e “007000000 - DEMAIS TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS - UNIAO” da conta contábil 72111.01.01 - CAIXA/BANCOS CONTA MOVIMENTO, o Tesouro Estadual encaminhou Nota Técnica nº 02/2016 de 18/03/2016 a esta Contadoria informando que a inversão apresentada foi em função da não realização das metas de arrecadação apresentadas na nota técnica de nº 20.1 SUPOF/SEFAZ, onde foi reavaliada a estimativa de Receitas não recorrentes, considerada a forte frustração de receita em reflexo ao cenário econômico nacional, em que fez que a arrecadação nacional fosse inversamente proporcional ao crescimento da despesa.

#### **4.2. Créditos a Curto Prazo**

A rubrica Créditos a Curto Prazo compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis no curso do exercício social subsequente.



### Tabela 002 – Créditos a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>CRÉDITOS A CURTO PRAZO</b>	<b>2.994.846</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.000.074</b>	<b>100,00%</b>	<b>49,74%</b>
Cientes	288.218	9,62%	366.980	18,35%	-21,46%
Créditos de Transferências a Receber	569.950	19,03%	388.985	19,45%	46,52%
Créditos Tributários a Receber	1.845.047	61,61%	914.387	45,72%	101,78%
Dívida Ativa Tributária	366.214	12,23%	366.214	18,31%	0,00%
Dívida Ativa não Tributária	8.110	0,27%	8.167	0,41%	-0,70%
Empréstimos e Financiamentos	162.525	5,43%	159.365	7,97%	1,98%
Outros Créditos	-	0,00%	41.075	2,05%	-100,00%
(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo	(245.217)	-8,19%	(245.099)	-12,25%	0,05%

Fonte: SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

#### A) CLIENTES

Compreende os valores das faturas/duplicatas a receber decorrentes das vendas a prazo de mercadorias ou serviços que ocorram no curso normal das operações da entidade, representando um direito a cobrar de seus clientes.

No exercício de 2015 esta rubrica apresentou um decréscimo de 21,46% em relação ao exercício anterior, principalmente pelo recebimento de valores referentes às contas de Duplicatas a Receber.

#### B) CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER

Compreende os valores relativos a créditos a receber decorrentes de transferências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, Consórcios Públicos e outras Instituições.

Essa rubrica apresentou um acréscimo de 46,52% em relação ao exercício anterior, devido aos repasses previdenciários – RPPS, que somaram R\$ 207.341 mil no término do exercício de 2015.

#### C) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER

Compreende os valores relativos a créditos a receber oriundos das variações patrimoniais aumentativas tributárias, realizáveis no curso do exercício social subsequente. Os tributos são: impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições e empréstimos compulsórios.



Os Créditos Tributários a Receber de Curto Prazo estão integralmente registrados no Rioprevidência e referem-se ao "ICMS parcelado" de que trata o Decreto Estadual nº 36.994/05 e 37.047/05.

#### **D) DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA**

A Dívida Ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez já foram apuradas, porém não foram efetivamente recebidos nas datas aprazadas, contendo inclusive, juros e atualização monetária, ou quaisquer outros encargos aplicados sobre o valor inscrito. A Dívida Ativa pode ser de natureza tributária ou não tributária.

A **Dívida Ativa Tributária** corresponde aos créditos dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Já a **Dívida Ativa não Tributária** é composta pelos demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

**Em virtude do encaminhamento intempestivo dos Relatórios Gerais do Estoque da Dívida Ativa relativos ao exercício de 2015, conforme Ofício PGE/PG-5/RJRS nº 113 de 22/03/2016, não foi possível a atualização do estoque. Ainda com base no referido ofício, não foi encaminhado o relatório de cálculo da provisão para perdas prováveis.**

Os valores da Dívida Ativa do Longo Prazo, por serem mais expressivos, terão maior grau de detalhamento, no item 4.6 B deste Volume.



## **E) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO**

São os recursos provenientes de empréstimos e financiamentos concedidos pelo Governo do Estado, através da Companhia Estadual de Habitação – CEHAB e do Fundo de Fomento ao Trabalho Renda e Crédito – FUNRIO.

A conta Empréstimos e Financiamentos Concedidos apresenta um total de R\$ 162.525 mil, composta por R\$ 85.584 mil referentes aos Seguros e FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais) - Financiamentos, R\$ 76.827 mil referentes aos Financiamentos Concedidos e R\$ 114 mil referentes aos Empréstimos Concedidos. Esta rubrica apresentou um acréscimo de 1,27% em relação ao ano anterior.

## **F) OUTROS CRÉDITOS**

O saldo da conta Outros Créditos foi reclassificado ao término do exercício em conformidade com a Resolução SEFAZ nº 941 de 28/10/2015, que estabelece este procedimento para todos os órgãos e entidades que mantêm seus recursos na Conta Única do Estado – CUTE. Os novos parâmetros classificatórios ocorreram devido aos novos mecanismos de execução de pagamento a ser implantado no SIAFE-RIO, novo sistema vigente a partir de 01 de janeiro de 2016.

## **G) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS DE CURTO PRAZO**

A rubrica Ajustes de Perdas de Créditos de Curto Prazo registra valores para cobrir as perdas estimadas na cobrança de créditos a receber. É composta pelas contas Ajustes de Perdas da Dívida Tributária, Ajustes de Perdas da Dívida Ativa Não Tributária e Ajustes de Perdas em Créditos de Clientes. A variação negativa de 12,25% observada no exercício refere-se a ajustes de perdas de créditos de cliente no montante de R\$ 118 mil.

Conforme descrito anteriormente, não foram efetuados os Ajustes de Perdas da Dívida Tributária e não Tributária **em virtude do encaminhamento intempestivo dos Relatórios Gerais do Estoque da Dívida Ativa relativos ao exercício de 2015, conforme Ofício PGE/PG-5/RJRS nº 113 de 22/03/2016.**

### **4.3 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo**

Esse grupo compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo.



Tabela 003 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO</b>	<b>5.800.989</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.799.047</b>	<b>100,00%</b>	<b>-14,68%</b>
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	466.102	8,03%	100.805	1,48%	362,38%
Tributos a Recuperar / Compensar	7.697	0,13%	8.767	0,13%	-12,20%
Créditos a Recebr por Desc. da Prest. de Serv.	64.466	1,11%	58.461	0,86%	10,27%
Créditos por Danos ao Patrimônio	1.283.298	22,12%	1.245.468	18,32%	3,04%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	291.214	5,02%	272.692	4,01%	6,79%
Royalties do Petróleo a Receber	572.136	9,86%	2.999.490	44,12%	-80,93%
Fluxo do FUNDES - Decreto 40.156/2006	23.404	0,40%	138.761	2,04%	-83,13%
Operações de Crédito a Receber	804	0,01%	804	0,01%	0,00%
Cotas Financeiras a Receber	120.013	2,07%	106.517	1,57%	12,67%
Indenizações a Receber	93.740	1,62%	87.904	1,29%	6,64%
Taxas e Multas a Receber	38.712	0,67%	41.817	0,62%	-7,43%
Dividendos Propostos a Receber	157.271	2,71%	38.711	0,57%	306,27%
Adiantamento p/ Transfer. Voluntárias	302.201	5,21%	153.466	2,26%	96,92%
Outros Cred. a Receber e Valores a Curto Prazo	3.381.848	58,30%	2.656.033	39,06%	27,33%
Créditos Intra Governamentais	1.152.370	19,87%	1.043.910	15,35%	10,39%
(-) Ajustes de Perdas de Demais Créd. e Val. a Curto Prazo	(2.154.287)	-37,14%	(2.154.558)	-31,69%	-0,01%

Fonte: SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

## A) ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS

Compreende as antecipações concedidas a pessoal, tais como antecipações de salários e ordenados, adiantamentos de 13º salário, adiantamentos de férias e outros, além da entrega de numerário a terceiros sem vinculação específica ao fornecimento de bens ou serviços. Em suma, adiantamentos concedidos consistem na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Essa rubrica apresentou um acréscimo de 362,38% em relação ao exercício anterior, devido principalmente à aplicação da **Rotina CONOR/SUNOT/CGE n.º 001/2015**, que trata dos procedimentos contábeis para registro das **concessões em regime de desembolso descentralizado**.

A referida descentralização objetiva dotar os componentes organizacionais de meios eficientes, capazes de proporcionar maior êxito na gestão e realização das metas, minimizar os entraves administrativos e





burocráticos, bem como agilizar a execução de recursos para compra de materiais, prestação de serviços e despesas afins.

Contabilmente, esta descentralização de recursos gera um ativo, já que no momento da concessão não há redução do patrimônio líquido. Tal redução será verificada por ocasião da apresentação dos documentos comprobatórios das despesas realizadas.

## **B) TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR**

Registra valores a recuperar de impostos e contribuições, tais como: Imposto de Renda, Contribuição Social, Contribuições Patronais e Previdenciárias, entre outros.

O montante de R\$ 96.565 mil, referente às Contribuições Patronais RPPS foi eliminado desta conta para fins de consolidação, por se tratar de transação INTRA-OFSS dos diversos órgãos do estado cuja contrapartida reflete a conta de repasses previdenciários RPPS a compensar no passivo do Rioprevidência.

O saldo remanescente desta conta é composto por: transações EXTRA-OFSS, no montante de R\$ 3.885 mil, e transações INTER-OFSS com a União, no montante de R\$ 3.812 mil. Este último saldo é composto por valores a compensar referentes a Imposto de Renda, Contribuições Sociais sobre Lucro Líquido, PIS/PASEP, COFINS e Contribuições Sociais Previdenciárias.

## **C) CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO**

Compreende a apuração e o respectivo registro de responsabilidade por danos ao erário, regulamentada pela legislação pertinente, abrangendo os possíveis créditos em favor do Estado que ainda se encontram em fase de apuração, bem como aqueles que, uma vez apurados, configuram-se como direito em favor da Administração Pública.

Tais créditos são originados por atos, comissivos ou omissivos, que comprovadamente ou potencialmente – no caso de responsabilidade ainda em fase de apuração – vieram a causar prejuízos ao erário, tais como: ausência de prestação de contas, desvios ou desfalques de bens, valores ou dinheiros públicos e a prática de atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que possam acarretar prejuízos aos cofres públicos.



### Tabela 003.1 – Créditos por Danos ao Patrimônio

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO</b>	<b>1.283.298</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.245.468</b>	<b>100,00%</b>	<b>3,04%</b>
Desvio/Extravio de Bens	22.008	1,71%	22.992	1,85%	-4,28%
Responsáveis por Danos	109.406	8,53%	100.201	8,05%	9,19%
Ausência de Outras Prestações de Contas	73.472	5,73%	79.609	6,39%	-7,71%
Por Convênios, Acordos e Ajustes celebrados	695.585	54,20%	700.158	56,22%	-0,65%
Outras Responsabilidades	373.245	29,08%	335.438	26,93%	11,27%
Outros	9.582	0,75%	7.070	0,57%	35,53%

Fonte: SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

O saldo da conta Créditos por Danos ao Patrimônio apresentou um acréscimo de 3,04% em relação ao exercício anterior, variando de R\$ 1.245.468 mil em 2014 para R\$ 1.283.298 mil em 2015.

Os créditos por danos causados ao patrimônio referentes aos Convênios, Acordos e Ajustes celebrados totalizam R\$ 695.585 mil. Deste montante, R\$ 388.864 mil pertencem à Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ, R\$ 249.108 mil pertencem à Secretaria Estadual de Saúde e R\$ 32.878 mil pertencem ao Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN. Os saldos dessas três unidades gestoras somados, perfazem 96,44% do total.

As Outras Responsabilidades também apresentam saldo relevante, totalizando R\$ 373.245 mil, que constitui 29,08% do grupo de danos causados ao patrimônio. Deste total, R\$ 227.613 pertencem à Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ, R\$ 64.200 à Secretaria Estadual de Educação – SEEDUC e R\$ 45.986 ao Fundo Estadual de Saúde – FES.

#### D) ROYALTIES DO PETRÓLEO A RECEBER - CP

A Constituição Federal, em seu artigo 20, § 1º, assegura aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como aos órgãos da Administração Direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.



Os Royalties do Petróleo representam os recursos a receber que são calculados em função do volume de petróleo produzido e esses valores estão incorporados ao patrimônio do RIOPREVIDÊNCIA, de acordo com o Decreto nº 42.011 de 28 de Agosto de 2009.

Os Royalties a receber estão divididos em curto e longo prazo, sendo o valor de curto prazo de R\$ 572.136 mil. Ao comparar os saldos da conta entre 2015 e 2014, observa-se que houve um decréscimo de 80,93%, devido ao registro de atualização do fluxo dos royalties e participação especial a receber, conforme Nota Técnica do Rioprevidência GOP/DIN nº 05/2016 de 21/01/2016 (vide Volume 7, parte 2, aba12).

### **E) FLUXO DO FUNDES**

Representam o fluxo do Fundo de Desenvolvimento Econômico Social – FUNDES, instituído pelo Decreto-Lei nº 8/75, ingressados no Tesouro Estadual a partir de janeiro de 2007, e incorporados ao RIOPREVIDÊNCIA por meio da publicação do Decreto Estadual n.º 40.155/2006 e suas atualizações.

A conta do Fluxo FUNDES encontra-se dividida em curto e longo prazo. Em 2015 o valor deste ativo no curto prazo foi de R\$ 23.404 mil, 83,13% menor que o registrado em 2014. Tal decréscimo se deu devido ao recebimento das receitas oriundas deste Fundo.

Os valores do FUNDES registrado no Rioprevidência encontram-se corrigidos em conformidade com a Nota Técnica RIOPREV/GOP nº 004 de 15/01/2016 (vide Volume 7, parte 2, aba12).

### **F) DIVIDENDOS PROPOSTOS A RECEBER**

Dividendos são parcelas do lucro apurado por uma Sociedade Anônima, e distribuída aos seus acionistas por ocasião do encerramento do exercício social. No Brasil, os dividendos obrigatórios estão estabelecidos no § 2º do art. 202 da lei das sociedades anônimas.

Os Dividendos Propostos a Receber, registrados no Tesouro do Estado, representam a parcela que o estado do Rio de Janeiro tem a receber dos dividendos da CEDAE, referentes aos exercícios de 2013 e 2014.

Considerando que o Balanço da CEDAE, apresentado a esta Contadoria até a elaboração desta prestação de contas, não constavam saldos em dividendos a pagar, foi solicitado ao Tesouro Estadual,



em 04/03/2016 através da CI/SUGER/Nº18, que prestasse informações por intermédio de nota explicativa acerca do saldo na referida conta 1.1.3.8.1.01.31 – Dividendos Propostos a Receber.

Em atendimento à CI./SUGER/Nº 18 de 04 de março de 2016, o Tesouro Estadual encaminhou Nota Técnica nº 03/2016 de 18/03/2016 a esta Contadoria, informando que o saldo de R\$ 38.711 mil deve-se ao registro de créditos a receber da CEDAE do exercício de 2013, conforme processo E-17/100.131/2013 do primeiro termo de encontro de contas entre o Estado e a CEDAE e que este valor não teve sua baixa efetuada na conta 1.1.3.8.1.01.31 - = DIVIDENDOS PROPOSTOS A RECEBER por não constar no processo elementos definitivos da referida quitação das contas/faturas objeto do encontro de contas.

Destaca-se que além do montante informado acima, constam dividendos a receber de R\$ 69.235 mil relativos a distribuição da CEDAE de 2013 e de 2014 no valor de R\$ 109.325 mil, conforme 2015NL68273 e 2015NL68275, ambas de 31/12/2015. Tais recursos também são objeto de encontro de contas do Estado com a CEDAE.



## G) OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO

Tabela 003.2 – Outros Créditos a Receber  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>OUTROS CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>3.381.848</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.656.033</b>	<b>100,00%</b>	<b>27,33%</b>
Restos a Receber	41.104	1,22%	41.105	1,55%	0,00%
Ressarcimento de Pessoal Cedido - Extra OFS	291	0,01%	-	0,00%	-
Juros sobre operações imobiliárias	58	0,00%	87	0,00%	-33,90%
Devedores por Bilhetes Distribuídos	12.816	0,38%	16.029	0,60%	-20,05%
Cheques Devolvidos em Cobrança	20	0,00%	20	0,00%	0,00%
Créditos a Receber - Assunção de Dívida	2	0,00%	2	0,00%	0,00%
Correção Sobre Operações Imobiliárias	64	0,00%	63	0,00%	2,70%
Créditos em Empresas Estaduais	2.124	0,06%	2.162	0,08%	-1,73%
Créditos a Receber de Promissários	0	0,00%	32	0,00%	-100,00%
Contrib. Do Servidor p/Fundo Saúde Militar	67.667	2,00%	20.508	0,77%	229,96%
Adquirentes de Área Industriais	1.855	0,05%	2.099	0,08%	-11,64%
Agentes Devedores Diversos	1.536	0,05%	1.417	0,05%	8,40%
Outras Entidades Devedoras	2.552	0,08%	3.409	0,13%	-25,14%
Agentes Devedores Diversos	8	0,00%	1	0,00%	941,31%
Créditos a Receber Promissários - por Ano / Mês	987	0,03%	1.022	0,04%	-3,37%
Aluguéis a Receber - por Ano / Mês	739	0,02%	819	0,03%	-9,80%
Taxa de Ocupação de Imóveis - Por Ano / Mês	21.488	0,64%	21.020	0,79%	2,23%
Ressarc. Pes. Cedido - Extra OFSS p/ Ano/ Mês	114	0,00%	145	0,01%	-21,18%
Adiantamentos por Transf. Voluntárias	1.001.391	29,61%	329.530	12,41%	203,88%
Serv. Hospit. E Exames Laboratórias a Receber	10.818	0,32%	11.994	0,45%	-9,80%
Dívida Ativa	2.150.431	63,59%	2.150.431	80,96%	0,00%
Demais Créditos a Receber	65.782	1,95%	54.139	2,04%	21,50%

Fonte: SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

O total dessa rubrica em 2015 soma R\$ 3.381.848 mil. Em relação ao ano anterior apresentou um acréscimo de 27,33%.

Nesta conta, estão registrados diversos créditos a receber pelos órgãos do Estado, tais como adiantamento de transferências voluntárias; restos a receber; ressarcimento de pessoal cedido; devedores por bilhetes distribuídos; créditos a receber de promissários; aluguéis a receber; entre outros.

Deste montante, R\$ 2.150.431 mil referem-se aos créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa inscritos até 1997, pertencentes ao Rioprevidencia, tendo como contraparte a Secretaria de



Estado de Fazenda, conforme Determinação do TCE/RJ nº 41/2013, processo nº 105.879-8/14. Destaca-se a constituição de um ativo retificador, de mesmo valor, com a finalidade de não interferir no resultado atuarial, em observância aos princípios contábeis da oportunidade e da prudência. Uma vez mais, destaca-se que em virtude do encaminhamento intempestivo dos Relatórios Gerais do Estoque da Dívida Ativa relativos ao exercício de 2015, conforme Ofício PGE/PG-5/RJRS nº 113 de 22/03/2016, **não foi possível a atualização do estoque**. Ainda com base no referido ofício, não foi encaminhado o relatório de cálculo da provisão para perdas prováveis.

A rubrica “Adiantamentos por Transferências Voluntárias” apresentou um acréscimo da ordem de x%. Em sua grande maioria, refere-se ao valor do subsídio do BILHETE UNICO instituído pela Lei 5.628 de 20/12/2009, com base no convenio 001/10, entre a SETRANS e o RIOCARD com recursos do Fundo Estadual de Transporte – FET (UG 316100). Esse acréscimo foi da ordem de R\$ 700.000 mil em 2015.

## H) CRÉDITOS INTRAGOVERNAMENTAIS

Neste grupo está registrado o montante dos créditos a receber oriundos de transações ocorridas entre órgãos ou entidades integrantes da estrutura do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Abaixo, demonstramos os saldos que o compõem:

**Tabela 003.3 – Créditos Intragovernamentais**

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>CRÉDITOS INTRAGOVERNAMENTAIS</b>	<b>1.152.370</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.043.910</b>	<b>100,00%</b>	<b>10,39%</b>
Créditos a Receber pela Compensação BERJ	407.113	35,33%	367.741	35,23%	10,71%
Créditos de Órgãos e Entidades Estaduais	114.972	9,98%	66.130	6,33%	73,86%
Adiantamento para Transferências Voluntárias	630.285	54,69%	610.039	58,44%	3,32%

Fonte: SIAFEMRJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

Inicialmente, considera-se que ainda é inviável eliminar a totalidade dos Ativos e Passivos intragovernamentais, devido à dificuldade na compatibilização dos saldos entre os Órgãos.



Do montante total da conta Créditos a Receber pela Compensação do BERJ, R\$ 407.041 mil estão registrados no ativo do Rioprevidência. A variação de 10,71% em relação ao exercício anterior se deu pela atualização monetária em face do valor da UFIR/RJ para o exercício de 2016.

A conta de Créditos de Órgãos e Entidades Estaduais registra, em sua maioria, os valores referentes aos convênios entre Secretaria de Segurança Pública - SSP e DETRAN, não repassados por este último para pagamentos de despesas efetuadas pelo Tesouro Estadual conforme o saldo da conta 1.1.3.8.2.01.05 – Créditos de Órgãos e Entidades Estaduais, no total de R\$ 66.130 mil.

A conta de Adiantamento para Transferências Voluntárias soma R\$ 630.285 mil, dos quais R\$ 518.905 mil se referem ao DETRAN; R\$ 85.003 mil ao Fundo Especial da ALERJ e R\$ 26.377 mil ao Fundo Especial do TJ.

#### **I) AJUSTES DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO**

Em 2015, a rubrica Ajustes de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo totalizou R\$ 2.154.287 mil, dos quais R\$ 2.150.431 mil (99,82%) corresponde ao montante registrado no ativo referente à apropriação do direito da dívida ativa não repassada pelo Estado do Rio de Janeiro ao Rioprevidência. Conforme já mencionado no item G, não foi possível a atualização provisão para perdas prováveis do estoque.

#### **4.4 Estoques**

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.



### Tabela 004 – Estoques

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>ESTOQUES</b>	<b>814.360</b>	<b>100,00%</b>	<b>714.246</b>	<b>100,00%</b>	<b>14,02%</b>
Mercadorias para Revenda	2	0,00%	613	0,09%	-99,71%
Produtos e Serviços em Elaboração	4.802	0,59%	4.152	0,58%	15,65%
Matérias-primas	1.407	0,17%	707	0,10%	99,04%
Almoxarifado	670.334	82,31%	564.558	79,04%	18,74%
Outros Estoques	137.815	16,92%	144.215	20,19%	-4,44%

Fonte: SIAFEMRJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

O Estoque apresentou um saldo de R\$ 814.360 mil em 2015, sofrendo um acréscimo de 14,02% em relação ao ano de 2014, devido principalmente à entrada de material de consumo do almoxarifado (Insumos Básicos, Medicamentos em Geral e Material Cirúrgico de Laboratório e Enfermagem, entre outros), conta que representa 82,31% do Estoque.

### 4.5 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo.

### Tabela 005 – VPD Pagas Antecipadamente

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE</b>	<b>6.406</b>	<b>100,00%</b>	<b>107.618</b>	<b>100,00%</b>	<b>-94,05%</b>
Prêmios de Seguros a Apropriar	494	7,71%	498	0,46%	-0,67%
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	187	2,92%	94	0,09%	98,85%
Benefícios a Pessoal a Apropriar	418	6,53%	451	0,42%	-7,20%
Demais VPD a Apropriar	5.306	82,83%	106.576	99,03%	-95,02%

Fonte: SIAFEMRJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

Em 2015 essa rubrica apresentou um saldo de R\$ 6.406 mil, dos quais R\$ 5.265 mil correspondem a Demais VPD a Apropriar referentes ao Instituto Vital Brasil SA.





A conta de Demais VPD a Apropriar variou significativamente principalmente devido à transferência para a conta 1.2.2.7.1.01.01 – Projetos em Andamento, referentes a valores da Secretaria de Estado do Ambiente e do SEA – Prog. Saneamento Ambiental Baía de Guanabara.

**Tabela 005.1 – Demais VPD a Apropriar**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>DEMAIS VPD A APROPRIAR</b>	<b>5.306</b>	<b>100,00%</b>	<b>106.576</b>	<b>100,00%</b>	<b>-95,02%</b>
Antecipação Contribuição Patronal RPPS s/ 13º Salário	-	0,00%	18.695	17,54%	-100,00%
Outras Despesas Antecipadas	5.306	100,00%	87.880	82,46%	-93,96%

Fonte: SIAFEMRJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

A conta de Antecipação de Contribuição Patronal RPPS s/13º Salário registra transações INTRA-OFSS referentes às antecipações de valores que os diversos órgãos do Estado remetem ao Rioprevidência. No exercício de 2014, o montante não pôde ser excluído da consolidação devido à disparidade dos saldos.

## 4.6 Créditos a Longo Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimentos de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis após doze meses da publicação das demonstrações contábeis deduzido os ajustes de perdas de créditos a longo prazo.

**Tabela 006 – Créditos a Longo Prazo**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>CRÉDITOS A LONGO PRAZO</b>	<b>18.933.984</b>	<b>100,00%</b>	<b>19.847.748</b>	<b>100,00%</b>	<b>-4,60%</b>
Créditos Tributários a Receber	947.000	5,00%	61.696	0,31%	1434,95%
Dívida Ativa Tributária	56.714.626	299,54%	57.538.592	289,90%	-1,43%
Dívida Ativa Não Tributária	1.598.969	8,44%	1.597.595	8,05%	0,09%
(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(40.664.527)	-214,77%	(40.664.261)	-204,88%	0,00%
Empréstimos e Financiamentos	337.915	1,78%	1.314.125	6,62%	-74,29%

Fonte: SIAFEMRJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)



Em comparação ao exercício anterior, os créditos sofreram um decréscimo de 4,60%, variando de R\$ 19.847.748 mil em 2014 para R\$ 19.933.984 mil em 2015. A seguir, serão abordadas explicações sobre os itens que compõem a referida conta.

#### **A) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER A LONGO PRAZO**

Os Créditos Tributários a Receber de Longo Prazo, no montante de R\$ 947.000 mil, estão integralmente registrados no Rioprevidencia e referem-se ao ICMS Parcelado, de que trata o Decreto Estadual nº 36.994/05. Este saldo vem sendo regularmente atualizado no decorrer de todo o exercício de 2015.

O acréscimo da conta se deu pelo registro da atualização do fluxo a receber deste ICMS Parcelado em conformidade com a Nota Técnica RIOPREV/GOP nº 003 de 13/01/2016 (vide Volume 7, parte 2, aba12)

#### **B) DÍVIDA ATIVA**

Conforme explicitado no item 4.2 D deste Volume, a Dívida Ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez já foram apuradas, porém não foram efetivamente recebidos nas datas aprazadas.

A tabela a seguir demonstra o estoque da Dívida Ativa.



**Tabela 006.1 – Dívida Ativa**

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

	R\$ Mil				
DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>DÍVIDA ATIVA - CURTO E LONGO PRAZO</b>	<b>17.780.691</b>	<b>100,00%</b>	<b>18.603.607</b>	<b>100,00%</b>	<b>-4,42%</b>
<b>Dívida Ativa Tributária - Curto e Longo Prazo</b>	<b>57.080.840</b>	<b>321,03%</b>	<b>57.904.806</b>	<b>311,26%</b>	<b>-1,42%</b>
Créditos Inscritos a Curto Prazo	366.214	0,64%	366.214	0,63%	0,00%
Créditos Inscritos a Longo Prazo	57.537.281	100,80%	57.536.543	99,36%	0,00%
Créditos em Processo de Inscrição a Longo Prazo	408	0,00%	2.049	0,00%	-80,07%
Comp. Prec. Judic. c/ Div. Ativa Trib a Longo Prazo	(823.063)	-1,44%	-	0,00%	-
<b>Dívida Ativa Não Tributária - Curto e Longo Prazo</b>	<b>1.607.079</b>	<b>9,04%</b>	<b>1.605.762</b>	<b>8,63%</b>	<b>0,08%</b>
Creditos Inscritos a Curto Prazo	8.110	0,50%	8.167	0,51%	-0,70%
Créditos Inscritos a Longo Prazo	1.604.886	99,86%	1.574.582	98,06%	1,92%
Créditos em Processo de Inscrição a Longo Prazo	12.408	0,77%	23.013	1,43%	-46,08%
Comp. Prec. Judic. c/ Div. Ativa não Trib a Longo Prazo	(18.324)	-1,14%	-	0,00%	-
<b>Ajustes para Perdas - Curto e Longo Prazo</b>	<b>(40.907.228)</b>	<b>-230,07%</b>	<b>(40.906.961)</b>	<b>-219,89%</b>	<b>0,00%</b>
Ajustes para Perdas - Curto Prazo*	(242.700)	0,59%	(242.700)	0,59%	0,00%
Ajustes para Perdas - Longo Prazo	(40.664.527)	99,41%	(40.664.261)	99,41%	0,00%

Fonte: SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

\*Valor de 2014 alterado pois houve um erro na fórmula do excel.

O saldo da Dívida Ativa Tributária e não Tributária deduzido do Ajuste para Perdas, apresentou um decréscimo de 4,45% em relação ao exercício anterior, variando de R\$ 18.609.661 mil em 2014 para R\$ 17.780.691 mil em 2015. Essa variação se deu principalmente devido à compensação de créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa, com precatórios vencidos extraídos contra o estado do Rio de Janeiro, conforme Rotina CONOR/SUNOT/CGE n.º 034/2014.

Em 27/12/2012, o Estado do Rio de Janeiro editou o Decreto nº 44.006, revogando o Decreto nº 37.050 de 10 de março de 2005, tratando da transferência do estoque da Dívida Ativa após 1997 para o Tesouro Estadual, permanecendo no patrimônio da autarquia, apenas os recebíveis anteriores a 1997.

O Art.11, inciso II do Decreto nº 45.404 de 14/10/2015, determinou que a Procuradoria da Dívida Ativa – PG-5 enviasse até o dia 15 de janeiro de 2016 os Demonstrativos do Estoque da Dívida Ativa.



Em virtude do encaminhamento intempestivo dos Relatórios Gerais do Estoque da Dívida Ativa relativos ao exercício de 2015, conforme Ofício PGE/PG-5/RJRS nº 113 de 22/03/2016, não foi possível a atualização do estoque. Ainda com base no referido ofício, não foi encaminhado o relatório de cálculo da provisão para perdas prováveis.

Por esse motivo, não houve variação percentual no comparativo de 2014 para 2015 nas contas de Créditos Inscritos a Curto Prazo, Créditos Inscritos a Longo Prazo, Ajustes para Perdas - Longo Prazo. Esse fato consta evidenciado na Tabela 006.1 – DÍVIDA ATIVA deste volume, bem como no Volume 4 - item 4.03.01 – DEMONSTRATIVO DO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA – 2015.

Segue abaixo o detalhamento da Dívida Ativa Tributária de longo prazo, no qual pode se observar que está composta, em grande maioria, pela Dívida Ativa referente ao ICMS:

**Tabela 006.2 – Dívida Ativa Tributária LP**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - Longo Prazo</b>	<b>56.714.626</b>	<b>100,00%</b>	<b>57.538.592</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1,43%</b>
ICMS	43.166.526	76,11%	43.166.526	75,02%	0,00%
ICMS - Compensação Precatórios	(812.712)	-1,43%	-	0,00%	-
ICM	2.157.808	3,80%	2.157.808	3,75%	0,00%
ICM - Compensação Precatórios	(823)	0,00%	-	0,00%	-
FECP	587.148	1,04%	587.148	1,02%	0,00%
FECP - Compensação Precatórios	(4.414)	-0,01%	-	0,00%	-
ITD	278.480	0,49%	278.480	0,48%	0,00%
ITD - Compensação Precatórios	(5.012)	-0,01%	-	0,00%	-
ITBI	9.330	0,02%	9.330	0,02%	0,00%
IPVA	1.237.640	2,18%	1.237.640	2,15%	0,00%
IPVA - Compensação Precatórios	(58)	0,00%	-	0,00%	-
Outros Tributos	2.648	0,00%	3.550	0,01%	-25,43%
Outros Tributos - Compensação Precatórios	(45)	0,00%	-	0,00%	-
Taxas Diversas	348.068	0,61%	348.068	0,60%	0,00%
Multas Diversas	9.749.632	17,19%	9.749.632	16,94%	0,00%
Diversas Receitas	408	0,00%	408	0,00%	0,00%

Fonte: SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)



### **C) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS DE LONGO PRAZO**

Compreende o ajuste de perdas estimadas com o não recebimento de valores referentes a créditos de longo prazo, por inadimplência de terceiros e outros. Nem sempre é possível assegurar que os valores registrados efetivamente serão recebidos, existindo sempre um percentual de incerteza sobre a realização dos créditos.

Assim, com o objetivo de evidenciar essa margem de incerteza, utilizam-se contas redutoras referentes às contas de Ativos, permitindo que o valor final dos créditos a receber esteja de acordo com o valor provável de realização dos mesmos. Esta rubrica não teve variação no comparativo de 2014 para 2015, já que a Procuradoria da Dívida Ativa – PG-5 não enviou os Demonstrativos do Estoque da Dívida Ativa até a conclusão desta Prestação de Contas.

### **D) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS**

Os Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo somam R\$ 337.915 mil, apresentando um decréscimo de 74,29% em relação ao exercício anterior.

Deste total, R\$ 153.993 mil referem-se a financiamentos concedidos pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES. Este fundo foi instituído pelo artigo 6º do Decreto-lei nº 8 de 15 de março de 1975, e tem por objetivo a destinação de recursos a órgãos e entidades de direito público e privado para custear, total ou parcialmente, obras de infraestrutura e de interesse público, bem como programas e projetos considerados prioritários para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

### **4.7 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo**

Compreende os valores a receber por demais transações, com vencimento no longo prazo, conforme demonstrados na tabela a seguir:



### Tabela 007 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO</b>	<b>30.653.641</b>	<b>100,00%</b>	<b>56.173.455</b>	<b>100,00%</b>	<b>-45,43%</b>
Créditos a Receber p/ Desc. Prest. De Serv. Públicos	793.719	2,59%	799.431	1,42%	-0,71%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	101.313	0,33%	83.055	0,15%	21,98%
Royalties do Petróleo a Receber	28.952.729	94,45%	53.722.993	95,64%	-46,11%
Fluxo do FUNDES - Decreto N. 40.155/2006	368.907	1,20%	1.129.754	2,01%	-67,35%
Devedores p/ Financiamentos - FCVS	401.135	1,31%	401.135	0,71%	0,00%
Outros Cred. a Rec. e Valores a Longo Prazo	35.838	0,12%	37.087	0,07%	-3,37%

Fonte: SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

Em 2015, os Demais Créditos e Valores a Longo Prazo atingiram o montante de R\$ 30.653.641 mil, apresentando um decréscimo de 45,43% em relação ao exercício anterior.

#### A) CRÉDITOS A RECEBER POR DESCENTRALIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Os Direitos sobre Concessões estão contidos na rubrica Créditos a Receber p/Desc. Prest. de Serv. Públicos no montante de R\$ 701.621 mil.

O Poder Público pode realizar, de forma centralizada, seus próprios serviços, por meio de órgãos da Administração Direta, ou prestá-lo, de forma descentralizada, por meio das autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedade de economia mista e consórcios públicos de direito público, sendo todas essas, pessoas jurídicas integrantes da Administração Indireta. Mais ainda, pode prestar serviços públicos através de entidades paraestatais, consideradas entes de colaboração, que se situam ao lado do Estado, sem a ele pertencer; e finalmente, por empresas privadas e particulares individualmente consideradas, como as concessionárias, permissionárias e autorizatárias de serviços públicos.

O Estado do Rio de Janeiro, por ato administrativo, facultou ao setor empresarial privado por determinado tempo, finalidade e condição expressa mediante autorização ou concessão, as outorgas dos serviços públicos de transporte ferroviário, metroviário, aquaviário e exploração de rodovias, fiscalizados pelas agências reguladoras.



### Tabela 007.1 – Direitos sobre Concessões

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2014	INGRESSOS	ATUALIZAÇÕES	RECEBIMENTOS	BAIXAS	2015
<b>DIREITOS SOBRE CONCESSÕES</b>	<b>799.431</b>	<b>-</b>	<b>32.890</b>	<b>(130.700)</b>	<b>-</b>	<b>701.621</b>
Concessionária Rota 116 S/A	171.220	-	14.572	-	-	185.792
Metrô - OPPORTTRANS <sup>3</sup>	349.176	-	-	-	-	349.176
Metrô - Trecho Arco Verde/S. Campos	17.636	-	-	-	-	17.636
Ceg Rio S/A <sup>1</sup>	159.740	-	11.194	(79.870)	-	91.064
Cia. Distrib. de Gas do RJ - CEG <sup>2</sup>	101.660	-	7.124	(50.830)	-	57.954

<sup>1</sup> - Atende aos municípios de Saquarema, Angra dos Reis, Teresópolis, Nova Friburgo e Cachoeira de Macacu

<sup>2</sup> - Atende aos municípios de Mangaratiba e Maricá

<sup>3</sup> - Contrato original de serviço de transporte metroviário concedido a Oportrans

Fonte: SIAFEM/RJ

Os valores a receber provenientes das Outorgas de Serviços Públicos, apresentaram em 2015, um decréscimo de 12,23% (R\$ 97.810 mil) em relação ao ano anterior, devido principalmente aos recebimentos referentes à CEG RIO S/A no valor de R\$ 79.870 mil e a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG no valor de R\$ 50.830 mil.

Conforme 3º Termo Aditivo ao contrato de concessão de distribuição de gás canalizado, firmado em 21/07/1997, a CEG RIO S/A compromete-se a distribuir gás natural comprimido (GNC) e/ou gás natural liquefeito (GNL) nos municípios de Saquarema, Angra dos Reis, Teresópolis, Nova Friburgo e Cachoeira de Macacu.

Já a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, conforme 3º Termo Aditivo ao contrato de concessão de distribuição de gás canalizado, firmado em 21/07/1997, compromete-se a distribuir gás natural comprimido (GNC) e/ou gás natural liquefeito (GNL) nos municípios de Mangaratiba e Maricá.

A Companhia de Transporte sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - Riotrilhos detém o montante de R\$ 366.812 mil, que se desmembra nos itens de concessão do Metrô (sob supervisão da RIOTRILHO) à Oportrans, conforme contrato original com saldo de R\$ 349.176 mil e concessão do Metrô (sob supervisão da RIOTRILHO) à Oportrans, para execução do trecho Arco Verde/Siqueira Campos no valor de R\$ 17.636 mil.

A outorga à concessionária Rota 116 S/A, apresentou uma variação de R\$ 14.572 mil, relativa à atualização ocorrida no período.

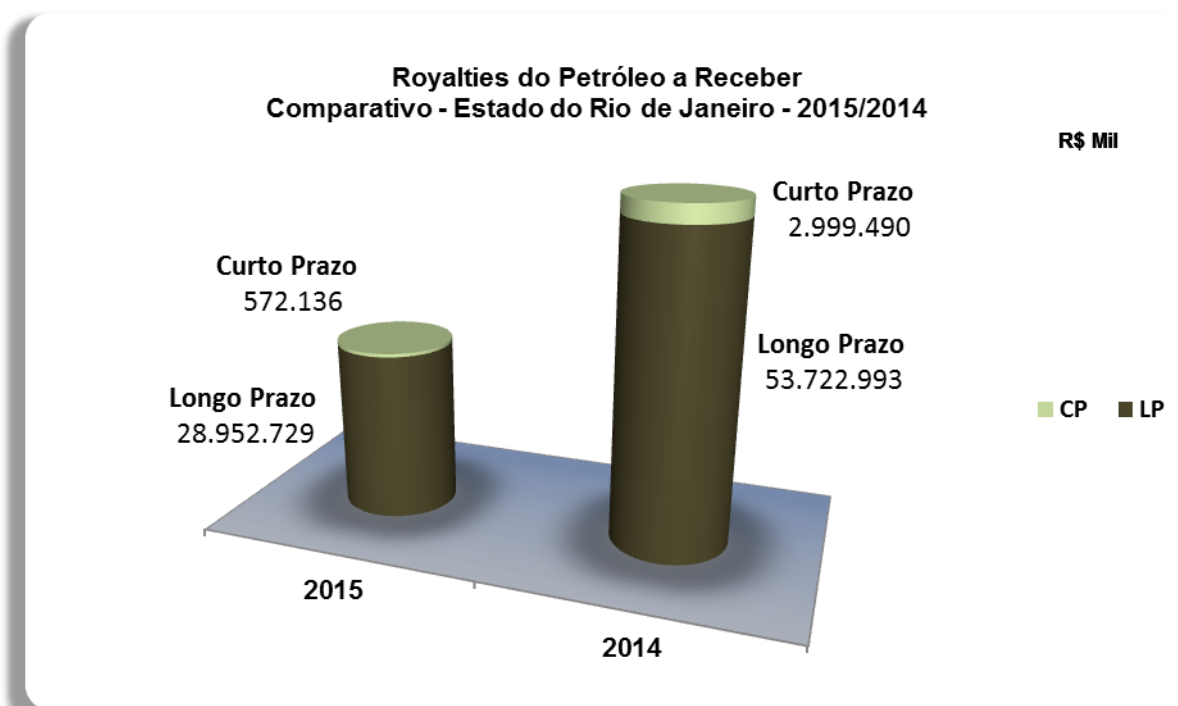


Este assunto foi melhor detalhado no item 4.05 do Volume 4 – Demais Demonstrativos Contábeis e Gerenciais.

## B) ROYALTIES DO PETRÓLEO A RECEBER

Esta rubrica contempla os valores a receber contabilizados como Direitos sobre Exploração do Petróleo (Royalties), ou seja, o fluxo futuro de Royalties e participações especiais, e contribui com 94,45% para formação dos Demais Créditos e Valores a Longo Prazo. Conforme já descrito no tópico 4.3 letra “D” deste volume, os direitos sob royalties estão divididos entre curto e longo prazo, totalizando no longo prazo R\$ 28.952.729 mil. Em 2015 apresentou um decréscimo de 46,11% em relação ao exercício anterior, decorrente do registro da atualização do fluxo dos royalties e participação especial a receber, conforme reavaliação realizada através da Nota Técnica GOP/DIN nº 05 de 21/01/2016, constante do Volume 7, parte 2, aba12.

Abaixo demonstramos graficamente o fluxo futuro de Royalties e participações especiais.







## C) FLUXO DO FUNDES

Representam o fluxo do Fundo de Desenvolvimento Econômico Social – FUNDES, instituído pelo Decreto-Lei nº 8/75, ingressados no Tesouro Estadual a partir de janeiro de 2007, e incorporados ao RIOPREVIDÊNCIA por meio da publicação do Decreto Estadual n.º 40.155/2006 e suas alterações.

Em 2015 o valor deste ativo no longo prazo foi de R\$ 368.907 mil. O montante do FUNDES, registrado no Rioprevidência, está corrigido de acordo com a Nota Técnica RIOPREV/GOP Nº 04 de 15/01/2016, constante do Volume 7.

## 4.8 Investimentos

Os Investimentos compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no Ativo Circulante, nem no Ativo Realizável a Longo Prazo e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade.

**Tabela 008 – Investimentos**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>11.317.511</b>	<b>100,00%</b>	<b>8.987.066</b>	<b>100,00%</b>	<b>25,93%</b>
Participações Societárias	6.332.151	55,95%	5.430.199	60,42%	16,61%
Participações em Fundos e Condomínios	473	0,00%	473	0,01%	0,00%
Propriedades para Investimentos	1.985.652	17,54%	1.984.872	22,09%	0,04%
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	366.077	3,23%	271.472	3,02%	34,85%
Demais Investimentos Permanentes	2.633.158	23,27%	1.300.052	14,47%	102,54%

Fonte: SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

## A) PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Esta rubrica representa a participação acionária do Estado em Sociedades de Economia Mista, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos são apresentados pelo custo de aquisição, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 2015, deduzidos de provisão para perda estimada na realização desses ativos.



**Tabela 008.1 – Participações Societárias**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>Investimentos do Estado</b>	<b>6.332.151</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.430.198</b>	<b>100,00%</b>	<b>16,61%</b>
Investimentos pela Equivalência Patrimonial	6.240.028	98,55%	5.432.418	100,04%	14,87%
Outros Investimentos	101.348	1,60%	7.006	0,13%	1346,60%
( - ) Provisão p/ Perdas em Investimentos	(9.226)	-0,15%	(9.226)	-0,17%	0,00%

Fonte: SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

No exercício de 2015, os Investimentos do Estado tiveram uma variação nominal positiva de 16,61% em relação ao ano anterior, devido principalmente ao resultado da equivalência patrimonial sobre a CEDAE.

### **Investimentos abrangidos pela Equivalência Patrimonial**

A equivalência patrimonial é o método que consiste em atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária do Estado no patrimônio líquido das sociedades por ele investido, e no reconhecimento dos seus efeitos na demonstração do resultado do exercício, conforme o item 21 da NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, aprovada pela Resolução CFC 1.137/08.



**Tabela 008.2 – Demonstrativo da Equivalência Patrimonial**  
**TABELA 008.2 - DEMONSTRATIVO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL**

**SOCIEDADES INTEGRANTES DO ORÇAMENTO DO ESTADO**

R\$ Mil

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	TOTAL DO PATRIMÔNIO	% PART. NO CAPITAL	RESULTADO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	INVESTIMENTOS SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	PROV. P/ PERDAS INVESTIMENTOS	PERDAS E DESÁGIOS INVESTIMENTOS
CASERJ	1.214	99,9995%	1.214	1.214	-	-
CEASA	21.509	99,9682%	21.502	21.502	-	-
CEHAB	(89.292)	99,4301%	(88.783)	37.185	(37.185)	(88.783)
METRO	(291.108)	92,2600%	(268.577)	386.795	(386.795)	(268.577)
CTC	(6.296)	99,9986%	(6.296)	985	(985)	(6.296)
FLUMITRENS	(449.583)	100,0000%	(449.583)	6.147	(6.147)	(449.583)
CODIN	33.501	99,9988%	33.501	33.501	-	-
IVB	57.356	99,6000%	57.126	57.126	-	-
CODERTE	28.812	99,9953%	28.811	28.811	-	-
CENTRAL	947.868	99,9999%	947.868	947.868	-	-
RIOTRILHOS	1.471.009	92,2593%	1.357.143	1.357.143	-	-
TURISRIO	408	68,4856%	280	280	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.725.398</b>		<b>1.634.206</b>	<b>2.878.556</b>	<b>(431.111)</b>	<b>(813.239)</b>

**SOCIEDADES NÃO INTEGRANTES DO ORÇAMENTO DO ESTADO**

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA / EMPRESA PÚBLICA	TOTAL DO PATRIMÔNIO	% PART. NO CAPITAL	RESULTADO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	INVESTIMENTOS SOC. ECON. MISTA / EMPRESA PÚBLICA	PROV. P/ PERDAS INVESTIMENTOS	PERDAS E DESÁGIOS INVESTIMENTOS
CEDAE	5.666.298	99,9996%	5.666.275	5.666.275	-	-
DIVERJ	1.359	99,9720%	1.358	1.358	-	-
BDRIO	6.341	99,9500%	6.338	6.338	-	-
CELF	(1)	99,8941%	(1)	9.226	(9.226)	(1)
AGERIO	438.470	99,9921%	438.435	438.435	-	-
IMPRESA OFICIAL	118.396	100,0000%	118.396	118.396	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>6.230.863</b>		<b>6.230.802</b>	<b>6.240.028</b>	<b>(9.226)</b>	<b>(1)</b>

**TOTAL INVESTIMENTOS SOC. ECON. MISTA / EMPRESA PÚBLICA 9.118.584**

Nas tabelas acima, pode-se verificar a participação acionária do Estado no patrimônio das sociedades e analisar os cálculos efetuados para a equivalência patrimonial. Ainda, na Tabela 008.6.1 – Cálculos de Consolidação – Participação Societária, pode-se observar a decomposição do total de investimentos em Sociedade de Economia Mista / Empresa Pública.



**Tabela 008.3 – Comparativos dos Investimentos Abrangidos pela Equivalência Patrimonial Soc. Não Integrantes do Orçamento**

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

SOCIEDADE ANONÔNIMA	R\$ Mil				
	2015	AV%	2014	AV%	AH%
CEDAE	5.666.275	90,81%	4.960.672	91,32%	14,22%
DIVERJ	1.358	0,02%	1.144	0,02%	18,74%
BDRIO	6.338	0,10%	6.085	0,11%	4,16%
CELF	9.226	0,15%	9.226	0,17%	0,00%
AGERIO	438.435	7,03%	334.816	6,16%	30,95%
IMPrensa Oficial	118.396	1,90%	120.476	2,22%	-1,73%
<b>TOTAL</b>	<b>6.240.028</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.432.418</b>	<b>100,00%</b>	<b>14,87%</b>

Fonte: SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

A Tabela 008.3 demonstra que em 2015 o saldo dos investimentos das Sociedades não integrantes do orçamento do Estado aumentou em R\$ 807.610 mil, o que representa uma variação nominal positiva de 14,87% em relação ao ano anterior. Tal fato deve-se, principalmente, ao resultado da equivalência patrimonial obtido sobre o patrimônio da CEDAE, positivo em R\$ 705.603 mi.

**A Determinação TCE-RJ nº 19 de 2014 tratava da apropriação da equivalência patrimonial baseando-se no patrimônio líquido das empresas referente ao mesmo exercício financeiro da consolidação. Nesse sentido foi encaminhado “Nota Explicativa” ao TCE-RJ informando que especificamente no caso da CEDAE, a apuração da equivalência patrimonial ocorreu em momento anterior ao da divulgação do seu Balanço oficial, tendo sido utilizado para cálculo o Patrimônio Líquido contido no último balancete de 2014 fornecido pela empresa até a data do encerramento do exercício no SIAFEM/RJ.**

**Da mesma forma, considerando a intempestividade citada acima, o montante do patrimônio da CEDAE utilizado para cálculo da equivalência patrimonial no Balanço Consolidado de 2015, refere-se a valores prévios disponibilizados no balancete de dezembro/2015, informados pela própria empresa. Após a divulgação oficial do balanço, serão feitos os ajustes necessários.**

### **Provisão para Perdas em Investimentos Abrangidos pela Equivalência Patrimonial**

Nesta rubrica estão registradas as perdas estimadas nos investimentos das Sociedades de Economia Mista avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, ocasionadas pelo prejuízo contábil apurado e que resultaram em patrimônio líquido negativo nessas Sociedades.



**Tabela 008.4 – Comparativos da Provisão p/ Perdas em Investimentos**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

SOCIEDADE ANÔNIMA	R\$ Mil				
	2015	AV%	2014	AV%	AH%
CELF	9.226	2,10%	9.226	2,10%	0,00%
CEHAB	37.185	8,44%	37.185	8,44%	0,00%
FLUMITRENS	6.147	1,40%	6.147	1,40%	0,00%
METRÔ	386.795	87,84%	386.795	87,84%	0,00%
C.T.C.	985	0,22%	985	0,22%	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>440.337</b>	<b>100,00%</b>	<b>440.337</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,00%</b>

Fonte: SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

A Provisão p/ Perda em Investimentos registra o mesmo valor do investimento em conta retificadora e o saldo negativo do Patrimônio Líquido das controladas fica evidenciado em grupo de conta do Passivo Não Circulante - Perdas ou Deságio em investimentos, conforme preceitua a instrução nº 247 de 27/03/1996, parágrafo 2º do art. 12 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

**Tabela 008.5 – Comparativos das Perdas e Deságios em Investimentos**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

SOCIEDADE ANÔNIMA	R\$ Mil				
	2015	AV%	2014	AV%	AH%
CELF	1	0,00%	0	0,00%	86,61%
CEHAB	88.783	10,92%	76.218	10,00%	16,49%
FLUMITRENS	449.583	55,28%	390.538	51,23%	15,12%
METRÔ	268.577	33,03%	289.754	38,01%	-7,31%
C.T.C.	6.296	0,77%	5.877	0,77%	7,13%
<b>TOTAL</b>	<b>813.240</b>	<b>100,00%</b>	<b>762.387</b>	<b>100,00%</b>	<b>6,67%</b>

Fonte: SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

Acima, o Quadro Comparativo das Perdas e Deságios em Investimentos demonstra os valores registrados no Passivo Não Circulante. No exercício de 2015 foi apurada uma variação nominal aumentativa nas perdas de R\$ 50.853 mil em relação ao exercício anterior.

### Consolidação dos Investimentos – Metodologia

Conforme item B86 da NBC – TG nº 36, na elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, foram efetuados ajustes nos investimentos, a fim de que fossem eliminadas todas as relações de movimentação entre órgãos e entidades pertencentes ao mesmo ente controlador e já incluídas no



Balanco Consolidado. Assim, demonstra-se a efetiva situação patrimonial do conjunto de entidades como se fosse um todo.

Procedimentos do Cálculo de Consolidação:

1. Totalizar os investimentos do Estado nas Sociedades de Economia Mista e nas Empresas Públicas, integrantes e não integrantes do Sistema SIAFEM/RJ, inclusive de Outros Investimentos;
2. Deduzir a provisão para perdas em investimentos, constituída até o valor do investimento;  
Ajustes:
3. Deduzir os investimentos em sociedades integrantes do SIAFEM/RJ;
4. Reverter o valor da provisão das perdas em investimentos das sociedades integrantes do SIAFEM/RJ.

**Tabela 008.6.1 – Cálculos de Consolidação – Participação Societária**

<b>PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>		R\$ Mi
INVESTIMENTOS EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		9.118.584
OUTROS INVESTIMENTOS		101.348
PROVISÃO P/ PERDAS EM INVESTIMENTOS		(440.337)
<b>PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>		<b>8.779.596</b>
<b>AJUSTES</b>		
SOCIEDADES DEPENDENTES		(2.878.556)
PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS		431.111
<b>PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS - CONSOLIDADO</b>		<b>6.332.151</b>

**Tabela 008.6.2 – Cálculos de Consolidação – Perdas e Deságios em Investimentos**

<b>PERDAS E DESÁGIOS EM INVESTIMENTOS</b>		R\$ Mi
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		11.499.015
<b>AJUSTE</b>		
PERDAS E DESÁGIOS EM INVESTIMENTOS		(813.239)
<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO - CONSOLIDADO</b>		<b>10.685.775</b>

Tal ajuste foi feito também no passivo do Balanco Consolidado na conta 2.2.8.9.1.90.03 - Perdas e Deságios em Investimentos, que registra os investimentos negativos do Estado.



**Tabela 008.6.3 – Cálculos de Consolidação – Participação de Não Controladores**

PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES		R\$ Mi
A - PL DAS SOCIEDADES INTEGRANTES SIAFEM/RJ		1.725.398
B - INVESTIMENTO LÍQUIDO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		(2.447.445)
* SOCIEDADES DEPENDENTES	(2.878.556)	
* PROVISÃO P/ PERDAS EM INVESTIMENTOS	431.111	
C - PERDAS E DESÁGIOS EM INVESTIMENTOS		813.239
<b>D = A + B + C PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES</b>		<b>91.192</b>

Em consonância com a Resolução CFC 1.350/11, introduziu-se no Balanço Consolidado a conta Participação de Não Controladores (anteriormente denominado “Minoritários”), que é a parte do patrimônio líquido da controlada não atribuível direta ou indiretamente à controladora.

**Tabela 008.6.4 – Cálculo da Participação dos Não Controladores**

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA		Total do Patrimônio - Soc. Integrantes do Orçamento	Investimentos	Prov. p/ Perdas Investimentos	Prov.p/ Perdas e Deságios	Participação dos não Controladores
		A	B	C	D	E = A-B-C-D
137100	CASERJ	1.214	1.214	-	-	0
137200	CEASA	21.509	21.502	-	-	7
197100	CEHAB	(89.292)	37.185	(37.185)	(88.783)	(509)
217100	METRO	(291.108)	386.795	(386.795)	(268.577)	(22.532)
217200	CTC	(6.296)	985	(985)	(6.296)	(0)
217300	FLUMITRENS	(449.583)	6.147	(6.147)	(449.583)	(0)
227100	CODIN	33.501	33.501	-	-	0
297100	IVB	57.356	57.126	-	-	229
317100	CODERTE	28.812	28.811	-	-	1
317200	CENTRAL	947.868	947.868	-	-	1
317300	RIOTRILHOS	1.471.009	1.357.143	-	-	113.866
437100	TURISRIO	408	280	-	-	129
<b>TOTAL</b>		<b>1.725.398</b>	<b>2.878.556</b>	<b>(431.111)</b>	<b>(813.239)</b>	<b>91.192</b>

Fonte: SIAFEM/RJ

O patrimônio líquido sofreu um ajuste de R\$ 1.634.206 mil, devido à exclusão do valor total do patrimônio líquido das sociedades integrantes do SIAFEM/RJ no valor de R\$ 1.725.398 mil e a inclusão da Participação de Não Controladores no valor de R\$ 91.192 mil.



## B) PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

**Tabela 008.7 – Propriedades para Investimentos**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

	R\$ Mil				
DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS</b>	<b>1.985.652</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.984.872</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,04%</b>
Bens Imóveis	562.310	28,32%	562.120	28,32%	0,03%
Bens Móveis	1.421.655	71,60%	1.421.655	71,62%	0,00%
Títulos e Valores	1.687	0,08%	1.097	0,06%	53,76%

Fonte: SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

Esta rubrica apresentou saldo de R\$ 1.985.652 mil e representa 17,54% do total dos Investimentos.

Dos Bens Imóveis, destacam-se os valores de R\$ 539.383 referentes aos terrenos e instalações pertencentes à Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL.

Dos Bens Móveis, destacam-se os valores de R\$ 541.660 mil referentes aos trens que integram o patrimônio da Secretaria de Estado de Transportes e R\$ 464.703 mil referentes aos veículos pertencentes à Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL.

## C) INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO

Os Investimentos do RPPS de Longo Prazo registram os investimentos efetuados pelo RPPS em terrenos, edificação de uso residencial e comercial, observados os limites estabelecidos pelo art. 9 Resolução BACEN nº 3.922/2010.

Tais recursos foram investidos pelos órgãos competentes para gerir o RPPS, conforme nos montantes R\$ 83.264 mil pertencentes ao IPERJ e R\$ 282.813 mil pertencentes ao Rioprevidência.





## D) DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES

**Tabela 008.8 – Demais Investimentos Permanentes**

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES</b>	<b>2.633.158</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.300.052</b>	<b>100,00%</b>	<b>102,54%</b>
Projetos em Andamento	757.496	28,77%	420.581	32,35%	80,11%
Atividades em Andamento	1.236.506	46,96%	344.001	26,46%	259,45%
Investimentos - Aplicações Diretas	55.546	2,11%	3.499	0,27%	1487,60%
Investimentos - Material de Consumo	73.482	2,79%	72.763	5,60%	0,99%
Bens Móveis em Trânsito	817	0,03%	817	0,06%	0,00%
Outros Investimentos	509.310	19,34%	458.391	35,26%	11,11%

Fonte: SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

Os Demais Investimentos Permanentes somam R\$ 2.633.158 e representam 23,27% do total de Investimentos. São compostos por bens a incorporar, que são projetos em andamento, atividades em andamento, investimentos em aplicações diretas, investimentos em materiais de consumo, bens móveis em trânsito e outros investimentos.

Dos Projetos em Andamento, os saldos mais significativos referem-se à Fundação Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC no montante de R\$ 165.487 mil, R\$ 99.661 mil ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, R\$ 77.218 à Secretaria de Estado de Ambiente, R\$ 57.629 à Secretaria de Estado de Saúde e R\$ 49.733 à SEA – Prog. Saneamento Ambiental Baía Guanabara.

Das Atividades em Andamento, os saldos mais significativos referem-se à Secretaria de Estado de Transportes no montante de R\$ 864.291 mil, R\$ 156.360 mil à Secretaria de Estado da Casa Civil e R\$ 80.812 à Secretaria de Estado de Segurança.

Dos Outros Investimentos, os saldos mais significativos referem-se à Companhia Estadual de Engenharia de Transporte e Logística – CENTRAL no montante de R\$ 455.190 e R\$ 41.000 mil ao Fundo de Recuperação Econômica dos Municípios Fluminenses – FREMF.



## 4.9 Imobilizado

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, bem como pela dedução da depreciação acumulada, conforme quadro a seguir:

**Tabela 009 – Imobilizado**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

	R\$ Mil				
DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>25.650.008</b>	<b>100,00%</b>	<b>21.388.009</b>	<b>100,00%</b>	<b>19,93%</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>4.613.872</b>	<b>17,99%</b>	<b>4.283.924</b>	<b>20,03%</b>	<b>7,70%</b>
Bens Móveis	5.636.484	122,16%	5.264.623	122,89%	7,06%
(-) Depreciação Acumulada Bens Móveis	(1.022.612)	-22,16%	(980.698)	-22,89%	4,27%
<b>Bens Imóveis</b>	<b>21.036.136</b>	<b>82,01%</b>	<b>17.104.084</b>	<b>79,97%</b>	<b>22,99%</b>
Bens Imóveis	22.450.522	106,72%	18.454.034	107,89%	21,66%
(-) Depreciação Acumulada Bens Imóveis	(1.414.385)	-6,72%	(1.349.949)	-7,89%	4,77%

Fonte: SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

### 4.9.1 Bens Móveis

Compreende o valor das aquisições ou incorporações de bens corpóreos, que tenham existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social e que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços.

Conforme já explanado na letra “F” das Principais Práticas Contábeis, estabeleceu-se o ajuste inicial e a depreciação dos bens móveis do Estado, em conformidade com o Manual do Tratamento Inicial dos Bens Patrimoniais Móveis, que orienta quanto ao registro inicial desses bens da Administração Direta e Indireta (excluídas as empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações públicas de direito privado).



Estes procedimentos foram iniciados em 2014, de forma a refletir uma melhor posição nos saldos do Balanço Patrimonial.

Em 2015 os Bens Móveis do Estado totalizaram o valor de R\$ 4.613.872 mil, o equivalente a 17,99% do total dos Bens do Estado. No confronto com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de R\$ 329.948 mil.

Buscou-se apresentar um demonstrativo nos mesmos moldes do relatório abaixo apresentado dos Bens Imóveis. Para consecução desse objetivo foi aberta uma “Demanda de nº 2602” em 01/09/2015 junto à Assessoria de Tecnologia da Informação - ATI. Entretanto, devido a dificuldades operacionais alegadas pela ATI, não foi possível a elaboração do Demonstrativo Patrimonial dos Bens Móveis do Estado do Rio de Janeiro - Exercício 2015 – Consolidado.

#### **4.9.2 Bens Imóveis**

Compreende o valor dos bens imóveis, os quais são bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente.

A contabilidade deve espelhar a realidade patrimonial quando da elaboração do Balanço Geral do Estado. Neste sentido, o inciso III, do artigo 11, do Decreto nº 45.404, de 14 de Outubro de 2015, determina que a Subsecretaria de Patrimônio, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, encaminhe até 24 de Fevereiro de 2016 à Contadoria Geral do Estado, a relação dos imóveis de propriedade do Estado, com a indicação de seus ocupantes e da sua utilização, fazendo ainda constar seus valores de avaliação ou reavaliação, individualizados, e a segregação dos bens por utilização.

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão encaminhou a esta CGE, em atendimento ao citado Decreto, o Ofício SEPLAG/SUBPA nº 235 de 24/02/2016, que se encontra inserido no Volume 10 - Relação dos Imóveis Próprios Estaduais desta prestação de Contas de Gestão (publicado este ano exclusivamente em versão digital), informando o número de controle patrimonial, endereçamento, titularidade, ocupação ou utilização e valores de avaliação de todos os imóveis inscritos no cadastro da SEPLAG. Entretanto este relatório não está em conformidade com os saldos contábeis. Pretende-se em



2016, circulariza-lo junto as unidades gestora com a finalidade de compatibilizar com os saldos contábeis.

Atualmente, a depreciação dos bens imóveis do Estado é realizada pelas empresas públicas, sociedades de economia mista, Tribunal de Justiça e pelo Instituto de Previdência e Fundo Único de Previdência do Estado. A previsão da CGE é de que seja elaborada tal norma em 2016 a fim de que seja aplicada a partir de 2017 para adequação aos demais órgãos e entidades.

**Tabela 009.1 – Bens Imóveis**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>BENS IMÓVEIS</b>	<b>22.450.522</b>	<b>100,00%</b>	<b>18.454.034</b>	<b>100,00%</b>	<b>21,66%</b>
Edifícios	4.645.965	20,69%	4.584.605	24,84%	1,34%
Corr Monet de Bens Imóveis Lei 8200/91	1.191.575	5,31%	1.191.575	6,46%	0,00%
Obras em Andamento	11.990.821	53,41%	7.755.034	42,02%	54,62%
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.512.854	6,74%	1.482.644	8,03%	2,04%
Instalações	390.828	1,74%	390.480	2,12%	0,09%
Terrenos	444.919	1,98%	423.466	2,29%	5,07%
Imóveis a Cadastrar	2.226.074	9,92%	2.578.744	13,97%	-13,68%
Salas Comerciais	2.437	0,01%	2.437	0,01%	0,00%
Terras	25.015	0,11%	25.015	0,14%	0,00%
Bens Imóveis em Poder de Terceiros	20.035	0,09%	20.035	0,11%	0,00%

Fonte: SIAFEMRJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

Os bens imóveis contribuíram com 82,01% para a formação do Ativo Imobilizado. Em comparação ao exercício anterior verifica-se um acréscimo de 22,99%, decorrente principalmente da variação positiva da conta “Obras em Andamento”.

**DEMONSTRATIVO PATRIMONIAL DOS BENS IMÓVEIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EXERCÍCIO 2015 - CONSOLIDADO**

CONTA	SALDO INICIAL	AQUIS/INCOR	REAVALIACAO	BAIXA/ALIE	TRANSFERENCIA	SALDO FINAL		
123210101	EDIFICIOS	4.584.605	11.997	7.225	(693)	42.830	4.645.965	
123210102	TERRAS	25.015	-	-	(24.720)	24.720	25.015	
123210103	TERRENOS	423.466	10.690	-	12.888	-	2.125	444.919
123210104	SALAS COMERCIAIS	2.437	-	-	-	-	-	2.437
123210201	EDIFICIOS A CADASTRAR	127.656	12.775	-	-	(11.395)	129.037	
123210202	TERRAS A CADASTRAR	47.795	3.769	-	-	(24.720)	26.844	
123210203	TERRENOS A CADASTRAR	62.981	318	-	-	(1.892)	61.407	
123210204	OBRAS EM ANDAMENTO A CADASTRAR	2.340.312	4.037.841	-	(70.950)	(4.298.415)	2.008.787	
123210205	CM DE BENS IMOVEIS - LEI 8200/91	1.191.575	-	-	-	-	1.191.575	
123210206	OBRAS EM ANDAMENTO	7.755.034	669	-	(1.161)	4.236.281	11.990.821	
123210207	INSTALACOES	390.480	339	-	-	8	390.828	
123210208	BENFEITORIAS EM IMOVEIS DE TERCEIROS	1.482.644	2.921	-	(7.419)	34.708	1.512.854	
123210193	BENS IMOVEIS EM PODER DE TECEIROS	20.035	-	-	-	-	20.035	
<b>123210000</b>		<b>18.454.034</b>	<b>4.081.319</b>	<b>7.225</b>	<b>- 92.056</b>	<b>- 0</b>	<b>22.450.522</b>	

Fonte: SIAFEMRJ



Os materiais e serviços adquiridos para realização de OBRAS EM ANDAMENTO A CADASTRAR correspondem a aproximadamente 98,93% das aquisições. Trata-se de conta transitória, devido à impossibilidade de no momento da liquidação não haver inscrição genérica composta com o endereço completo do imóvel.

#### 4.10 Intangível

Os Bens Intangíveis compreendem os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Esta rubrica é composta por softwares, marcas, direitos e patentes industriais, deduzidas as amortizações acumuladas.

**Tabela 010 – Intangível**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

	R\$ Mil				
DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>INTAGÍVEL</b>	<b>37.356</b>	<b>100,00%</b>	<b>17.477</b>	<b>100,00%</b>	<b>113,74%</b>
Softwares	35.389	94,73%	16.233	92,88%	118,01%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	9.584	25,66%	7.498	42,90%	27,83%
(-) Amortização Acumulada	(7.617)	-20,39%	(6.253)	-35,78%	21,81%

Fonte: SIAFEMRJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

O Intangível totalizou R\$ 37.356 mil, dos quais R\$ 35.389 mil são referentes aos softwares adquiridos pelo Estado, representando 94,73% do grupo. O Intangível apresentou um acréscimo de 113,74% em relação ao exercício anterior.

No encerramento do exercício de 2015, 6 órgãos/entidades já estavam realizando a amortização dos bens intangíveis, sendo que dois da administração direta e 4 sociedades de economia mista, totalizando o valor de R\$ 7.617 mil.



#### 4.11 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

**Tabela 011 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo**

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. e ASSIST. A PAGAR A CP</b>	<b>3.870.269</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.641.237</b>	<b>100,00%</b>	<b>135,81%</b>
Pessoal a pagar	3.539.376	91,45%	1.379.357	84,04%	156,60%
Encargos sociais a pagar	330.893	8,55%	261.880	15,96%	26,35%

Fonte: SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

A conta de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo apresentou um acréscimo de 135,81%, variando de R\$ 1.641.237 mil em 2014 para R\$ 3.870.269 mil em 2015.

O pessoal a pagar contribuiu com 91,45% para a formação destas obrigações, apresentando um acréscimo de 156,60% em relação ao ano anterior, e está segregado conforme quadro abaixo:

**Tabela 011.1 – Pessoal a Pagar**

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>PESSOAL A PAGAR</b>	<b>3.539.376</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.379.357</b>	<b>100,00%</b>	<b>156,60%</b>
PESSOAL A PAGAR - EXTRA OFSS	3.375.914	95,38%	1.258.211	91,22%	168,31%
PESSOAL A PAGAR - INTRA OFSS	159.158	4,50%	117.827	8,54%	35,08%
PESSOAL A PAGAR - INTER OFSS - UNIAO	3.157	0,09%	3.006	0,22%	5,02%
PESSOAL A PAGAR - INTER OFSS - ESTADOS	245	0,01%	68	0,00%	258,53%
PESSOAL A PAGAR - INTER OFSS - MUNICIPIOS	902	0,03%	245	0,02%	267,92%

Fonte: SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

Essa rubrica, em sua maioria, esta representada pela folha de pagamento de Dez/2015 apropriada no montante de R\$ 1.682.430 mil, pelos Restos a Pagar de Pessoal de exercícios anteriores com R\$ 1.240.807 mil e pelas Sentenças Judiciais no montante de R\$ 437.431 mil.



Por outro lado, a rubrica de encargos sociais a pagar contribuiu com 8,55% do total do grupo, apresentando um acréscimo de 26,35%, segregado conforme quadro abaixo:

**Tabela 011.2 – Encargos Sociais a Pagar**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR</b>	<b>330.893</b>	<b>100,00%</b>	<b>261.880</b>	<b>100,00%</b>	<b>26,35%</b>
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-EXTRA OFSS	964	0,29%	508	0,19%	89,76%
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTRA OFSS	280.970	84,91%	215.516	82,30%	30,37%
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - UNIAO	48.959	14,80%	45.856	17,51%	6,77%

Fonte: SIAFEMRJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

#### 4.12 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimento no curto prazo.

**Tabela 012 – Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO</b>	<b>3.664.255</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.544.722</b>	<b>100,00%</b>	<b>43,99%</b>
Empréstimos a Curto Prazo - Interno	2.616.017	71,39%	2.154.939	84,68%	21,40%
Empréstimos a Curto Prazo - Externo	592.542	16,17%	207.114	8,14%	186,09%
Financiamentos a curto prazo - Interno	169.887	4,64%	179.417	7,05%	-5,31%
Juros e Encargos a pagar de Emp. e Financ. CP - Interno	4.277.230	116,73%	3.395.108	133,42%	25,98%
Juros e Encargos a pagar de Emp. e Financ. CP - Externo	251.147	6,85%	159.010	6,25%	57,94%
Encargos Financeiros a Apropriar - Interno	(3.991.420)	-108,93%	(3.391.856)	-133,29%	17,68%
Encargos Financeiros a Apropriar - Externo	(251.147)	-6,85%	(159.010)	-6,25%	57,94%

Fonte: SIAFEMRJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

Os Empréstimos a Curto Prazo – Interno e Externo, sofreram um acréscimo juntos, no montante de R\$ 846.506 mil, principalmente devido ao reajustamento positivo da dívida interna.



Os comentários sobre este item estão desenvolvidos para melhor compreensão no item 10 do Volume 1, que trata da Dívida Consolidada. Na tabela 19.1, encontram-se os montantes referentes aos saldos de curto e longo prazo.

De acordo com o MCASP, uma vez que já se sabe o valor dos juros e encargos financeiros a apropriar no decorrer da operação, é prudente que sejam registrados. No entanto, esse procedimento apenas estará de acordo com o Princípio da Competência se, concomitantemente, for escriturada uma conta retificadora pelo valor dos encargos financeiros a serem apropriados, visto que tais encargos ainda não são devidos e, portanto, seu valor deve ser abatido do valor total da dívida registrada. No decorrer da operação, os encargos devem ser apropriados em razão do prazo de vencimento das parcelas da operação. Vale ressaltar que tal procedimento só é possível se os juros em questão forem pré-fixados.

Em consonância com tal procedimento, foi criada a Rotina CONOR/SUNOT/CGE n.º 029/2014 de 24/03/14 que trata do controle da Dívida Pública Fundada ou Consolidada Estadual Interna e Externa. Com base na nova rotina passamos a apropriar os Juros e Encargos Financeiros contratuais ainda não devidos, mas que serão executados até o término do exercício seguinte abatendo o mesmo montante em conta retificadora.

#### **4.13 Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo**

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.





### Tabela 013 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO</b>	<b>4.536.094</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.417.935</b>	<b>100,00%</b>	<b>87,60%</b>
Fornecedores e Credores do Exercício - (P)	10.251	0,23%	-	0,00%	-
Fornecedores e Credores de Exercícios Anteriores	4.083.433	90,02%	2.135.803	88,33%	91,19%
Precatórios de Fornecedores e Credores 2015	2.431	0,05%	-	0,00%	-
Precatórios de Fornecedores e Credores de Exercícios Anteriores	17.810	0,39%	19.872	0,82%	-10,37%
Sentenças a Pagar - Fornecedores e Credores	3.946	0,09%	3.281	0,14%	20,26%
Fornecedores e Contas a Pagar - INTRA OFSS	210.426	4,64%	43.901	1,82%	379,32%
Contas a Pagar - INTER OFSS - União	22	0,00%	-	0,00%	-
Contas a Pagar - INTER OFSS - Municípios	207.774	4,58%	215.078	8,90%	-3,40%

Fonte: SIAFEMRJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

A conta de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo teve uma variação positiva de 87,60% quando comparado com o exercício anterior, devido principalmente ao maior volume de inscrições de restos a pagar em comparação aos pagamentos ocorridos no período. Tais obrigações não contemplam os restos a pagar não processados, por representar uma obrigação somente orçamentária. Os Restos a Pagar serão abordados no item 4.17 deste volume.

As contas de Fornecedores e Contas a Pagar – INTRA OFSS e as Contas a Pagar – INTEROFSS – Municípios sofreram acréscimos de 379,32%, principalmente devido à inscrição de Restos a Pagar.

#### 4.14 Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com prazo provável em até doze meses.

### Tabela 014 – Provisões a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>PROVISÕES A CURTO PRAZO</b>	<b>222.832</b>	<b>100,00%</b>	<b>199.570</b>	<b>100,00%</b>	<b>11,66%</b>
PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS CURTO PRAZO	10	0,00%	42	0,02%	-75,76%
PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO	27.134	12,18%	78.241	39,20%	-65,32%
OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO	25.768	11,56%	22.933	11,49%	12,36%

Fonte: SIAFEMRJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)



As provisões para riscos cíveis referem-se em grande parcela à Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS, no montante de R\$ 26.977 mil.

As outras provisões a curto prazo são compostas em sua maioria por provisão para férias, no montante de R\$ 16.613 mil e por provisão para indenização por desapropriação, no montante de R\$ 6.314 mil.

#### 4.15 Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento em até doze meses, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

**Tabela 015 – Demais Obrigações a Curto Prazo**

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO</b>	<b>6.252.698</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.782.567</b>	<b>100,00%</b>	<b>8,13%</b>
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	14.460	0,23%	17.037	0,29%	-15,12%
DIVIDENDOS A PAGAR	3.806	0,06%	1.942	0,03%	95,96%
VALORES RESTITUÍVEIS	1.677.817	26,83%	1.454.054	25,15%	15,39%
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.063.574	17,01%	1.010.946	17,48%	5,21%
DEP. JUDICIAL/ EXTRAJUDICIAL - L. 11.429 - INTRA	325.645	5,21%	325.645	5,63%	0,00%
CESSÃO DE DIR. - ROYALTIES PETRÓLEO - INTER-UNIÃO	1.482.347	23,71%	1.456.899	25,19%	1,75%
OBRIGAÇÕES P/ CONVÊNIOS RECEBIDOS - INTER-UNIÃO	813.947	13,02%	512.445	8,86%	58,84%
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS	5.965	0,10%	37.817	0,65%	-84,23%
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	865.137	13,84%	965.782	16,70%	-10,42%

Fonte: SIAFEMRJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

**A tabela “Demais Obrigações a Curto Prazo” foi alterada em relação à apresentada no exercício anterior, para manter conformidade com o GERAREL. Deste modo, os valores referentes ao exercício de 2014 também foram realocados às rubricas apresentadas neste quadro.**

**Tais medidas foram adotadas para atender à Determinação nº 14, Observação nº 13 constante do “Voto do Tribunal de Contas do Estado”, sobre as Contas de Gestão do Poder Executivo do exercício de 2014, na qual constatou-se que a metodologia exposta no GERAREL não estava sendo suficiente para compor os valores apresentados na tabela.**



## A) VALORES RESTITUÍVEIS

**Tabela 015.1 – Valores Restituíveis**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>VALORES RESTITUÍVEIS</b>	<b>1.677.817</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.454.054</b>	<b>100,00%</b>	<b>15,39%</b>
CONSIGNAÇÕES	1.037.652	61,85%	976.368	67,15%	6,28%
GARANTIAS	38.942	2,32%	24.132	1,66%	61,37%
DEPÓSITOS JUDICIAIS	228.211	13,60%	197.830	13,61%	15,36%
DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	287.232	17,12%	179.203	12,32%	60,28%
VALORES RESTITUÍVEIS - INTRA	85.780	5,11%	76.523	5,26%	12,10%

Fonte: SIAFEMRJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

As consignações apresentam os valores entregues, geralmente retidos em folha de pagamento de empregados ou servidores, e nos pagamentos referentes a compras de bens e serviços. A conta está composta em grande parcela por empréstimos, que são retenções realizadas em favor de bancos e financeiras, autorizados pelo servidor, no montante de R\$ 496.621 mil.

## B) OBRIGAÇÕES A PAGAR

As Obrigações a Pagar estão compostas, em grande parcela, por obrigações com credores sob a forma de contratos em renegociação. Deste total, R\$ 633.127 mil pertence à Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS.

## C) CESSÃO DE DIREITOS ROYALTIES PETRÓLEO – INTER-UNIÃO

A conta de Cessão de Direitos dos Royalties representa as obrigações do Estado devidas à União, com relação ao contrato de cessão de crédito nas modalidades de royalties e participação especial.

Esta rubrica apresentou um aumento de 1,75% em relação a 2014 e são referentes aos reajustamentos positivos do contrato de cessão de créditos de royalties e participação especial.



## D) OBRIGAÇÕES P/ CONVÊNIOS RECEBIDOS – INTER-UNIÃO

As Obrigações por Convênios Recebidos Inter-União pertencem em grande parcela à Secretaria de Estado de Obras, no montante de R\$ 444.493 mil, à Secretaria de Estado de Segurança, no montante de R\$ 81.929 mil e ao Instituto de Pesos e Medidas do Rio de Janeiro – IPEM, no montante de R\$ 85.715 mil.

## E) OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Tabela 015.2 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO</b>	<b>865.137</b>	<b>100,00%</b>	<b>965.782</b>	<b>100,00%</b>	<b>-10,42%</b>
CRÉDITOS DE TERCEIROS	26.639	3,08%	35.446	3,67%	-24,85%
BENS DE TERCEIROS	6.812	0,79%	28.713	2,97%	-76,28%
OBRIGAÇÕES C/ ÓRGÃOS E ENTIDADES ESTADUAIS - INTRA	81.721	9,45%	16.980	1,76%	381,28%
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - INTRA	600.047	69,36%	759.791	78,67%	-21,02%
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - INTER-ESTADOS	678	0,08%	4.539	0,47%	-85,07%
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - INTER-MUNIC.	94.534	10,93%	90.061	9,33%	4,97%
<b>OBRIGAÇÕES P/ CONVÊNIOS RECEBIDOS</b>	<b>54.707</b>	<b>6,32%</b>	<b>30.252</b>	<b>3,13%</b>	<b>80,84%</b>

Fonte: SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

A conta de Outras Obrigações a Curto Prazo - Intra refere-se, em grande parcela, às obrigações por convênios recebidos INTRA-OFSS, referentes à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, no montante de R\$ 358.893 mil e à Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, no montante de R\$ 145.000 mil. O total desta conta deveria manter paridade com contas de ativo, para que fossem eliminadas quando da consolidação dos balanços. Esta Contadoria vem interagindo junto aos Órgãos/Entidades para tentar compatibilizar os saldos das contas contábeis referentes às operações INTRA-OFSS.

A conta “Outras Obrigações a Curto Prazo – Inter-Munic.” também é composta integralmente por obrigações para convênios recebidos e tem um montante relevante pertencente à Secretaria de Estado de Segurança no valor de R\$ 89.016 mil.



## 4.16 Dívida Flutuante

Os componentes da dívida flutuante são aqueles contraídos por período limitado de tempo, que não ultrapassam o período de um ano, quer na sua condição de administrador de bens de terceiros confiados a sua guarda, quer para atender às necessidades de caixa momentâneas, realizadas independentemente de autorização orçamentária. Devem ter as suas respectivas contrapartidas no Ativo Financeiro, em contas que reflitam disponibilidades vinculadas às finalidades para as quais foram recebidas.

**Tabela 016 – Demonstrativo da Dívida Flutuante**

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA							R\$ Mil
DESCRIÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	AH %	
		31/12/2014	INSCRIÇÃO	PAGAMENTO			CANCELAMENTO
<b>Restos a Pagar</b>	<b>3.531.320</b>	<b>5.773.754</b>	<b>(2.944.955)</b>	<b>(282.761)</b>	<b>6.077.358</b>	<b>72,10%</b>	
Exercícios Anteriores	3.531.320	-	(2.944.955)	(282.761)	303.604	-91,40%	
Restos a Pagar	3.508.669	-	(2.938.112)	(282.761)	287.796	-91,80%	
Restos a Pagar - Decr. 40.874/2007	22.639	-	(6.843)	-	15.797	-30,23%	
Restos a Pagar - Decr. 41.377/2008	12	-	-	-	12	0,00%	
Exercício de 2015	-	5.773.754	-	-	5.773.754	0,00%	
<b>Serviço da Dívida a Pagar</b>	<b>3.253</b>	<b>285.810</b>	<b>(3.235)</b>	<b>(18)</b>	<b>285.810</b>	<b>8686,71%</b>	
Dívida Interna	3.253	285.810	(3.235)	(18)	285.810	8686,71%	
<b>Sentenças Judiciais</b>	<b>34.265</b>	<b>6.440</b>	<b>(5.094)</b>	<b>(124)</b>	<b>35.487</b>	<b>3,57%</b>	
<b>Depósitos</b>	<b>1.453.397</b>	<b>27.582.315</b>	<b>(27.131.650)</b>	<b>(220.280)</b>	<b>1.683.783</b>	<b>15,85%</b>	
Consignações	1.014.416	9.198.923	(8.870.048)	(220.058)	1.123.233	10,73%	
Depósitos de Diversas Origens	438.981	18.383.392	(18.261.602)	(222)	560.550	27,69%	
<b>Credores Entidades e Agentes</b>	<b>35.446</b>	<b>24.120</b>	<b>(32.927)</b>	<b>-</b>	<b>26.639</b>	<b>-24,85%</b>	
<b>Total da Dívida Flutuante</b>	<b>5.057.681</b>	<b>33.672.440</b>	<b>(30.117.861)</b>	<b>(503.183)</b>	<b>8.109.076</b>	<b>60,33%</b>	

Fonte: SIAFEM/RJ

A Dívida Flutuante de 2015 totalizou em R\$ 8.109.076 mil, conforme demonstrado no Balanço Patrimonial Consolidado (Passivo Financeiro), apresentando um acréscimo de 60,33% em relação ao ano anterior. Este aumento deve-se principalmente ao fato das inscrições efetuadas terem sido maiores que os pagamentos e cancelamentos dos restos a pagar do exercício. Os valores apresentados nos campos "Inscrição" e "Pagamento" estão demonstrados também na Dívida Flutuante do Balanço Financeiro. No 3º§ do item 4.17 – Restos a Pagar abordou-se o procedimento de inscrição de Sentenças e Serviço da Dívida.



#### 4.17 Restos a Pagar

Os Restos a Pagar compreendem as despesas orçamentárias, empenhadas e não pagas até 31 de dezembro de cada exercício financeiro, distinguindo-se os processados dos não processados. Os entes devem comprovar que possuem recursos financeiros para honrar estes compromissos, observando que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão destinados somente para seu objeto de vinculação.

Segundo o MCASP, a Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial, separando o Ativo e o Passivo em dois grandes grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização orçamentária para realização dos itens que o compõem. Neste contexto, o Passivo Financeiro compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os Restos a Pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

Para fins de compreensão dessa sistemática, ressalta-se que nos Restos a Pagar estão inseridos os créditos empenhados a liquidar, verificados na conta 631710101- RP NAO PROCESSADOS - INSCR. NO EXERCICIO, contidos na Demonstração da Dívida Flutuante – DDF e no PASSIVO FINANCEIRO.

No presente exercício, as despesas liquidadas e não pagas referentes ao Serviço da Dívida e às Sentenças Judiciais passaram a ser inscritas em Restos a Pagar. Entretanto, foi mantida a segregação dos valores nas respectivas linhas “Serviço da Dívida” e “Sentenças Judiciais” da Demonstração da Dívida Flutuante.

O montante inscrito em Restos a Pagar no valor de R\$ 6.066.004 mil, apresentado na Demonstração da Dívida Flutuante, cuja composição é efetuada através de contas do passivo é também composto através das contas orçamentárias de inscrição. Segue demonstrada nos quadros abaixo a composição dos valores inscritos:



<b>CONTAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	
<b>INSCRITOS EM 2015</b>	
<b>CONTAS</b>	<b>SALDOS</b>
632710101 = RP PROCESSADOS - INSCR. NO EXERCÍCIO - NE	<b>5.719.334</b>
631710100 RP NAO PROCESSADOS - INSCR. NO EXERCÍCIO	<b>346.670</b>
<b>TOTAL DE INSCRITOS</b>	<b>6.066.004</b>

<b>DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE</b>	
<b>INSCRITOS EM 2015</b>	
<b>LINHAS DA DEMONSTRAÇÃO</b>	<b>SALDOS</b>
<b>RESTOS A PAGAR (diversas contas do passivo)</b>	<b>5.773.754</b>
<b>SERVIÇO DA DÍVIDA (conta 212510201)</b>	<b>285.810</b>
<b>SENTENÇAS JUDICIAIS</b>	<b>6.440</b>
Sentenças Judiciais - Pessoal (conta 211110803)	4.009
Sentenças Judiciais - Fornecedores e Credores (conta 213110802)	2.431
<b>TOTAL DE INSCRITOS</b>	<b>6.066.004</b>

Quanto ao estoque de restos a pagar em 31/12/2015, somou R\$ 6.369.608 mil, apresentando um acréscimo em relação ao ano anterior de 80,37%. Este aumento deve-se principalmente ao fato das inscrições efetuadas terem sido maiores que os pagamentos e cancelamentos dos restos a pagar do exercício. (vide tabela 4.06.01 do Volume 4).

Segue demonstração do estoque de 2015 por tipo de administração e poder.



Tabela 017.1 – Restos a Pagar por Poder e Tipo de Administração

R\$ Mil

PODER / TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	POSIÇÃO ACUMULADA EM 31/12/2015			
	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL	AV%
<b>PODER LEGISLATIVO (I)</b>	<b>98.698</b>	<b>11.666</b>	<b>110.364</b>	<b>1,73%</b>
01000 Assembléia Legislativa	57.027	4.172	61.199	0,96%
02000 Tribunal de Contas	41.668	6.614	48.282	0,76%
02610 Fdo Esp.de Mod. do Cont. Ext. do TCE-RJ	3	880	884	0,01%
<b>PODER JUDICIÁRIO (II)</b>	<b>105.678</b>	<b>99.703</b>	<b>205.381</b>	<b>3,22%</b>
03000 Tribunal de Justiça	57.003	10.715	67.718	1,06%
03610 Fundo Especial do Tribunal de Justiça	48.675	82.962	131.638	2,07%
03620 Fundo Especial da Escola de Magistratura (FEMERJ)	-	675	675	0,01%
03630 Fdo de Apoio aos Reg. Cíveis PN ERJ	-	5.351	5.351	0,08%
<b>MINISTÉRIO PÚBLICO (III)</b>	<b>25.483</b>	<b>96.234</b>	<b>121.716</b>	<b>1,91%</b>
10000 Procuradoria Geral de Justiça	25.481	96.234	121.715	1,91%
10610 Fundo Especial do Ministério Público do ERJ	1	-	1	0,00%
<b>PODER EXECUTIVO (IV)</b>	<b>5.791.294</b>	<b>140.852</b>	<b>5.932.146</b>	<b>93,13%</b>
Administração Direta	2.667.580	6.286	2.673.867	41,98%
Autarquias*	314.868	34.316	349.184	5,48%
Fundações	784.074	4.053	788.127	12,37%
Empresas Públicas	47.264	-	47.264	0,74%
Fundos*	1.815.823	94.272	1.910.095	29,99%
Sociedades de Economia Mista	161.685	1.925	163.610	2,57%
<b>TOTAL GERAL (V = I+II+III+IV)</b>	<b>6.021.153</b>	<b>348.455</b>	<b>6.369.608</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIG/RJ

Nota: AV - Análise Vertical

\*Obs.: Os Fundos 02610 (TCE), 03610, 03620 e 03630 (Tribunal de Justiça) e 10610 (Ministério Público) estão em seus respectivos poderes.

A Contadoria Geral do Estado aprovou as inscrições de Restos a Pagar do exercício financeiro de 2015, dos Órgãos e Entidades integrantes do Sistema SIAFEM/RJ, através da Portaria CGE nº 194 de 27 de Janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial de 01 de Fevereiro de 2016. Cabendo observar que no montante de R\$ 3.639.608 mil está contido o saldo dos Restos a Pagar de exercícios anteriores no valor de R\$ 303.604 mil.

Na tabela a seguir está demonstrado um comparativo dos Restos a Pagar por poder e tipo de administração:





**Tabela 017.2 – Restos a Pagar por Tipo de Administração**

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

R\$ Mil

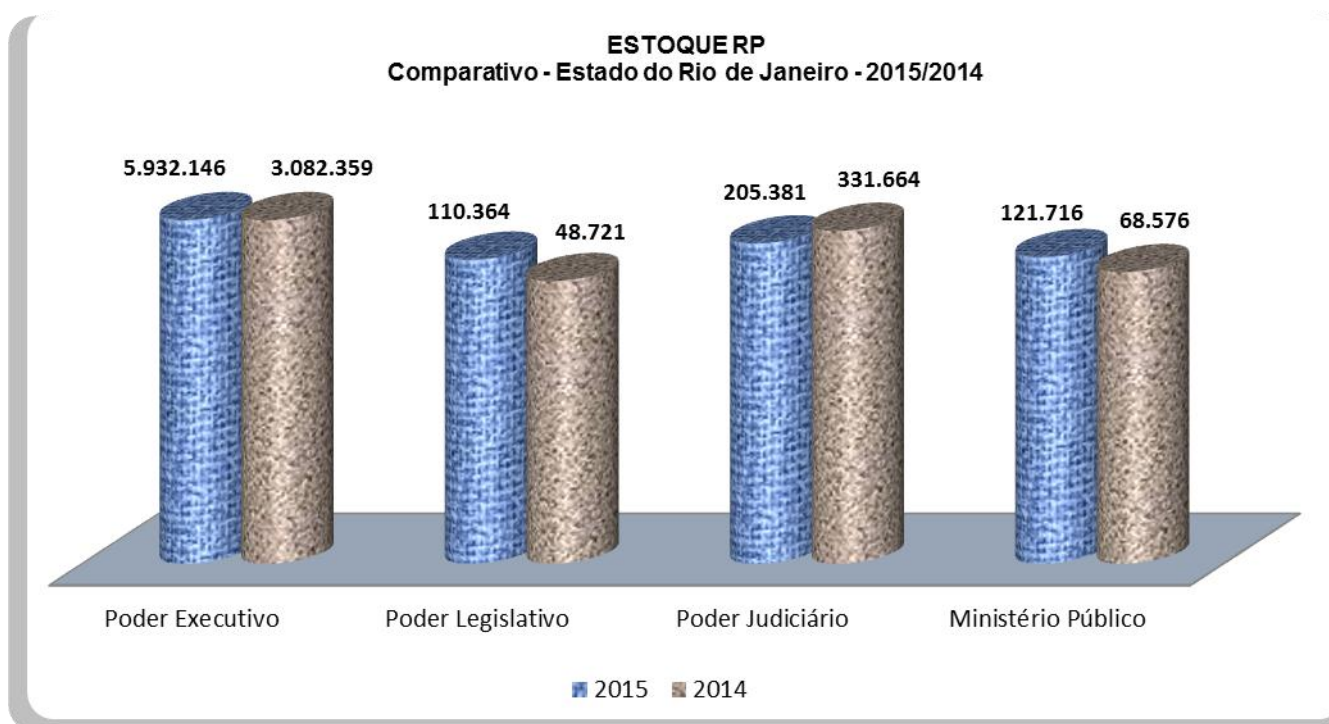
DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>Poder Executivo</b>	<b>5.932.146</b>	<b>93,13%</b>	<b>3.082.359</b>	<b>87,29%</b>	<b>92,45%</b>
Administração Direta	2.673.867	45,07%	1.384.406	44,91%	93,14%
Autoridades	349.184	5,89%	262.232	8,51%	33,16%
Fundações	788.127	13,29%	364.436	11,82%	116,26%
Empresas Públicas	47.264	0,80%	49.841	1,62%	-5,17%
Sociedades de Economia Mista	163.610	2,76%	128.696	4,18%	27,13%
Fundos Especiais	1.910.095	32,20%	892.747	28,96%	113,96%
<b>Poder Legislativo</b>	<b>110.364</b>	<b>1,73%</b>	<b>48.721</b>	<b>1,38%</b>	<b>126,52%</b>
<b>Poder Judiciário</b>	<b>205.381</b>	<b>3,22%</b>	<b>331.664</b>	<b>9,39%</b>	<b>-38,08%</b>
<b>Ministério Público</b>	<b>121.716</b>	<b>1,91%</b>	<b>68.576</b>	<b>1,94%</b>	<b>77,49%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.369.608</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.531.320</b>	<b>100,00%</b>	<b>80,37%</b>

Fonte: SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

Em 2015, o estoque de Restos a Pagar apresentou um acréscimo de R\$ 2.838.288 mil (80,37%) em relação ao exercício de 2014, devido, conforme já comentado acima, às inscrições terem sido maiores que os pagamentos e cancelamentos de restos a pagar do exercício. A seguir, a demonstração gráfica, relaciona o estoque dos Restos a Pagar por Poder, dos dois últimos exercícios:





A tabela a seguir, demonstra os Restos a Pagar Não Processados do **Poder Executivo**, inscritos em virtude da suficiência financeira apurada, por fontes de recursos, em cada Órgão/Entidade, em conformidade com o previsto no artigo 6º do Decreto nº 45.404 de 14/10/2015. Verifica-se que na apuração da disponibilidade de caixa foram considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.



**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA P/ FONTE DE RECURSO P/ INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR - PODER EXECUTIVO**

Estado do Rio de Janeiro - 2015

R\$ Mil

FONTE DE RECURSO	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RPNP (I)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EXERCÍCIO DE 2014 (II)	DISPON. FINANC. LÍQUIDA APÓS A INSCRIÇÃO DO RP NÃO PROCESSADO (III = I - II)
00 - Ordinários Provenientes de Impostos	(1.443.072)	325	(1.443.397)
01 - Ordinários Não Provenientes de Impostos	(3.639.305)	-	(3.639.305)
04 - Indenização pela Extração de Petróleo	(171.852)	-	(171.852)
05 - Salário Educação	3.142	-	3.142
06 - Fundo de Participação dos Estados	(1.951)	-	(1.951)
07 - Demais Transfer. da União Prov. Impostos	(52.970)	-	(52.970)
10 - Arrecadação Própria - Administração Indireta	825.774	110.618	715.156
11 - Operações de Crédito Através do Tesouro	1.641.756	80	1.641.676
12 - Convênios - Administração Direta	175.656	2.919	172.737
13 - Convênios - Administração Indireta	78.820	541	78.279
14 - Convênios PAC - Administração Direta	314.065	-	314.065
15 - Fund Man Des Educ Bás Valoriz Prof E - FUNDEB	64.048	-	64.048
16 - Convênios PAC - Administração Indireta	4.189	2.814	1.375
17 - Operações de Crédito Através da Adm Indireta	15	-	15
18 - Convênios Intraorçament-Administração Direta	65.459	572	64.887
19 - Convênios Intraorçament - Administr. Indireta	8.829	502	8.327
20 - Ressarcimento de Pessoal	59.688	-	59.688
21 - Op de Crédito destinadas à Ações M Ambiente	(9.850)	-	(9.850)
22 - Adicional do ICMS - FECF	(40.067)	140	(40.208)
23 - Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	(56.861)	-	(56.861)
24 - Transf Volunt da União não Refer a Convênios	21.491	-	21.491
25 - Sistema Único de Saúde	100.345	20.227	80.118
26 - Contribuição Interv Domínio Econômico-CID	223	-	223
81 - Recursos Não Orçamentários - DDO	371	-	371
82 - Recursos Não Orçamentários - Cred.Ent.Agentes	2.793	-	2.793
89 - Ingressos a Classificar	0	-	-
90 - Fundo de Depósitos Judiciais - Lei 11429/06	45.990	-	45.990
91 - Depósitos Judiciais não Trib. - LC. 147/2013	390.613	-	390.613
95 - Retorno de Empr. Prog. Fomento Agropec e Tecn	3.477	-	3.477
96 - Multa Infração Código Defesa do Consumidor	41.116	-	41.116
97 - Conservação Ambiental	40.344	1	40.343
98 - Outras Receitas da Administração Indireta	7.767	46	7.721
99 - Outras Receitas da Administração Direta	123.238	2.066	121.172
<b>TOTAL</b>	<b>(1.396.721)</b>	<b>140.852</b>	<b>(1.537.573)</b>

Fonte: SIG/RJ



Esta tabela está em conformidade com Anexo V – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar da RGF, disponível no Volume 5 – Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal. No exercício de 2015 a disponibilidade financeira líquida antes da inscrição dos restos a pagar não processados apresentou saldo negativo de R\$ 1.396.721 mil.

O quadro abaixo demonstra as Unidades Gestoras que inscreveram Restos a Pagar Processados de Fonte de Recursos de Convênios, **sem a devida disponibilidade financeira**:



DISPONIBILIDADE NEGATIVA DE CONVÊNIOS

UNIDADE GESTORA	FONTE DE RECURSO	DISPONIBILIDADE (a)	OBRIGAÇÕES EXERCÍCIO (b)	CONSIGNAÇÃO (c)	RESTOS A PAGAR (d)	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA POR FONTE (e) = (a-b-c-d)
	013001029	6.501	12.612	1.438	8.698	(16.248)
	013003679	-	-	-	7.384	(7.384)
	013003715	-	-	-	2.823	(2.823)
	013004648	-	-	-	248	(248)
	013005000	-	-	19	652	(671)
ADMINISTRACAO CENTRAL	013005014	-	-	-	205	(205)
	013006184	-	-	-	325	(325)
	013006641	4.604	8.748	-	-	(4.145)
	013006695	-	-	-	1.301	(1.301)
	013007291	-	-	-	3.044	(3.044)
	013007344	711	15.534	-	-	(14.823)
	013007357	2.314	9.649	-	-	(7.335)
Companhia de Turismo do Est RJ	013003269	-	-	1.075	-	(1.075)
	013003846	-	-	315	-	(315)
	013004490	-	-	5.972	-	(5.972)
Companhia Estadual de Habitação do RJ	016004360	-	-	5.100	-	(5.100)
	016004489	-	-	-	7.403	(7.403)
	016004493	-	-	-	78.208	(78.208)
Empr de Assist Téc e Ext Rural do Est do RJ	013004254	-	-	0	-	(0)
Empresa de Obras Públicas do Estado do RJ	013000006	-	-	67.808	-	(67.808)
	018007839	-	-	3.005	-	(3.005)
Fund Centro Ciên Educ Sup Distân do Est RJ	013005721	-	-	-	50.162	(50.162)
Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	013003898	-	-	86.425	-	(86.425)
Fund Dep Estradas de Rodagem do Estado do RJ	013005221	-	1.855.276	-	68.089	(1.923.365)
Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	013006666	-	1.182	-	-	(1.182)
Fundo Especial da Sec de Segurança Pública	013000005	-	-	7.692	-	(7.692)
Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	013005074	-	79.800	-	-	(79.800)
Fundo Estadual de Saúde	013006073	40.088	-	84.083	187.132	(231.127)
	013003623	-	-	6.478	-	(6.478)
	013006230	6.297	-	-	98.980	(92.683)
Instituto Estadual do Ambiente - INEA	013006235	-	-	-	121.033	(121.033)
	013006392	-	-	0	-	(0)
	016004251	-	-	-	690.425	(690.425)
Instituto Vital Brazil	013006898	77.400	262	-	420.157	(343.019)
	012004890	-	-	985	-	(985)
	012004891	-	-	27.804	967	(28.770)
	012005677	-	-	0	-	(0)
	012006055	-	-	177	-	(177)
	012006078	-	-	0	-	(0)
	012006510	-	-	-	581	(581)
	012006613	-	-	-	6.244	(6.244)
	012006798	-	-	200	-	(200)
	012006902	-	-	62.585	-	(62.585)
	012007764	6.467	18.283	4.217	-	(16.033)
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro	012007766	1.002	9.283	2.567	-	(10.848)
	012007767	30.581	27.511	10.655	-	(7.585)
	012007777	28	56.690	16.510	-	(73.172)
	012007780	1.869	20.488	5.462	-	(24.081)
	012007781	3.083	3.380	520	-	(817)
	012007928	300	109.340	31.810	-	(140.850)
	012007943	-	358	99	-	(457)
	012007952	150	6.195	1.305	-	(7.350)
	012007975	8.100	8.722	-	-	(622)
	018005655	-	-	219.991	-	(219.991)
	018005943	-	-	25.322	4.958	(30.280)
Sec de Est de Planejamento e Gestão	012004643	849	-	4.725	-	(3.876)
Secret de Estado de Turismo, Esporte e Lazer	012006623	15.224	-	8.361	-	6.863
	012000006	-	-	7.307	-	(7.307)
Secretaria de Estad Assist Soc e Dir Humanos	012004581	-	-	949	-	(949)
	012007771	3.598	3.916	-	-	(318)
Secretaria de Estado da Casa Civil	018006856	-	-	505.879	33.450	(539.329)
	012005033	-	1.409	11	298	(1.718)
Secretaria de Estado de Admin.Penitenciária	012005580	15	-	-	14.951	(14.936)
	018006300	-	-	-	15.607	(15.607)
Secretaria de Estado de Defesa Civil	012007370	4.950	23.639	7.261	-	(25.950)
	012003951	-	-	0	-	(0)
	012003969	-	-	2.519	-	(2.519)
Secretaria de Estado de Obras	012006038	-	-	-	114.968	(114.968)
	014003952	-	-	-	72.011	(72.011)
	014003994	315.625	-	-	776.978	(461.353)
Secretaria de Estado de Segurança	012006524	-	18.452	-	-	(18.452)
	012007896	2.534	556.115	5.166	-	(558.746)
	012007898	-	1.251	-	-	(1.251)
Subsecretaria de Comunicação Social	012007903	-	909	-	-	(909)
	012007904	-	6.139	-	-	(6.139)
	013004220	-	-	494	-	(494)

Fonte: SIG/RJ



#### 4.18 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

**Tabela 018 – Obrigações Trab. Prev. E Assist. a Pagar a LP**

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. E ASSIST. A PAGAR A LP</b>	<b>1.222.890</b>	<b>100,00%</b>	<b>595.676</b>	<b>100,00%</b>	<b>105,29%</b>
Precatórios TJ - Pessoal	1.137.995	93,06%	420.683	70,62%	170,51%
Compensação Div. Ativa c/ Precatórios TJ	(116.686)	-9,54%	-	0,00%	-
Precatórios TRT - Pessoal	201.581	16,48%	29.023	4,87%	594,55%
Atualização Monetária - Precatórios	-	0,00%	145.732	24,47%	-100,00%
Precatórios TRF - Pessoal	-	0,00%	237	0,04%	-100,00%

Fonte: SIAFEMRJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

A conta Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo é composta pelos Precatórios de Pessoal do TJ, TRT e TRF, bem como suas atualizações monetárias.

Precatórios são títulos de dívidas que o governo emite para pagar a quem ganha na Justiça processos contra o poder público. O recurso financeiro é repassado aos Tribunais, que liberam os valores aos credores. De acordo com o atual ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias) em seu artigo nº 78, os Governos podem efetuar o pagamento, acrescido de juros, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos.

A conta de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo apresentou um acréscimo de 105,29%, variando de R\$ 595.676 mil em 2014 para R\$ 1.222.890 mil em 2015. Esta variação é justificada, praticamente, pela grande quantidade de registros de precatórios no exercício.

Cabe observar que a conta “Compensação Div. Ativa c/ Precatórios” TJ é movimentada em conformidade com a Rotina CONOR/SUNOT/CGE n.º 034/2014 que trata dos procedimentos para registros da compensação de créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa com precatórios vencidos, extraídos contra o Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias e Fundações. Essas compensações somadas aquelas registradas na tabela 020, guardam paridade com as compensações registradas na tabela 06.1 deste volume.



Quanto ao estoque de Precatórios em 31/12/2015, somou R\$ 1.339.575 mil, apresentando um acréscimo em relação ao ano anterior de 765,06%. Este aumento deve-se principalmente ao fato das inscrições efetuadas terem sido maiores que os pagamentos e cancelamentos de precatórios do exercício.

#### 4.19 Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

**Tabela 019 – Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO</b>	<b>104.061.021</b>	<b>100,00%</b>	<b>87.051.464</b>	<b>100,00%</b>	<b>19,54%</b>
Empréstimos a Longo Prazo - Interno	89.240.075	85,76%	77.034.396	88,49%	15,84%
Empréstimos a Longo Prazo - Externo	13.789.150	13,25%	8.870.787	10,19%	55,44%
Financiamentos a Longo Prazo - Interno	1.031.796	0,99%	1.146.281	1,32%	-9,99%

Fonte: SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

Os Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo totalizaram R\$ 104.061.021 mil, apresentando um acréscimo de 19,54% em relação ao exercício anterior. Somente os Empréstimos a Longo Prazo – Interno somam R\$ 89.240.075 equivalente à 85,76% do valor total.

Destaca-se ainda, que R\$ 103.708.858 mil estão registrados na unidade gestora Encargos Gerais do Estado. Este valor expressivo se justifica pelo fato dos valores ingressados no Tesouro Estadual terem como contrapartida o registro da obrigação na UG Encargos Gerais em conformidade com a Rotina CONOR/SUNOT/CGE n.º 029/2014.

Os comentários sobre este item estão desenvolvidos para melhor compreensão no item 10 do Volume 1, que trata da Dívida Consolidada. A tabela abaixo, correspondente à Dívida Fundada Interna e Externa e englobam os Empréstimos e Financiamentos de curto (Tabela 12) e Longo Prazo (Tabela 19).



### Tabela 019.1 – Dívida Fundada Interna e Externa

TABELA 19.1- DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
	31/12/2014	EMISSION	RESGATE	31/12/2015
<b>Direta (Interna e Externa) (A)</b>	<b>89.242.458</b>	<b>28.945.673</b>	<b>11.182.523</b>	<b>107.005.607</b>
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo (PC)	2.461.290	5.318.552	4.483.093	3.296.749
Demais Obrigações a Curto Prazo (PC)	80.331	7.751	88.082	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo (PÑC)	86.700.836	23.619.370	6.611.348	103.708.858 (A)
Demais Obrigações a Longo Prazo (PÑC)	-	-	-	-
<b>Indireta (Interna) (B)</b>	<b>452.268</b>	<b>181.355</b>	<b>183.767</b>	<b>449.855</b>
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo (PC)	79.875	85.127	83.534	81.468
Demais Obrigações a Curto Prazo (PC)	4.852	4.793	5.602	4.043
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo (PÑC)	350.627	91.434	89.898	352.164 (A)
Demais Obrigações a Longo Prazo (PÑC)	16.914	-	4.734	12.180
<b>Total da Dívida Fundada C=(A+B)</b>	<b>89.694.726</b>	<b>29.127.027</b>	<b>11.366.291</b>	<b>107.455.462</b>
<b>*Saldo dos Precatórios da ADM Direta (D)</b>				<b>65.344</b>
<b>*Saldo dos Precatórios das Indiretas (E)</b>				<b>538.605</b>
<b>Total da Dívida Fundada + Precatórios F=(C+D+E)</b>				<b>108.059.411 (B)</b>

Fonte: SIAFEM/RJ

\*Total do Estoque de Precatórios referente aos anos 2000 - 2015

(A) Total de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo Conforme Tabela 019

(B) O total da Dívida Fundada Externa e Interna deve ser igual ao total da Dívida Consolidada descrito no Anexo 2 do RGF do 3º Quadrimestre. A diferença refere-se ao montante de R\$ 489.849 mil relativo as "Demais Obrigações" do Rioprevidência.

## 4.20 Fornecedores a Longo Prazo

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

### Tabela 020 – Fornecedores a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>FORNECEDORES A LONGO PRAZO</b>	<b>532.959</b>	<b>100,00%</b>	<b>502.849</b>	<b>100,00%</b>	<b>5,99%</b>
Precatórios TJ - Fornecedores e Credores	1.257.057	235,86%	502.598	99,95%	150,11%
Compensação Dívida Ativa c/ Precatórios TJ	(724.701)	-135,98%	-	0,00%	-
Precatórios TRF - Fornecedores e Credores	351	0,07%	-	0,00%	-
Outras Sentenças - Fornecedores e Credores	251	0,05%	251	0,05%	0,00%

Fonte: SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

A conta Fornecedores a Longo Prazo é composta, principalmente, pelos Precatórios de Fornecedores e Credores. De acordo com o atual ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias) em seu





artigo nº 78, os Governos podem efetuar o pagamento dos precatórios, acrescido de juros, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos.

A rubrica “Precatórios TJ – Fornecedores e Credores” apresentou uma variação de 150,11% correspondente a R\$ 754.459 mil. Do montante de R\$ 1.257.057 mil, foram deduzido os valores de compensação da Dívida Ativa com os precatórios, que somam R\$ 724.701 mil. Tais compensações estão previstas na Rotina CONOR/SUNOT/CGE n.º 034/2014, que trata dos procedimentos para registro da compensação de créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa com precatórios vencidos, extraídos contra o Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias e Fundações com fulcro na Lei Estadual nº 5.647, de 18 de janeiro de 2010, Lei Estadual nº 6.136, de 28 de dezembro de 2011 e demais normas legais aplicáveis.

#### 4.21 Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valores incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

**Tabela 021 – Provisões a Longo Prazo**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>PROVISÕES A LONGO PRAZO</b>	<b>35.286.875</b>	<b>100,00%</b>	<b>177.985.024</b>	<b>100,00%</b>	<b>-80,17%</b>
Provisões para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	509.144	1,44%	567.793	0,32%	-10,33%
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	34.196.060	96,91%	176.791.322	99,33%	-80,66%
Provisões para Riscos Fiscais a Longo Prazo	35.955	0,10%	40.627	0,02%	-11,50%
Provisões para Riscos Cíveis a Longo Prazo	266.603	0,76%	307.170	0,17%	-13,21%
Outras Provisões a Longo Prazo	279.113	0,79%	278.112	0,16%	0,36%

Fonte: SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

As Provisões Matemáticas e Previdenciárias a Longo Prazo representam 96,91% do total das provisões a longo prazo. A maior representatividade deste saldo pertence ao Rioprevidência e se refere à mensuração das obrigações previdenciárias que o Estado do Rio de Janeiro tem com seus servidores, conforme avaliação atuarial realizada pelo PEMCAIXA.



Esta rubrica sofreu uma variação significativa devido ao registro negativo feito pelo Rioprevidência no montante de R\$ 116.299.601 mil referentes à atualização das provisões matemáticas previdenciárias do Estado do Rio de Janeiro, conforme avaliação atuarial elaborada pela PEMCAIXA, em razão de que no Relatório da Avaliação Atuarial de 2013, os quadros das provisões matemáticas previdenciárias dos fundos não terem sido incluídas a contabilização do superávit do Plano Previdenciário e nem o déficit do Plano Financeiro. O procedimento adotado foi objeto da Nota Técnica nº 51/2015.

## 4.22 Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

**Tabela 022 – Demais Obrigações a Longo Prazo**

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO</b>	<b>10.685.775</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.157.259</b>	<b>100,00%</b>	<b>157,04%</b>
Perdas e Deságios em Investimentos	1	0,00%	0	0,00%	0,00%
Depósitos de Terceiros - Lei 11.429/06	828.808	7,76%	288.779	6,95%	187,00%
Certificados de Privatização - CP	99.356	0,93%	93.884	2,26%	5,83%
Fornec./Credores com contrato de parcelamento	12.180	0,11%	16.914	0,41%	-27,99%
Obrigações com Empresas Estaduais	533.450	4,99%	533.450	12,83%	0,00%
Cessão de Direitos - Royalties do Petróleo	2.561.383	23,97%	3.224.231	77,56%	-20,56%
Depositos Judiciais e Extrajud.- Lei 163/2015	6.650.597	62,24%	-	0,00%	-

Fonte: SIAFEMRJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

As Demais Obrigações a Longo Prazo apresentaram um acréscimo de 157,04% em relação ao exercício anterior, principalmente devido aos depósitos judiciais e extrajudiciais – Lei 163/2015.

Seguem abaixo, alguns comentários sob os impactos relevantes das Demais Obrigações de Longo Prazo.

### A) DEPÓSITOS DE TERCEIROS - LEI 11.429/06

Os Depósitos de Terceiros – Lei 11.429/06 sofreram um acréscimo de 187,00% em relação ao exercício de 2014 devido à conversão em receita dos recursos disponíveis de depósitos judiciais tributários e ao rendimento de aplicações financeiras dos mesmos.



## B) OBRIGAÇÕES COM EMPRESAS ESTADUAIS

As Obrigações com Empresas Estaduais são compostas em sua maioria pelo saldo do Termo de Cooperação Técnica e Financeira (ENCONTRO DE CONTAS), entre o Estado do Rio de Janeiro e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, no total de R\$ 533.211 mil.

## C) CESSÃO DE DIREITOS ROYALTIES DO PETRÓLEO

A rubrica Cessão de Direitos – Royalties do Petróleo representa as obrigações do Estado devidas à União e refere-se ao Contrato de Cessão de Crédito nas modalidades de Royalties e Participação Especial.

Verifica-se uma redução nominal de 20,56% (R\$ 662.848 mil) em relação ao exercício anterior e se refere, principalmente, aos reajustamentos negativos do contrato de cessão de crédito de royalties e participação especial, conforme o demonstrativo da SUCADP – Superintendência de Controle e Acompanhamento da Dívida.

A tabela a seguir demonstra a movimentação ocorrida no período.

**Tabela 022.1 – Cessão de Direitos – Royalties do Petróleo**

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	2014	AH %
<b>Saldo Inicial</b>	<b>3.224.231</b>	<b>4.054.804</b>	<b>-20,48%</b>
(-) Ajustes Cambiais	907.749	988.389	-8,16%
(+) Atualização Monetária	244.901	157.816	55,18%
<b>Saldo Final</b>	<b>2.561.383</b>	<b>3.224.231</b>	<b>-20,56%</b>

Fonte: SIAFEMRJ

Notas: AH - Análise Horizontal (2015/2014)

## D) DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS – LEI 163/2015

A conta de Depósitos Judiciais e Extrajud. – Lei 163/2015 começou a apresentar saldo no exercício de 2015 com a implementação da Lei Complementar nº 163 de 31 de março de 2015 do Estado do Rio de Janeiro, alterando a Lei Complementar nº 147, de 27 de junho de 2013. A nova lei, em seu art. 1º, autoriza que os depósitos judiciais e extrajudiciais em dinheiro, existentes no Banco do Brasil, sejam transferidos até a proporção de 62,5% de seu valor atualizado, para os seguintes fins:



I – até o limite de 25% para conta vinculada destinada ao pagamento de precatórios e de requisições judiciais de pequeno valor, observada a ordem prevista na Constituição Federal;

II – até o limite de 37,5% exclusivamente para capitalização do Rioprevidência.

O montante de R\$ 6.650.597 mil refere-se às transferências financeiras relativas aos depósitos judiciais e extrajudiciais existentes no Banco do Brasil para a capitalização do Rioprevidencia.

#### 4.23 Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados de anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade.

**Tabela 023 – Resultado Diferido**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>RESULTADO DIFERIDO</b>	<b>9.279.323</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.335.766</b>	<b>100,00%</b>	<b>46,46%</b>
Receitas de Subvenções	9.266.806	99,87%	6.303.962	99,50%	47,00%
Contribuição Patronal - RPPS - INTRA	-	0,00%	18.721	0,30%	-100,00%
Outras VPA's Diferidas	12.696	0,14%	13.261	0,21%	-4,27%
Custo Diferido	(179)	0,00%	(179)	0,00%	-

Fonte: SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

O montante do Resultado Diferido, representado por recebimentos adiantados que vão gerar um passivo para uma prestação de serviço futuro ou a entrega posterior de bens, aumentou 46,46% em relação ao exercício anterior.

Nesse contexto, as Receitas de Subvenções apresentam um total de R\$ 9.266.806 mil, composta de R\$ 973 mil em Doações para Investimento e R\$ 9.265.833 mil em Subvenções Governamentais para Investimentos. A Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro apresentou um montante significativo, de R\$ 9.076.132 dentre as subvenções para investimentos.



## 4.24 Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio Social e Capital Social, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Demais Reservas, Resultados Acumulados e Ações / Cotas em Tesouraria.

O saldo total do Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial difere do Saldo Patrimonial, evidenciado no Quadro Anexo do Balanço Patrimonial – Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes devido à inclusão dos Restos a Pagar Não Processados no passivo financeiro deste quadro, em consonância com a Lei 4.320/64, enquanto os mesmos não cumprem os critérios para reconhecimento no passivo patrimonial. Assim sendo, essa diferença encontrada corresponderá integralmente aos Restos a Pagar Não Processados.

O Patrimônio Líquido apresentou um acréscimo de 53,95% em relação ao exercício anterior, resultando uma variação positiva da ordem de R\$ 88.640.514 mil.

**Tabela 024 – Demonstrativo das Mutações Patrimoniais**

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social / Capital Social	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Participação de não Controladores	Total
<b>Saldo Inicial Exercício Anterior</b>	<b>(34.333.679)</b>	<b>3.140</b>	<b>-</b>	<b>10.590</b>	<b>412</b>	<b>(95.590.650)</b>	<b>171.598</b>	<b>(129.738.590)</b>
Transferência de Superávit / Déficit Acumulado para Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	98	-	98
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Imóveis	-	-	(97)	-	-	97	-	-
Reavaliação de Imóveis	-	-	-	-	(12)	12	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	(5.381.308)	-	(5.381.308)
Aumento de Capital	5.262	-	-	(267)	-	(3.726)	-	1.269
Redução de Capital	(232)	-	-	-	-	-	-	(232)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	(33.534.463)	-	(33.534.463)
Absorção de Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	(118)	118	-	-
Destinação de 5% Reserva Legal	-	-	-	60	-	(60)	-	-
Dividendos a Distribuir	-	-	-	-	-	(287)	-	(287)
Ajuste do Patrimônio Líquido das Sociedades Consolidadas	(5.031)	-	4.079.948	16	48.194	237.123	-	4.360.250
Ajuste Participação dos não Controladores	-	-	-	-	-	-	(16.644)	(16.644)
<b>Saldo Final Exercício Anterior</b>	<b>(34.333.679)</b>	<b>3.140</b>	<b>4.079.851</b>	<b>10.398</b>	<b>48.476</b>	<b>(134.273.047)</b>	<b>154.954</b>	<b>(164.309.906)</b>
Transferência Saldo Patrimonial - Patrimônio Social/ Capital Social	466	-	-	-	-	(466)	-	-
Transferência de Reservas de Capital para Capital Social Subscrito	11.501	(11.501)	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Imóveis	-	-	(97)	-	-	97	-	-
Reavaliação de Imóveis	-	-	-	-	(12)	12	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	116.292.943	-	116.292.943
Aumento de Capital	2.128	-	-	507	-	(2.348)	-	287
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	(28.320.893)	-	(28.320.893)
Absorção de Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	(1.692)	1.692	-	-
Destinação de 5% Reserva Legal	-	-	-	453	-	(453)	-	-
Dividendos a Distribuir	-	-	-	-	-	(2.151)	-	(2.151)
Ajuste do Patrimônio Líquido das Sociedades Consolidadas	(13.630)	11.501	(152.433)	-	0	888.652	-	734.090
Ajuste Participação dos não Controladores	-	-	-	-	-	-	(63.762)	(63.762)
<b>Saldo Final Exercício Atual</b>	<b>(34.333.213)</b>	<b>3.140</b>	<b>3.927.321</b>	<b>11.359</b>	<b>46.773</b>	<b>(45.415.963)</b>	<b>91.192</b>	<b>(75.669.392)</b>

Fonte: SIAFEMRJ

Conforme demonstrado na DMPL, seguem as explanações referentes às mutações ocorridas no exercício de 2015:



1. Os Ajustes de Exercícios Anteriores aumentaram o patrimônio em aproximadamente R\$ 116.292.943 mil, onde somente a reversão das Provisões Matemáticas do Rioprevidencia contribuíram positivamente para esse aumento em R\$ 116.299.601 mil.
2. Integralização do Capital Social da CODIN com os dividendos a distribuir, relativo ao exercício de 2014, conforme AGO de 21/09/2015 aumentando o patrimônio em R\$ 287 mil.
3. O resultado do exercício contribuiu para uma redução do patrimônio em cerca de R\$ 28.320.893 mil;
4. Os Dividendos obrigatórios calculados pela CODIN, com base em 25% do lucro líquido apurado em 31/12/2015, diminuíram o patrimônio em R\$ 2.151 mil;
5. Dentro de Ajuste do Patrimônio Líquido das Sociedades Consolidadas estão incluídos ajustes de avaliação patrimonial decorrente da participação acionária do Estado no patrimônio líquido das sociedades investidas, que diminuíram o patrimônio em R\$ 152.530 mil, assim como as demais reservas, que contribuíram para essa redução em R\$ 1.704 mil;
6. Os demais Ajustes do Patrimônio Líquido das Sociedades Consolidadas são referentes às exclusões dos investimentos avaliados pela equivalência patrimonial, onde foram eliminados tanto os valores de investimentos quanto a parcela do patrimônio líquido das controladas as quais pertencem ao orçamento fiscal e da seguridade social, conforme evidenciados no item “O” das Principais Práticas Contábeis;
7. A participação dos não controladores no Balanço Patrimonial foi atualizada, no montante de R\$ 91.192 mil, conforme resultado da Equivalência Patrimonial. Sendo apresentado na DMPL/2014 o valor da variação apurada no exercício no montante de R\$ 63.762 mil.

Os Ajustes de Exercícios Anteriores, bem como Resultado do Exercício serão abordados em tópicos específicos (4.25 e 4.27, respectivamente).

A seguir, segue quadro que evidencia a evolução do Patrimônio Líquido, segregado pelos tipos de administração.



### EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Estado do Rio de Janeiro - 2013 / 2014 / 2015

R\$ Mil

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	2014	2015
Administração Direta	(64.349.977)	(513.901)	(77.997.073)
Fundos Especiais	1.096.740	1.290.809	1.499.000
Administração Indireta	4.567.086	5.166.538	3.006.147
<b>SUBTOTAL</b>	<b>(58.686.151)</b>	<b>5.943.446</b>	<b>(73.491.926)</b>
Regime Previdenciário	(68.377.981)	(116.918.341)	543.261
<b>TOTAL</b>	<b>(127.064.132)</b>	<b>(110.974.895)</b>	<b>(72.948.665)</b>

Fonte: SIAFEMRJ

### Tabela 024.1 – Resultados Acumulados

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>RESULTADOS ACUMULADOS</b>	<b>(45.415.963)</b>	<b>100,00%</b>	<b>(134.273.048)</b>	<b>100,00%</b>	<b>-66,18%</b>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(28.320.893)	62,36%	(33.534.463)	24,97%	-15,55%
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL	(453)	0,00%	(60)	0,00%	648,91%
DIVIDENDOS	(2.151)	0,00%	(287)	0,00%	648,91%
RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(133.385.410)	293,70%	(95.356.929)	71,02%	39,88%
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	116.292.943	-256,06%	(5.381.308)	4,01%	-2261,05%

Fonte: SIAFEMRJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

Os resultados acumulados apresentaram um aumento de 66,18% dos quais, o Resultado Exercício contribuiu com R\$ 5.213.570, os Ajustes de Exercícios Anteriores com R\$ 121.674.250 mil, contra um decréscimo de Resultado de Exercícios Anteriores da ordem de R\$ 38.028.480 mil.

#### 4.25 Ajustes de Exercícios Anteriores

Registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Com o objetivo de dar subsídios a nota explicativa dos Ajustes de Exercícios Anteriores, a Contadoria Geral do Estado aprovou e divulgou através da Circular GAB/CGE n.º 002 de 25/02/2014, modelo de Nota Técnica para detalhamento das informações.

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores apresentou em 2015 um saldo de R\$ 116.292.943 mil.



**Tabela 025 – Ajustes de Exercícios Anteriores**

Estado do Rio de Janeiro - 2015

DESCRIÇÃO	R\$ Mil	
	2015	AV%
<b>Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos</b>	<b>116.978.516</b>	<b>100,00%</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores	900.637	0,77%
DEA - Fornecedores e Credores	(616.157)	-0,53%
Baixa de Consignações	219.456	0,19%
Incorporação de Créditos a Receber	212.260	0,18%
DEA - Pessoal	(247.467)	-0,21%
Reincorporação de Precatórios Judiciais	(104.283)	-0,09%
Bens Imóveis Não Incorporados - Ex. Anteriores	328.084	0,28%
Desincorporação de Créditos a Receber	(297.405)	-0,25%
Bens Móveis Não Incorporados - Ex. Anteriores	192.143	0,16%
Ajustes de Provisões Matemáticas/Previdenc.	116.299.601	99,42%
Baixa de Atualização Monetária de Precatório	117.604	0,10%
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	(25.955)	-0,02%
<b>Empresas e Sociedades de Economia Mista</b>	<b>(685.573)</b>	<b>100,00%</b>
DEA - Fornecedores e Credores	(674.890)	98,44%
Reincorporação de Precatórios Judiciais	(8.405)	1,23%
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	(2.279)	0,33%
<b>TOTAL DOS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>116.292.943</b>	

Fonte: SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

A CGE efetuou no exercício de 2014 o desmembramento das contas de Ajustes de Exercícios Anteriores em dois grupos distinguindo-os no 4º nível do código da conta contábil, pelos dígitos “1” e “2”, sendo o primeiro para Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos; e o segundo para Empresas e Sociedades de Economia Mista.

Abaixo, seguem os comentários sobre os AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES de maior relevância.

#### **4.25.1 Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos – Superávit e Déficit Acumulados**

##### **A) AJUSTES DE PROVISÕES MATEMÁTICAS/ PREVIDENCIÁRIAS**

Nesta rubrica foram registrados R\$ 116.299.601 mil no Rioprevidência, devido às atualizações das provisões matemáticas previdenciárias do Estado do Rio de Janeiro, conforme avaliação atuarial





elaborada pela PEMCAIXA, em razão de no Relatório da Avaliação Atuarial de 2013, os quadros das provisões matemáticas previdenciárias dos fundos, não terem sido incluídas na contabilização do superávit do Plano Previdenciário e nem o déficit do Plano Financeiro.

## **B) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Os ajustes de exercícios anteriores somaram R\$ 900.637 mil, dos quais R\$ 432.158 mil referem-se à equivalência patrimonial da CEDAE de 2014, efetuada quando da publicação do seu balanço definitivo.

Ainda, foram realizadas correções de contabilizações passadas, que ocasionaram inconsistência no grupo de convênios entre unidades gestoras do Estado, onde somente a Secretaria de Estado de Segurança contribuiu com o montante de R\$ 212.747 mil.

## **C) DEA – FORNECEDORES E CREDORES**

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante negativo de R\$ 616.157 mil que se refere à incorporação de obrigações referente a fornecedores e credores que não foram apropriados no passivo financeiro de exercícios anteriores. Os saldos de maior representatividade pertencem à Secretaria de Estado de Obras - SEOBRAS, no montante de R\$ 252.659 mil, ao Fundo Estadual de Saúde – FES, no montante de R\$ 81.602 mil e ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, no montante de R\$ 76.228 mil.

## **D) DEA – PESSOAL**

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante negativo de R\$ 247.467 mil referente à Despesa de Pessoal de Exercícios Anteriores – DEA, no qual o órgão deverá observar o disposto no artigo 14 do Decreto Estadual nº 41.880/2009, reconhecendo a dívida ao realizar o registro contábil da obrigação no Passivo Patrimonial à conta 2.1.1.1.1.02.11 – Pessoal a Pagar a Executar, conforme consta na Rotina CONOR/SUNOT/CGE nº 008/2014.

## **E) BENS IMÓVEIS NÃO INCORPORADOS – EX. ANTERIORES**

Nesta rubrica são registradas incorporações de bens imóveis de exercícios anteriores, correspondente a um montante de R\$ 328.084 mil. O saldo mais relevante pertence à Secretaria de Estado de Obras – SEOBRAS, no total de R\$ 303.174 mil.



#### **4.25.2 Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista – Lucros ou Prejuízos Acumulados**

##### **A) DEA – FORNECEDORES E CREDORES**

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante negativo de R\$ 674.890 mil que se refere à incorporação de obrigações referente a fornecedores e credores que não foram apropriados no passivo financeiro de exercícios anteriores. A Companhia de Transporte sobre trilhos – RIOTRILHOS efetuou o maior registro, no montante de R\$ 671.950 mil.

#### **4.26 Resultado Patrimonial**

O Resultado Patrimonial de 2015 foi negativo em R\$ 28.320.893 mil, evidenciado pela diferença negativa entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, conforme quadro abaixo:



**Tabela 026 – Composição do Resultado Patrimonial**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

R\$ Mil

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>					
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	44.795.885	30,90%	46.120.410	32,77%	-2,87%
Contribuições	1.956.902	1,35%	1.875.820	1,33%	4,32%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.883.853	1,99%	5.425.905	3,86%	-46,85%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	9.314.440	6,42%	21.101.640	14,99%	-55,86%
Transferências e Delegações Recebidas	6.233.302	4,30%	6.551.723	4,65%	-4,86%
Valorização e Ganhos Com Ativos	2.024.801	1,40%	1.052.043	0,75%	92,46%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	77.776.502	53,64%	58.620.125	41,65%	32,68%
<b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)</b>	<b>144.985.685</b>	<b>100,00%</b>	<b>140.747.666</b>	<b>100,00%</b>	<b>3,01%</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>					
Pessoal e Encargos	19.332.339	11,15%	18.299.703	10,50%	5,64%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	15.736.216	9,08%	13.936.491	8,00%	12,91%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	9.488.406	5,47%	11.568.529	6,64%	-17,98%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	53.379.341	30,80%	39.352.693	22,58%	35,64%
Transferências e Delegações Concedidas	16.056.985	9,27%	15.936.627	9,14%	0,76%
Desvalorização e Perda de Ativos	1.960.465	1,13%	38.047.820	21,83%	-94,85%
Tributárias	1.452.998	0,84%	1.396.284	0,80%	4,06%
Custo Mercad.e Prod. Vend. e Serv. Prestados	29.380	0,02%	-	0,00%	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	55.870.450	32,24%	35.743.981	20,51%	56,31%
<b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</b>	<b>173.306.578</b>	<b>100,00%</b>	<b>174.282.129</b>	<b>100,00%</b>	<b>-0,56%</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)</b>	<b>(28.320.893)</b>		<b>(33.534.463)</b>		

Fonte: SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)

O Resultado Patrimonial de 2015 foi de R\$ 28.320.893 mil, evidenciado pela diferença negativa entre as Variações Aumentativas e Diminutivas, indicando as alterações patrimoniais ocorridas no exercício, devido principalmente às Variações Aumentativas pela “Receita de Impostos e a Reversão de Provisão e Ajustes de Perdas” deduzido das Variações Diminutivas “Financeiras e da Constituição De Provisões”.

Abaixo, demonstramos os principais fatos que impactaram no aumento do patrimônio público, conforme descrito na tabela acima.

➤ **As Variações Patrimoniais Aumentativas somaram R\$ 144.985.685 mil e foram representadas em sua maioria por:**

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, no total de R\$ 44.795.885 mil, sendo R\$ 35.431.580 mil referentes à receita de impostos sobre a produção e a circulação, R\$ 6.156.673 mil referente aos



Impostos sobre Patrimônio e Renda, R\$ 1.834.756 mil referente às taxas pela prestação de serviços, R\$ 932.326 mil referentes a Outros Impostos e R\$ 440.551 mil referentes às taxas pelo exercício do poder de polícia.

- Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, totalizando R\$ 9.314.440 mil, sendo R\$ 7.748.376 mil referentes às variações monetárias e cambiais, R\$ 780.604 mil referentes aos juros e encargos de mora, R\$ 775.478 mil referentes à remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras, R\$ 5.965 mil referentes aos juros e encargos de empréstimos e financiamentos concedidos, R\$ 3.960 mil referentes aos descontos financeiros obtidos e R\$ 57 mil referentes a outras variações patrimoniais aumentativas financeiras.

- Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, no montante de R\$ 77.776.502, sendo de R\$ 72.188.727 referentes à reversão de provisão e ajustes de perdas, R\$ 60.008 referentes ao resultado positivo de participações e R\$ 5.527.766 referentes a diversas variações patrimoniais aumentativas.

➤ **As Variações Patrimoniais Diminutivas resultam em R\$ 173.306.578 mil e foram representadas em sua maioria por:**

- Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras, no montante de R\$ 53.379.341 mil, sendo de R\$ 49.468.864 mil referentes às variações monetárias e cambiais, R\$ 3.831.446 mil referentes aos juros e encargos de empréstimos e financiamentos obtidos, R\$ 78.671 mil referentes aos juros e encargos de mora e R\$ 360 mil referentes aos descontos financeiros concedidos.

- Pessoal e Encargos, no montante de R\$ 19.332.339 mil, sendo R\$ 15.311.889 mil referentes à remuneração a pessoal, R\$ 3.236.084 mil referentes aos benefícios a pessoal, R\$ 381.655 mil referentes aos encargos patronais e R\$ 402.711 mil referentes às outras variações patrimoniais diminutivas de pessoal e encargos.

- Transferências e Delegações Concedidas, no montante de R\$ 16.056.985, sendo de R\$ 16.015.066 referentes às transferências intergovernamentais e R\$ 41.919 referentes às transferências a instituições privadas.

- Benefícios Previdenciários e Assistenciais, no montante de R\$ 15.736.216 mil, sendo de R\$ 11.410.336 mil referentes às aposentadorias e reformas, R\$ 3.596.716 mil referentes às pensões, R\$



278.291 mil referentes às políticas públicas de transferências de renda e R\$ 450.873 mil referentes a outros benefícios previdenciários e assistenciais.

- Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, no montante de R\$ 55.870.450, sendo de R\$ 45.931.625 referentes à constituição de provisões, R\$ 231.175 referentes a premiações e incentivos e R\$ 9.707.650 referentes a diversas variações patrimoniais diminutivas.

Vale ressaltar que a Contadoria Geral do Estado vem analisando as contas de variações patrimoniais ativas e passivas INTRA-OFSS, com o intuito de eliminar seus efeitos na DVP Consolidada. Segue abaixo quadro com a referida conciliação:



**EXPURGOS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL**

R\$ Mil

Variações Patrimoniais Aumentativas			Variações Patrimoniais Diminutivas		
Conta	Descrição	2015	Conta	Descrição	2015
4.2.1.1.2.01.01	Rec.intra-orcam. Contr.patr. Serv.ativo civil	2.192.797	3.1.2.1.2.01.01	Obrigacoes patronais - pessoal civil	2.046.767
			3.1.2.1.2.01.02	Obrigacoes patronais - pessoal militar	145.739
			3.1.2.1.2.01.02	Obrigacoes patronais - pessoal militar	85
			3.1.2.1.2.01.03	Contribuc. Patr.-pessoal civil/plano prevede	205
4.2.1.1.2.01.02	Rec.intra-orcam. contr.patr.ativo militar	559.982	3.1.2.1.2.01.02	Obrigacoes patronais - pessoal militar	559.982
4.2.1.1.2.01.03	Rec.intra-orcam. contr.patr.plano previdenciario	108.807	3.1.2.1.2.01.03	Contribuc. Patr.-pessoal civil/plano prevede	108.346
			3.1.2.1.2.01.01	Obrigacoes patronais - pessoal civil	461
4.2.1.1.2.99.01	Rec.intra-orcam. contr.patr. F.s. militares	77.858	3.1.2.9.2.13.06	Fundo de saude dos militares	77.858
4.3.3.1.2.01.01	Rec.intra-orca de alugueis de imoveis urbanos	7.347	3.3.2.3.2.01.15	Locacao de bens imoveis	7.347
4.3.3.1.2.02.01	Receita intra - medicao emissao de poluentes	34.437	3.3.2.3.2.01.16	Servicos tecnicos, cientificos e de pesquisa	34.437
4.3.3.1.2.09.51	Rec.intraorc.cessao de uso bens do estado	5.331	3.3.2.3.2.01.15	Locacao de bens imoveis	5.331
4.3.3.1.2.16.01	Receita int.orcam. de servicos hospitalares	340.870	3.3.2.3.2.01.30	Gestão de servicos de saúde	357.766
4.3.3.1.2.16.04	Receita intra-orc.servicos ambulatoriais	16.897	3.3.2.3.2.01.52	Serv.processamento de dados pagos ao PRODERJ	2.021
4.3.3.1.2.16.08	Receita intra-orc.-serv. De proc.de dados	2.021	3.3.2.3.2.01.21	Treinamento,recrutamento e sel.de pessoal	44
4.3.3.1.2.16.14	Receita intra-orc.-serv. Insp.e fiscalizacao	44	3.3.2.3.2.01.01	Enc.c/ bolsas de est.ou aperf.tec.cient.cult.	3.287
4.3.3.1.2.16.98	Rec.intra-orcam. - outros servicos	59.604	3.3.2.3.2.01.38	Servicos apoio admin.,tecnico e operacional	325
			3.3.2.3.2.17.01	Etapas para alimentacao	55.993
4.4.3.9.2.01.01	Atualizacao monetaria financeira - intra-ofss	576	3.4.3.9.2.01.01	Atualizacao monetaria financeira - intra-ofss	576
4.5.1.1.2.01.01	Cota recebida	34.912.644	3.5.1.1.2.01.01	Cota concedida	34.912.644
4.5.1.1.2.01.02	Repasso recebido	5.278.530	3.5.1.1.2.01.02	Repasso concedido	5.278.530
4.5.1.1.2.01.03	Sub-repasso recebido	9.634.352	3.5.1.1.2.01.03	Sub repasse concedido	9.634.352
4.5.1.1.2.01.04	Creditos enviados	2.542.925	3.5.1.1.2.01.04	Creditos recebidos	2.542.925
4.5.1.1.2.01.05	Debitos recebidos	1.883.301	3.5.1.1.2.01.05	Debitos enviados	1.883.301
4.5.1.2.2.01.01	Transf.e doacoes bens imoveis - intra	144.143	3.5.1.2.2.01.01	Transf.e doacoes bens imoveis - intra	144.143
4.5.1.2.2.02.01	Transf.e doacoes bens intangiveis - intra	1.937	3.5.1.2.2.02.01	Transf.e doacoes bens intangiveis - intra	1.937
4.5.1.2.2.03.01	Transf.e doacoes bens moveis - intra	405.834	3.5.1.2.2.03.01	Transf.e doacoes bens moveis - intra	405.834
4.5.1.2.2.04.01	Transf.e doacoes mat. Consumo intra	231.480	3.5.1.2.2.04.01	Transf.e doacoes mat. Consumo intra	231.480
4.5.1.2.2.05.01	Transf.e doacoes bens em estoque - intra	12.262	3.5.1.2.2.05.01	Transf.e doacoes bens em estoque - intra	12.262
4.5.1.2.2.06.01	Movimento fundos a debito - saldo financeiro	3.824.535	3.5.1.2.2.06.01	Movimento de fundos a credito - saldo finan.	3.824.535
4.5.1.2.2.06.02	Movimento fundos a debito - saldo não financ.	9.027.607	3.5.1.2.2.06.02	Movimento fundos a credito - saldo não finan.	9.027.607
4.5.1.2.2.99.01	Transferencias recebidas	157.995	3.5.1.2.2.99.01	Transferencias concedidas	157.995
4.5.1.2.2.99.02	Contrapartida de despesa intra - financeira	171.419	3.5.1.2.2.99.02	Contrapartida de receita intra - financeira	171.419
4.5.1.2.2.99.03	Contrapartida de despesa intra - não financ.	5.166.344	3.5.1.2.2.99.03	Contrapartida de receita intra - não financ.	5.166.344
4.5.1.3.2.01.01	Repasso previd.p/cob.deficit - ente	542.093	3.5.1.3.2.01.01	Repasso prev.p/cob.deficit - ente	542.093
4.9.9.6.2.01.11	Rec.intra-orc.ress.desp./pes.ced.-a.seguranca	82.460	3.1.9.2.2.01.04	Ressarc.cessao servidores-dec.41.687/2009	82.460
4.9.9.6.2.01.12	Rec.intra-orc.ress.desp./pes.ced.-dem. Areas	1.972	3.1.9.2.2.01.06	Ressarc.cessao de servidores-dec.32.532/02	1.972
4.9.9.6.2.01.51	Rec.intra-orc.ress.desp./pes.ced.-a.educacao	13.390	3.1.9.2.2.01.07	Ressarc.cessao servidores-dec.42.791/2011	13.390
4.9.9.6.2.01.99	Rec.intra-orcam. de out. Restituicoes	70.316	3.9.9.6.2.02.01	Restituicoes	70.316
4.9.9.6.2.02.51	Indenizacoes por danos causados ao ambiente	2.449	3.9.9.6.2.01.01	Indenizacoes	2.449
4.9.9.9.2.10.03	Obrigacoes intragovernamentais	20.099	3.9.9.9.2.11.02	Créditos intragovernamentais	20.099
4.9.9.9.2.11.01	Creditos por assuncao de dividas - LP	10.071	3.9.9.9.2.10.01	Dividas assumidas pelo governo do estado	10.071
4.9.9.9.2.11.02	Creditos intragovernamentais	38.517	3.9.9.9.2.10.02	Obrigacoes intragovernamentais	38.517
<b>TOTAL</b>		<b>77.583.243</b>	<b>TOTAL</b>		<b>77.583.243</b>

Fonte: SIAFEM/RJ



## 4.27 Passivos Contingentes

Contingência passiva é uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou é uma obrigação presente que surge em decorrência de eventos passados, mas que não é reconhecida ou porque é improvável que a entidade tenha de liquidá-la; ou porque o valor da obrigação não pode ser estimado com suficiente segurança.

Em 2015 o Estado apropriou demandas judiciais no montante de R\$ 16.281.576.805,10 que representam riscos potenciais capazes de afetar as contas do governo, sendo a maior parte composta pelos passivos contingentes tributários e serviços públicos no valor de R\$ 4.453.066.800,57 e R\$ 3.884.584.720,23 respectivamente.

Nesse caso, foram levantadas as ações judiciais na qual o Estado já foi condenado no mérito, mas que ainda terão seus valores apurados e auditados. Em função disso, elas podem vir a gerar despesa em exercícios futuros.

O Estado mantém em sistema próprio de cadastro para acompanhamento de forma mais efetiva os processos judiciais e administrativos, com vistas a realização de ações planejadas para o gerenciamento de dívidas potenciais, bem como minimizar o impacto das finanças estaduais.

Apresentamos abaixo, tabela com as informações sobre os riscos potenciais para o Estado decorrente das demandas judiciais em andamento, segundo as informações da Procuradoria Geral do Estado, contabilizadas em contas de controle do grupo 7.4.1.1.1.01.00 PASSIVOS CONTINGENTES, e que servem de base para a elaboração do DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS, conforme exigido pelo Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional:



R\$ Mil

PASSIVOS CONTINGENTES	
Descrição	Valor
<b>Demandas Judiciais</b>	<b>16.281.577</b>
Tributárias	4.453.067
Pessoal	2.553.487
Dívida Ativa	528.090
Previdenciária	1.300.000
Serviços Públicos	3.884.585
Trabalhista	206.781
Demandas das Procuradorias Reg.	1.360.617
Demandas da Capital Federal	1.544.950
Serviços de Saúde	450.000

Fonte: SIAFEMRJ

## 4.28 – Análise dos Quocientes – Balanço Patrimonial

### A) QUOCIENTE DA LIQUIDEZ IMEDIATA

O quociente da Liquidez Imediata demonstra o resultado da relação entre as Disponibilidades e o Passivo Circulante. Este índice tem por objetivo avaliar a capacidade financeira da Administração em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo, contando apenas com os recursos disponíveis em caixa ou bancos. Na composição das disponibilidades foi considerada a conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

**Tabela 027.1 – Quociente da Liquidez Imediata**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015		2014		R\$ Mil AH %
Disponibilidade	7.795.425	=	8.938.830	=	
Passivo Circulante	18.661.473	0,42	12.711.836	0,70	-41%

Fonte: SIAFEMRJ

Nota: AH - Análise Horizontal (2015/2014)

O índice de Liquidez Imediata calculado para o exercício de 2015 demonstra que para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, o Estado dispõe de R\$ 0,42 para pagamento imediato.

Em relação ao exercício anterior ocorreu um decréscimo de 41% da capacidade de pagamento do Estado, ocasionado pelo aumento das obrigações de curto prazo e diminuição das disponibilidades.





## B) QUOCIENTE DA LIQUIDEZ CORRENTE

O quociente da liquidez corrente demonstra o resultado da relação entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante. Este índice tem por objetivo avaliar quanto o Estado poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar etc.).

**Tabela 027.2 – Quociente da Liquidez Corrente**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015		2014		R\$ Mil AH %
Ativo Circulante	17.412.026	= 0,93	18.559.815	= 1,46	-36%
Passivo Circulante	18.661.473		12.711.836		

Fonte: SIAFEMRJ

Nota: AH - Análise Horizontal (2015/2014)

O índice da Liquidez Corrente calculado para o exercício de 2015 demonstra que para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, o Estado dispõe de R\$ 0,93 em bens e direitos de curto prazo para pagamento. Logo o Estado não consegue liquidar todas as suas dívidas de curto prazo apenas com bens e direitos do curto prazo.

Os Bens e Direitos de curto prazo apresentaram um decréscimo no montante de R\$ 1.147.789 mil, enquanto as obrigações de curto prazo obtiveram um acréscimo de R\$ 5.949.647 mil, perfazendo uma variação negativa de 36% da capacidade de pagamento do Estado em relação ao exercício anterior.

## C) QUOCIENTE DA LIQUIDEZ SECA

Demonstra quanto a entidade poderá dispor de recursos circulantes, sem levar em consideração seus itens não monetários como os estoques, almoxarifados e as despesas antecipadas, para fazer face às suas obrigações de curto prazo.

**Tabela 027.3 – Quociente da Liquidez Seca**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015		2014		R\$ Mil AH %
(Disponibilidade + Créditos a Curto Prazo)	16.591.260	= 0,89	17.737.951	= 1,40	-36%
Passivo Circulante	18.661.473		12.711.836		

Fonte: SIAFEMRJ

Nota: AH - Análise Horizontal (2015/2014)



O índice de Liquidez Seca calculado para o exercício de 2015 demonstra que para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, o Estado dispõe de R\$ 0,89 de recursos circulantes monetários para pagamento.

Pode-se constatar que a capacidade de pagamento do Estado teve um decréscimo de 36% em relação ao exercício anterior, principalmente devido ao aumento de R\$ 5.949.637 mil no Passivo Circulante, enquanto as Disponibilidades e Créditos a Curto Prazo diminuíram em R\$ 1.146.691 mil.

#### D) QUOCIENTE DA LIQUIDEZ GERAL

Demonstra a capacidade do Governo em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazo.

**Tabela 027.4 – Quociente da Liquidez Geral**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	2014	R\$ Mil
(Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo)	67.056.050	94.637.417	AH %
(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	179.730.317 = 0,37	289.339.875 = 0,33	14%

Fonte: SIAFEM/RJ

Nota: AH - Análise Horizontal (2015/2014)

O índice de Liquidez Geral calculado para o exercício de 2015 demonstra que para cada R\$ 1,00 do total das exigibilidades, o Estado dispõe de R\$ 0,37 de recursos para pagamento. Logo, o Estado não se encontra em condições de pagar todas as suas obrigações, dependendo de geração futura de recursos para a quitação de suas dívidas totais.

Pode-se observar que ocorreu um aumento de 14% na capacidade de pagamento do Estado em relação ao exercício anterior, ocasionado principalmente pelo decréscimo do Passivo ter sido proporcionalmente superior ao decréscimo do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo.

#### E) ÍNDICE DE SOLVÊNCIA

Demonstra se o Governo está em condições de fazer frente às suas obrigações e ainda apresenta uma situação patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro.



**Tabela 027.5 – Índice de Solvência**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015		2014		R\$ Mil AH %
(Ativo Circulante + Ativo Não Circulante)	104.060.925	= 0,58	125.029.969	= 0,43	34%
(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	179.730.317		289.339.875		

Fonte: SIAFEMRJ

Nota: AH - Análise Horizontal (2015/2014)

O índice de Solvência calculado para o exercício de 2015 demonstra que para cada R\$ 1,00 do total das exigibilidades, o Estado dispõe de R\$ 0,58 de recursos em bens e direitos para a quitação das obrigações.

Verifica-se que ocorreu um acréscimo de 34% na capacidade de pagamento do Estado em relação ao exercício anterior, ocasionada principalmente pelo expressivo decréscimo do passivo total.

## F) QUOCIENTE DE ENDIVIDAMENTO GERAL

Demonstra o grau de endividamento do Governo. Reflete também a sua estrutura de capital.

**Tabela 027.6 – Quociente de Endividamento Geral**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015		2014		R\$ Mil AH %
(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	179.730.317	= 1,73	289.339.875	= 2,31	-25%
Ativo Total	104.060.925		125.029.969		

Fonte: SIAFEMRJ

Nota: AH - Análise Horizontal (2015/2014)

O Quociente de Endividamento Geral calculado para o exercício de 2015 demonstra que para cada R\$ 1,00 de recursos para pagamento, o Estado tem R\$ 1,73 de obrigações, ou seja, o Governo é financiado principalmente por capital de terceiros, obtendo um passivo a descoberto.

Pode-se observar que ocorreu um decréscimo de 25% no endividamento do Estado em relação ao exercício anterior, ocasionado principalmente pelo decréscimo expressivo do Passivo.

## G) QUOCIENTE DE COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Representa a parcela de curto prazo sobre a composição do endividamento total. Preferencialmente, é melhor para o Estado que suas dívidas sejam de longo prazo.



**Tabela 027.7 – Quociente de Composição do Endividamento**

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015		2014		R\$ Mil AH %
Passivo Circulante	18.661.473	= 0,10	12.711.836	= 0,04	136%
(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	179.730.317		289.339.875		

Fonte: SIAFEMRJ

Nota: AH - Análise Horizontal (2015/2014)

O Quociente de Composição do Endividamento calculado para o exercício de 2015 demonstra que para cada R\$ 1,00 do total das obrigações, o Estado tem R\$ 0,10 de dívidas a curto prazo. Isso indica que as obrigações do Estado são em sua maioria de longo prazo.

Verifica-se que ocorreu um acréscimo de 136% de endividamento a curto prazo do Estado em relação ao exercício anterior.

#### 4.29 Análise dos Quocientes – Demonstração das Variações Patrimoniais

##### A) QUOCIENTE DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

É resultante da relação entre o Total das Variações Patrimoniais Aumentativas e o Total das Variações Patrimoniais Diminutivas. Este quociente demonstra outra forma de evidenciar o resultado patrimonial (superávit ou déficit patrimonial). Se o índice apresentado for maior do que 1, indica um superávit patrimonial, se for igual a 1, indica um equilíbrio, ou seja, não houve alteração no patrimônio e se for menor do que 1, indica um déficit patrimonial.

**Tabela 028 – Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais**

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015		2014		R\$ Mil AH %
Variações Patrimoniais Aumentativas	222.568.928	= 0,89	140.747.666	= 0,81	10%
Variações Patrimoniais Diminutivas	250.889.821		174.282.129		

Fonte: SIAFEMRJ

Nota: AH - Análise Horizontal (2015/2014)

O Quociente de Resultado das Variações Patrimoniais calculado para o exercício de 2015 apresentou um índice de 0,89 demonstrando que ocorreu um déficit patrimonial, ou seja, as Variações Patrimoniais Aumentativas apresentaram montante inferior ao das Variações Patrimoniais Diminutivas.



Apesar de o Estado apresentar um déficit patrimonial, tanto no exercício de 2014 quanto no de 2015, pode-se observar que ocorreu um acréscimo de 10%, resultando em um déficit patrimonial menor do que o apresentado no exercício anterior.

#### 4.30 Resultado Orçamentário

De acordo com o MCASP, não há exclusões de contas INTRA-OFSS para fins de consolidação do Balanço Orçamentário, uma vez que o mesmo reflete as autorizações legislativas para execução de dispêndios, além da previsão das receitas necessárias ao seu financiamento e estas autorizações devem constar pelos seus valores brutos.

Apenas para fins de verificação, segue abaixo quadro com as receitas INTRA-OFSS incluídas no Balanço Orçamentário, referentes a 2015:

**Tabela 029.1 – Receitas Intraorçamentárias – Balanço Orçamentário**  
Estado do Rio de Janeiro - dezembro/2015

	R\$ Mil		
Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas
<b>RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES</b>	<b>4.462.200</b>	<b>5.177.082</b>	<b>3.484.792</b>
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA CONTRIBUIÇÕES	<b>3.162.837</b>	<b>3.813.151</b>	<b>2.846.470</b>
Contribuições Sociais	3.162.837	3.813.151	2.846.470
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA PATRIMONIAL	<b>3.697</b>	<b>3.697</b>	<b>7.844</b>
Imobiliária	431	431	4.453
Concessões e Permissões	3.266	3.266	3.391
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA DE SERVIÇOS	<b>514.171</b>	<b>516.303</b>	<b>280.998</b>
Serviços	514.171	516.303	280.998
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	<b>602.928</b>	<b>602.928</b>	<b>50.036</b>
Transferências de Convênios	602.928	602.928	50.036
OUTRAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	<b>178.567</b>	<b>241.003</b>	<b>299.443</b>
Indenizações e Restituições	106.381	168.817	211.782
Receitas Diversas	72.186	72.186	87.661
<b>RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>448</b>
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	-	<b>448</b>
Amortização de Empréstimos	-	-	448
<b>Total</b>	<b>4.462.200</b>	<b>5.177.082</b>	<b>3.485.240</b>

Fonte: SIG/RJ



Do mesmo modo, segue quadro, com as despesas INTRA-OFSS incluídas no Balanço Orçamentário, referentes a 2015:

**Tabela 029.2 – Despesas Intraorçamentárias – Balanço Orçamentário**

Estado do Rio de Janeiro - dezembro/2015

R\$ Mil					
Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
<b>DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES</b>	<b>4.462.687</b>	<b>3.729.548</b>	<b>3.697.399</b>	<b>3.697.399</b>	<b>3.229.489</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.207.831	3.005.304	2.976.359	2.976.359	2.686.295
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.254.856	724.244	721.040	721.040	543.194
<b>DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>42.086</b>	<b>41.448</b>	<b>41.448</b>	<b>41.448</b>
INVESTIMENTO	-	41.000	41.000	41.000	41.000
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	1.086	448	448	448
<b>Total</b>	<b>4.462.687</b>	<b>3.771.635</b>	<b>3.738.847</b>	<b>3.738.847</b>	<b>3.270.936</b>

Fonte: SIG/RJ

No exercício de 2015 o resultado orçamentário foi deficitário em R\$ 4.323.869 mil e o confronto entre as receitas previstas, a dotação atualizada e as respectivas execuções orçamentárias do exercício de 2015 e 2014, estão apresentadas na tabela a seguir. Cabendo destacar que os demonstrativos analíticos encontram-se detalhados no Volume 1 que compõe esta prestação de contas.

**Tabela 029.3 – Demonstrativo do Resultado Orçamentário**

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2015	AV %	2014	AV %	AH %
Receita Prevista Atualizada	84.724.496	100,00%	79.167.667	100,00%	7,02%
Receita Arrecadada	61.654.166	72,77%	75.790.988	95,73%	-18,65%
<b>Déficit/Superávit na Arrecadação</b>	<b>(23.070.330)</b>	<b>-27,23%</b>	<b>(3.376.679)</b>	<b>-4,27%</b>	<b>583,23%</b>
<b>Dotação Inicial</b>	<b>82.801.362</b>	<b>100,00%</b>	<b>77.088.941</b>	<b>100,00%</b>	<b>7,41%</b>
(+) Créditos Adicionais	24.771.958	29,92%	21.444.699	27,82%	15,52%
(-) Dotação Cancelada	(20.193.556)	24,39%	(16.676.776)	21,63%	21,09%
(-) Alteração QDD	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
<b>Dotação Atualizada</b>	<b>87.379.764</b>	<b>105,53%</b>	<b>81.856.865</b>	<b>106,18%</b>	<b>6,75%</b>
Despesa Realizada	65.978.035	75,51%	75.704.294	92,48%	-12,85%
<b>Economia Orçamentária</b>	<b>21.401.729</b>	<b>24,49%</b>	<b>6.152.570</b>	<b>7,52%</b>	<b>247,85%</b>
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>2015</b>		<b>2014</b>		<b>AH %</b>
<b>Déficit/Superávit Orçamentário</b>	<b>(4.323.869)</b>		<b>86.693</b>		<b>-5087,54%</b>

Fonte: SIG - SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)



A Receita Arrecadada pelo Estado do Rio de Janeiro ficou inferior em 27,23% em relação ao previsto para o exercício de 2015, ocorrendo insuficiência de arrecadação no valor de R\$ 23.070.330 mil. Em relação ao exercício anterior houve um acréscimo de 583,23% do déficit na arrecadação.

Em contrapartida, foi obtida uma economia orçamentária (diferença entre a dotação atualizada e a despesa realizada) de R\$ 21.401.729 mil, correspondente a um percentual de 24,49%.

Neste exercício, com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias, foram abertos créditos adicionais no valor de R\$ 24.771.958 mil, que representaram 29,92% da dotação inicial, não considerando os cancelamentos de dotações que atingiram o percentual de 24,39% da dotação inicial.

O montante de R\$ 2.657.926 mil, referente à abertura de créditos adicionais por Superávit Financeiro, posto na coluna da Previsão Atualizada do Balanço Orçamentário, refere-se integralmente ao registro de créditos adicionais suplementares.

Em relação à execução da despesa com recursos de créditos adicionais, não é possível que haja tal distinção, tendo em vista que o controle da execução é feito todo em uma única conta – 6.2.2.1.1.01.01 – Crédito Disponível.

#### **4.31 Análise dos Quocientes – Balanço Orçamentário**

A seguir apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes orçamentários:



**Tabela 030 – Dados para Apuração dos Quocientes Orçamentários**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	2014	R\$ Mil
Previsão Inicial da Receita	82.804.020	77.088.941	
Dotação Inicial da Despesa	82.801.362	77.088.941	
Previsão Atualizada da Receita	84.724.496	79.167.667	
Dotação Atualizada da Despesa	87.379.764	81.856.865	
Receita Realizada	61.654.166	75.790.988	
Dotação Executada	65.978.035	75.704.294	
Despesa Empenhada	65.978.035	75.704.294	
Despesa Paga	59.912.031	72.399.938	
Receita Realizada Corrente	54.883.380	61.593.410	
Despesa Empenhada Corrente	55.782.283	64.497.634	
Créditos Adicionais (Excesso de Arrecadação)	1.256.438	1.843.077	
Déficit/Superávit na Arrecadação	(23.070.330)	(3.376.679)	
Créditos Adicionais (Superávit Financeiro)	2.657.926	2.689.198	
Superávit Financeiro	(313.651)	3.881.149	

Fonte: SIAFEM/RJ

## A) QUOCIENTE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

É resultante da relação entre a Previsão Inicial da Receita e a Dotação Inicial da Despesa, indicando se há equilíbrio entre a previsão e a fixação constante na LOA.

**Tabela 030.1 – Quociente do Equilíbrio Orçamentário**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	2014	R\$ Mil	AH %
Previsão Inicial da Receita	82.804.020	77.088.941		
Dotação Inicial da Despesa	82.801.362 = 1,00	77.088.941 = 1,00		0%

Fonte: SIAFEM/RJ

Nota: AH - Análise Horizontal (2015/2014)

De acordo com o Princípio do Equilíbrio Orçamentário, a Lei Orçamentária Anual - LOA deve ser aprovada com o montante da despesa fixada igual ao da receita prevista. Este quociente demonstra que ocorreu esse Equilíbrio Orçamentário no exercício de 2015 e 2014.

## B) QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Previsão Atualizada da Receita, indicando a existência de excesso ou falta de arrecadação para a cobertura de despesas.





**Tabela 030.2 – Quociente de Execução da Receita**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	2014	R\$ Mil AH %
Receita Realizada	61.654.166	75.790.988	
Previsão Atualizada da Receita	84.724.496 = 0,73	79.167.667 = 0,96	-24%

Fonte: SIAFEMRJ

Nota: AH - Análise Horizontal (2015/2014)

O Quociente de Execução da Receita calculado para o exercício de 2015 demonstra que houve insuficiência na arrecadação da receita, uma vez que para cada R\$ 1,00 de Receita Prevista Atualizada, o Estado arrecadou R\$ 0,73.

Verifica-se que o mesmo ocorreu em 2014, ou seja, a receita arrecadada foi menor do que a prevista.

### C) QUOCIENTE DE DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Previsão Inicial da Receita, indicando a existência de excesso ou falta de arrecadação para administração dos indicadores fiscais.

**Tabela 030.3 – Quociente de Desempenho da Arrecadação**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	2014	R\$ Mil AH %
Receita Realizada	61.654.166	75.790.988	
Previsão Inicial da Receita	82.804.020 = 0,74	77.088.941 = 0,98	-24%

Fonte: SIAFEMRJ

Nota: AH - Análise Horizontal (2015/2014)

O Quociente de Desempenho da Arrecadação apurado no exercício de 2015 demonstra que houve insuficiência de arrecadação da receita, uma vez que para cada R\$ 1,00 de Receita Inicial Prevista, o Estado arrecadou R\$ 0,74.

Verificando o decréscimo de 24% na relação entre 2015 e 2014, nota-se que a insuficiência na arrecadação foi ainda maior no exercício atual do que no exercício anterior.

### D) QUOCIENTE DE UTILIZAÇÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

É resultante da relação entre os Créditos Adicionais abertos por meio de excesso de arrecadação e o total do excesso de arrecadação, indicando a parcela do excesso de arrecadação utilizada para abertura de créditos adicionais.



**Tabela 030.4 – Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	2014	R\$ Mil AH %
Créditos Adicionais (excesso de Arrecadação)	1.256.438	1.843.077	
Déficit/Superávit na Arrecadação	(23.070.330) = (0,05)	(3.376.679) = (0,55)	-90%

Fonte: SIAFEMRJ

Nota: AH - Análise Horizontal (2015/2014)

De acordo com a Lei 4320/64 art.43 §3º, entende-se por excesso de arrecadação o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

O Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2015 apresenta saldo negativo, uma vez que o Estado apresentou déficit na arrecadação.

#### **E) QUOCIENTE DE UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO**

É resultante da relação entre os créditos adicionais abertos por meio de superávit financeiro e o total do superávit financeiro apurado no exercício anterior, indicando a parcela do superávit financeiro utilizada para abertura de créditos adicionais.

**Tabela 030.5 – Quociente de Utilização do Superávit Financeiro**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	2014	R\$ Mil AH %
Créditos Adicionais (Superávit Financeiro)	2.657.926	2.689.198	
Superávit Financeiro	3.881.149 = 0,68	3.316.774 = 0,81	-16%

Fonte: SIAFEMRJ

Nota: AH - Análise Horizontal (2015/2014)

O Quociente de Utilização do Superávit Financeiro apurado para o exercício de 2015 demonstra que para cada R\$ 1,00 de Superávit Financeiro, o Estado utilizou R\$ 0,68 para a abertura de créditos adicionais.

Cabe destacar que se fez necessário a retificação na coluna de 2014, devido à utilização do Superávit Financeiro vigente em 2014, quando o correto seria a utilização do Superávit Financeiro do exercício anterior (no caso, 2013). Posto isso, o quociente de utilização do Superávit Financeiro de 2014 não foi 0,69 conforme publicado anteriormente, e sim 0,81.



## F) QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA

É resultante da relação entre a Despesa Executada e a Dotação Atualizada, cuja discrepância pode ser ocasionada por ineficiência no processo planejamento-execução ou a uma economia de despesa orçamentária.

**Tabela 030.6 – Quociente de Execução da Despesa**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015		2014		R\$ Mil AH %
Despesa Executada	65.978.035	= 0,76	75.704.294	= 0,92	-18%
Dotação Atualizada da Despesa	87.379.764		81.856.865		

Fonte: SIAFEM/RJ

Nota: AH - Análise Horizontal (2015/2014)

O Quociente de Execução da Despesa calculado para o exercício de 2015 demonstra que houve economia orçamentária no montante de R\$ 21.401.729 mil. Este índice não pode apresentar quociente maior que 1, uma vez que a Despesa Orçamentária só poderá ser executada até o limite do montante autorizado na Lei.

Pode-se observar que para cada R\$ 1,00 de Despesa Autorizada, o Estado realizou R\$ 0,76 de Despesa Executada.

## G) QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de superávit ou déficit.

**Tabela 030.7 – Quociente do Resultado Orçamentário**

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015		2014		R\$ Mil AH %
Receita Realizada	61.654.166	= 0,93	75.790.988	= 1,00	-7%
Despesa Empenhada	65.978.035		75.704.294		

Fonte: SIAFEM/RJ

Nota: AH - Análise Horizontal (2015/2014)

No exercício de 2015, o Estado apresentou déficit orçamentário no montante de R\$ 4.323.869 mil. O Quociente do Resultado Orçamentário salienta este desequilíbrio ao demonstrar que foi arrecadado apenas 93% da despesa empenhada.



## H) QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE

É resultante da relação entre a Receita Realizada Corrente e a Despesa Empenhada Corrente. A interpretação desse quociente indica se a receita corrente suportou as despesas correntes ou se foi necessário utilizar receitas de capital para financiar despesas correntes.

**Tabela 030.8 – Quociente da Execução Orçamentária Corrente**

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015		2014		R\$ Mil AH %
Receita Realizada Corrente	54.883.380	= 0,98	61.593.410	= 0,95	3%
Despesa Empenhada Corrente	55.782.283		64.497.634		

Fonte: SIAFEM/RJ

Nota: AH - Análise Horizontal (2015/2014)

O Quociente da Execução Orçamentária Corrente calculado para o exercício de 2015 demonstra que para cada R\$ 1,00 de Despesa Corrente, o Estado arrecadou R\$ 0,98 de Receita corrente, apresentando um déficit orçamentário corrente, ou seja, a receita corrente não suportou as despesas correntes.

O Estado apresentou um acréscimo de 3% em relação ao exercício anterior, pois mesmo tendo apresentado déficit nos dois exercícios, proporcionalmente a diferença entre a Receita Realizada Corrente e a Despesa Empenhada Corrente foi menor em 2015.

## I) QUOCIENTE FINANCEIRO REAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Paga, indicando quanto a receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa orçamentária paga.

**Tabela 030.9 – Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária**

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015		2014		R\$ Mil AH %
Receita Realizada	61.654.166	= 1,03	75.790.988	= 1,05	-2%
Despesa Paga	59.912.031		72.399.938		

Fonte: SIAFEM/RJ

Nota: AH - Análise Horizontal (2015/2014)

O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária apurado para o exercício de 2015 demonstra que para cada R\$ 1,00 de Despesa paga, o Estado dispõe de R\$ 1,03 de Receita Realizada. Esse



índice indica que a receita realizada foi superior às despesas pagas no exercício, logo obtendo um superávit financeiro real.

#### 4.32 Resultado da Execução Financeira

O resultado da execução financeira no exercício de 2015 foi negativo em R\$ 1.143.405 mil, que somado ao saldo de caixa do exercício anterior, corresponde ao saldo de caixa para o próximo exercício, conforme verificado na tabela a seguir.

**Tabela 031 – Resultado da Execução Financeira**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	2014	R\$ Mil AH %
<b>1 - Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>8.938.830</b>	<b>9.590.270</b>	<b>-6,79%</b>
<b>2 - Receitas</b>	<b>98.043.311</b>	<b>97.352.889</b>	<b>0,71%</b>
2.1 - Receitas Orçamentárias	61.654.166	75.790.988	-18,65%
2.2 - Transferências Financeiras Recebidas	-	-	0,00%
2.3 - Receitas Extraorçamentárias	36.389.145	21.561.902	68,77%
<b>3 - Despesas</b>	<b>99.186.716</b>	<b>98.004.330</b>	<b>1,21%</b>
3.1 - Despesas Orçamentárias	65.978.035	75.704.294	-12,85%
3.2 - Transferências Financeiras Concedidas	-	-	0,00%
3.3 - Despesas Extraorçamentárias	33.208.681	22.300.035	48,92%
<b>4 - Resultado da Execução Financeira</b>	<b>(1.143.405)</b>	<b>(651.440)</b>	<b>75,52%</b>
<b>5 - Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>7.795.425</b>	<b>8.938.830</b>	<b>-12,79%</b>

Fonte: SIAFEM/RJ

Nota: AH - Análise Horizontal (2015/2014)

Para fins de consolidação do Balanço Financeiro, foram excluídas as Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, no montante de R\$ 58.789.798 mil em 2015 e R\$ 70.950.273 mil em 2014, conforme já exposto no item de letra “O” das Principais Práticas Contábeis.

Quanto às Deduções das Receitas Orçamentárias, o MCASP 6º edição, parte V, orienta que as receitas orçamentárias sejam apresentadas líquidas de deduções. Este fato resultou da alteração das receitas orçamentárias apresentadas no Balanço Financeiro do exercício de 2014, tendo em vista que na ocasião todas as deduções eram apresentadas em uma única linha.

A tabela a seguir evidencia as deduções das receitas orçamentárias referentes aos exercícios de 2015 e 2014:



QUADRO DAS DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Valores em 31/12/2015 e 31/12/2014

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	2015			2014		
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (A)	DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (B)	SALDO (C)=(A-B)	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (D)	DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (E)	SALDO (F)=(D-E)
<b>ORDINÁRIA</b>	<b>63.083.826</b>	<b>17.128.268</b>	<b>45.955.559</b>	<b>61.505.210</b>	<b>6.769.145</b>	<b>54.736.065</b>
00 Ordinários Provenientes de Impostos	39.345.107	14.842.452	24.502.655	38.283.989	5.197.803	33.086.185
01 Ordinários Não Provenientes de Impostos	2.421.279	91	2.421.187	1.603.124	24	1.603.100
06 Fundo de Participação dos Estados	1.166.890	233.378	933.512	1.109.228	221.846	887.382
07 Demais Transferências da União Provenientes de Impostos	806.831	305.527	501.305	905.751	140.147	765.604
10 Arrecadação Própria - Administração Indireta	18.592.059	1.746.819	16.845.240	18.938.138	1.209.325	17.728.813
81 Recursos Extra-Orçamentários - DDO	-	-	-	-	-	-
82 Recursos Extra-Orçamentários - Credores e Entidades	-	-	-	-	-	-
98 Outras Receitas da Administração Indireta	1.790	-	1.790	1.701	-	1.701
99 Outras Receitas da Administração Direta	749.871	-	749.871	663.280	-	663.280
<b>VINCULADA</b>	<b>16.039.238</b>	<b>340.631</b>	<b>15.698.607</b>	<b>21.054.968</b>	<b>44</b>	<b>21.054.923</b>
04 Indenização pela Extração do Petróleo	2.198.724	335.003	1.863.721	3.846.188	-	3.846.188
05 Salário Educação	473.956	-	473.956	428.554	-	428.554
11 Operações de Crédito Através do Tesouro	5.053.426	-	5.053.426	7.660.637	-	7.660.637
12 Convênios - Administração Direta	72.585	-	72.585	116.113	-	116.113
13 Convênios - Administração Indireta	77.011	-	77.011	126.696	-	126.696
14 Convênios PAC - Administração Direta	238.304	-	238.304	188.089	-	188.089
15 FUNDEB	2.633.217	-	2.633.217	2.619.383	-	2.619.383
16 Convênios PAC - Administração Indireta	130.999	-	130.999	78.438	-	78.438
17 Operações de Crédito Através da Adm. Indireta	-	-	-	-	-	-
18 Convênios Intraorçamentários - Administração Direta	20.013	-	20.013	587.484	-	587.484
19 Convênios Intraorçamentários - Administração Indireta	36.686	-	36.686	43.896	-	43.896
20 Ressarcimento de Pessoal - Área de Segurança	85.987	-	85.987	62.039	-	62.039
21 Op. de Crédito destinadas à Ações M. Ambiente	72.305	-	72.305	175.511	-	175.511
22 Adicional do ICMS - FECF	3.039.656	24	3.039.633	2.938.678	44	2.938.633
23 Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	277.305	-	277.305	322.918	-	322.918
24 Transferências Voluntárias da União não Referentes a Convênios	92.568	-	92.568	88.783	-	88.783
25 Sistema Único de Saúde - SUS	675.902	-	675.902	704.503	-	704.503
26 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	22.705	5.605	17.100	6.148	-	6.148
90 Fundo de Depósitos Judiciais - Lei 11.429/06	541.799	-	541.799	11.477	-	11.477
91 Depósitos Judiciais não Trib. - LC 147/2013	244.588	-	244.588	1.021.891	-	1.021.891
95 Retorno de Empréstimos do Prog. de Fomento Agrop. e Tecnológico	7.539	-	7.539	7.593	-	7.593
96 Multa pela Infração do Código de Defesa do Consumidor	15.776	-	15.776	16.353	-	16.353
97 Conservação Ambiental	28.188	-	28.188	3.596	-	3.596
<b>TOTAL</b>	<b>79.123.065</b>	<b>17.468.899</b>	<b>61.654.166</b>	<b>82.560.178</b>	<b>6.769.190</b>	<b>75.790.988</b>

Na tabela a seguir estão contemplados os saldos das disponibilidades financeiras por fonte de recursos que compõem o grupo "7.2.1.1.1.01.00 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA POR FONTE".



**Tabela 031.1 – Disponibilidade por Fonte de Recursos**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

	R\$ Mil		
<b>FONTES DE RECURSOS</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>AH %</b>
<b>Recursos do Tesouro</b>	<b>4.272.247</b>	<b>5.562.240</b>	<b>-23,19%</b>
Fonte 000 – Ordinários Não Vinculados	2.737.196	1.380.493	98,28%
Fonte 001 – Outros Ordinários não Vinculados	(2.935.230)	76.937	-3915,12%
Fonte 004 – Indenização pela Extração de Petróleo	103.812	344.110	-69,83%
Fonte 005 – Salário Educação	31.732	8.363	279,42%
Fonte 006 – Fundo de participação dos Estados	1.697	360	371,74%
Fonte 007 – Demais Transf. da União Provenientes de Impostos	(50.423)	903	-5685,19%
Fonte 011 – Operações de Crédito Através do Tesouro	1.871.770	2.173.461	-13,88%
Fonte 012 – Convênios	183.829	202.017	-9,00%
Fonte 015 – Fundeb	335.164	32.998	915,72%
Fonte 020 – Ressarcimento de Pessoal - Área de Segurança	99.989	64.332	55,43%
Fonte 021 – Operações de Crédito Destinadas Meio - Ambiente	13.582	44.853	-69,72%
Fonte 022 – Fundo Estadual de Combate a Pobreza	603.820	277.494	117,60%
Fonte 026 – Contrib. Interv. no Domínio Econômico -CIDE	525	1.496	-64,89%
Fonte 090 – Fundo de Depósitos Judiciais - Lei Nº 11.429/06	198.466	169.465	17,11%
Fonte 091 – Depósitos Judiciais não Trib. - LC. 147/2013	390.613	302.372	0,00%
Fonte 096 – Multa p/infração do Cód. Def. Consumidor	41.650	26.180	59,09%
Fonte 097 – Conservação Ambiental	40.916	21.027	94,59%
Fonte 099 – DIVERSAS	603.138	435.380	38,53%
<b>Recursos de Outras Fontes</b>	<b>3.523.178</b>	<b>3.376.591</b>	<b>4,34%</b>
Fonte 010 – Diretamente Arrecadados	2.375.958	2.320.162	2,40%
Fonte 013 – Convênios Administração Indireta	88.522	119.336	-25,82%
Fonte 014 – Convênios PAC - Administração Direta	321.115	198.322	61,92%
Fonte 016 – Convênios Diretos	5.345	11.829	-54,82%
Fonte 017 – Operações de Crédito através da Adm. Indireta	15	15	0,00%
Fonte 018 – Convênios Intraorçamentários - Adm. Direta	69.933	96.746	-27,72%
Fonte 019 – Convênios Intraorçamentários - Adm. Indireta	11.608	12.880	-9,87%
Fonte 023 – Contratos Intraorçamentário Gestão de Saúde	196	22.129	-99,11%
Fonte 024 - Transf Volunt da União não Refer a Convênios	21.551	30.478	-29,29%
Fonte 025 – SUS	185.416	233.071	-20,45%
Fonte 081 – Recursos Não Orçamentários - Depósitos de Diversas Origens	399.374	277.248	44,05%
Fonte 082 – Recursos Não Orçamentários - Credores - Entidades e Agentes	28.286	36.411	-22,31%
Fonte 089 – Ingressos a classificar	0	-	0,00%
Fonte 095 – Retorno de Empréstimos do Programa de Fomento Agropecuário e Tecnológico	6.732	5.306	26,88%
Fonte 098 – Outras Receitas da Administração Indireta	9.128	12.657	-27,89%
<b>Total das Disponibilidades por Fonte</b>	<b>7.795.425</b>	<b>8.938.830</b>	<b>-12,79%</b>

Fonte: SIG/RJ

Nota: AH - Análise Horizontal (2015/2014)

### 4.33 Análise dos Quocientes – Balanço Financeiro

A seguir apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes financeiros:



**Tabela 032 – Dados para Apuração dos Quocientes Financeiros**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	R\$ Mil	
	2015	2014
Resultado Orçamentário	(4.323.869)	86.693
Variação do Saldo em Espécie	(1.143.405)	(651.440)
Saldo que passa para o Exercício Seguinte	7.795.425	8.938.830
Saldo do Exercício anterior	8.938.830	9.590.270

Fonte: SIAFEM/RJ

Nota: AH - Análise Horizontal (2015/2014)

### A) QUOCIENTE ORÇAMENTÁRIO DO RESULTADO FINANCEIRO

É resultante da relação entre o Resultado Orçamentário e a Variação do Saldo em Espécie. A interpretação desse quociente indica a parcela da variação do saldo do disponível que pode ser explicada pelo resultado orçamentário. Em contrapartida, pode ainda ser analisada a diferença como resultante do resultado extraorçamentário ou das transferências.

**Tabela 032.1 – Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	R\$ Mil			AH%
	2015	2014		
Resultado Orçamentário	(4.323.869)	86.693		
Variação do Saldo em Espécie	(1.143.405)	(651.440)		
			= 3,78	= (0,13)

Fonte: SIAFEM/RJ

Nota: AH - Análise Horizontal (2015/2014)

O Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro demonstra que o Resultado Orçamentário (diferença entre a receita orçamentária e despesa orçamentária) contribuiu negativamente para a Variação do Saldo em Espécie.

**Tabela 032.1.1 – Variação do Saldo em Espécie**

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>VARIAÇÃO DO SALDO EM ESPÉCIE</b>	<b>(1.143.405)</b>	<b>100,00%</b>	<b>(651.440)</b>	<b>100,00%</b>	<b>75,52%</b>
Resultado Orçamentário	(4.323.869)	378,16%	86.693	-13,31%	-5087,54%
Resultado das Transferências	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Resultado Extraorçamentário	3.180.464	-278,16%	(738.134)	113,31%	-530,88%

Fonte: SIAFEM/RJ

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2015/2014)





A variação negativa do Saldo em Espécie obteve ainda influência positiva do Resultado extraorçamentário no montante de R\$ 3.180.464 mil.

Já o Resultado das Transferências permaneceu zerado nos dois exercícios, por se tratar de transferências INTRA-OFSS, cujos saldos foram excluídos dos demonstrativos consolidados.

## B) QUOCIENTE DO RESULTADO DOS SALDOS FINANCEIROS

É resultante da relação entre o Saldo que passa para o Exercício seguinte e o Saldo do Exercício Anterior. A interpretação desse quociente indica o impacto do resultado financeiro sobre o saldo em espécie.

**Tabela 032.2 – Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros**

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015		2014		R\$ Mil AH %
Saldo que passa para o Exercício Seguinte	7.795.425		8.938.830		
Saldo do Exercício Anterior	8.938.830	= 0,87	9.590.270	= 0,93	-6%

Fonte: SIAFEM/RJ

Nota: AH - Análise Horizontal (2015/2014)

O Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros apurado no exercício de 2015 foi de 0,87, demonstrando que ocorreu déficit financeiro. Ao passo que, em 2014, o Estado também obteve déficit financeiro com o índice de 0,93. Portanto, verifica-se um decréscimo de 6% em relação ao exercício anterior.

Pode-se observar a diferença apurada entre o Saldo que passa para o exercício Seguinte e o Saldo do Exercício Anterior no montante negativo de R\$ 1.143.405 mil, indicando que os pagamentos do exercício foram superiores aos recebimentos.

### 4.34 Resultado dos Fluxos de Caixa

O resultado dos fluxos de caixa no exercício de 2015 foi negativo no montante de R\$ 1.143.405 mil, conforme demonstrado no quadro abaixo.



**Tabela 033 – Resumo do Fluxo de Caixa**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro – 2015/2014

Geração Líquida de Caixa	R\$ Mil	
	2015	2014
<b>CAIXA INICIAL</b>	<b>8.938.830</b>	<b>9.590.270</b>
Varição de Caixa	(1.143.405)	(651.440)
<b>CAIXA FINAL</b>	<b>7.795.425</b>	<b>8.938.830</b>

Fonte: SIAFEM/RJ

Para fins de consolidação da DFC, foram excluídas as Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, no montante de R\$ 58.789.798 em 2015 e R\$ 70.950.273 mil em 2014, conforme já exposto no item de letra “O” das Principais Práticas Contábeis.

A composição deste resultado é evidenciada através dos Fluxos: Operacional, Investimento e Financiamento, conforme demonstrado na tabela a seguir.

**Tabela 033.1 – Demonstrativo do Fluxo de Caixa Sintético – Método Direto**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro – 2015/2014

FLUXOS	2015			2014			R\$ Mil
	Ingressos	Desembolsos	Fluxo Líquido	Ingressos	Desembolsos	Fluxo Líquido	
Operacionais	79.625.861	78.117.886	1.507.975	76.269.859	79.881.488	(3.611.630)	
Investimentos	1.395.314	5.635.603	(4.240.289)	5.691.659	6.888.955	(1.197.296)	
Financiamentos	4.994.873	3.405.964	1.588.909	7.605.490	3.448.005	4.157.486	
<b>Total</b>	<b>86.016.048</b>	<b>87.159.453</b>	<b>(1.143.405)</b>	<b>89.567.008</b>	<b>90.218.448</b>	<b>(651.440)</b>	

Fonte: SIAFEM/RJ

### • Fluxo Líquido das Atividades Operacionais

O fluxo líquido das atividades operacionais evidencia quanto o Governo gerou de caixa suficiente para amortizar dívidas, manter a capacidade de expansão das despesas com recursos próprios gerados pelas operações e fazer novos investimentos. Pode-se observar que o Estado teve um acréscimo de caixa no montante de R\$ 1.507.975 mil, ou seja, os ingressos financeiros foram superiores aos desembolsos.

Os ingressos financeiros do fluxo operacional somam R\$ 79.625.861 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes às receitas tributárias, no montante de R\$ 34.268.857 mil e depósitos de diversas origens, no montante de R\$ 18.380.801 mil.

Já os desembolsos do fluxo operacional somam R\$ 78.117.886 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes à pessoal e demais despesas, no montante de R\$ 36.758.388 mil e depósitos de diversas origens, no montante de R\$ 18.261.602 mil.



- **Fluxo Líquido das Atividades de Investimentos**

O fluxo líquido das atividades de investimento foi deficitário em R\$ 4.240.289 mil. Os ingressos financeiros do fluxo de investimentos somam R\$ 1.395.314 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes à alienação de bens, no montante de R\$ 1.084.012 mil. Já os desembolsos do fluxo de investimentos somam R\$ 5.635.603 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes à aquisição de ativo não circulante, no montante de R\$ 4.344.939 mil.

- **Fluxo Líquido das Atividades de Financiamentos**

O fluxo líquido das atividades de financiamento gerou um acréscimo de caixa de R\$ 1.588.909 mil. Os ingressos financeiros do fluxo de financiamentos somam R\$ 4.994.873 mil, sendo integralmente referentes às operações de créditos. Já os desembolsos do fluxo de financiamentos somam R\$ 3.405.964 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes à amortização/refinanciamento da dívida, no montante de R\$ 3.311.058.

#### 4.35 Análise dos Quocientes – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A seguir apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes do fluxo de caixa:

**Tabela 034 – Dados para Apuração dos Quocientes da Demonstração dos Fluxos de Caixa**  
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	R\$ Mil	
	2015	2014
Caixa Líquido Gerado nas Operações	1.507.975	(3.611.630)
Resultado Patrimonial	(28.320.893)	(33.534.463)
Total do Passivo	179.730.317	289.339.875
<b>Total da Geração Líquida de Caixa</b>	<b>(1.143.405)</b>	<b>(651.440)</b>

Fonte: SIAFEMRJ

#### **A) QUOCIENTE DO FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS EM RELAÇÃO AO RESULTADO PATRIMONIAL**

É resultante da relação entre o Caixa líquido Gerado nas Operações e o Resultado Patrimonial. A interpretação deste quociente indica a dispersão entre o fluxo de caixa operacional gerado e o resultado patrimonial do exercício.



**Tabela 034.1 – Quociente do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais em Relação ao Resultado Patrimonial**

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	2014	R\$ Mil	AH %
Caixa Líquido Gerado nas Operações	1.507.975	(3.611.630)		
Resultado Patrimonial	(28.320.893)	(33.534.463)		
	= - 0,05	= 0,11		-149%

Fonte: SIAFEM/RJ

Nota: AH - Análise Horizontal (2015/2014)

O Quociente do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais em relação ao Resultado Patrimonial apurado para o exercício de 2015 indica que é necessário gerar fluxos de caixa operacionais futuros para manter a capacidade do Estado para suprir o déficit patrimonial.

Verifica-se que apesar do Estado apresentar um aumento no fluxo de caixa operacional, o Resultado Patrimonial, ainda se encontra deficitário.

O ideal é que este quociente esteja próximo de 1, ou seja, quanto menor for a dispersão, melhor será a qualidade do resultado.

## B) QUOCIENTE DA CAPACIDADE DE AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA

É resultante da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações e o Total do Passivo. A interpretação deste quociente indica a parcela dos recursos gerados pela entidade para pagamento da dívida.

**Tabela 034.2 – Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida**

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	2014	R\$ Mil	AH %
Caixa Líquido Gerado nas Operações	1.507.975	(3.611.630)		
Total do Passivo	179.730.317	289.339.875		
	= 0,01	= (0,01)		-167%

Fonte: SIAFEM/RJ

Nota: AH - Análise Horizontal (2015/2014)

O Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida apurado para o exercício de 2015 foi 0,01, demonstrando que o Estado gerou poucos recursos para pagamento das obrigações de curto e longo prazo. Esse resultado indica que o Estado necessitará captar mais recursos.



### C) QUOCIENTE DA ATIVIDADE OPERACIONAL

É resultante da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações e o total da Geração Líquida de Caixa. A interpretação desse quociente indica a parcela da geração líquida de caixa pela entidade atribuída às atividades operacionais.

**Tabela 034.3 – Quociente da Atividade Operacional**

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015	2014	R\$ Mil	AH %
Caixa Líquido Gerado nas Operações	1.507.975	(3.611.630)		
Total da Geração Líquida de Caixa	(1.143.405)	(651.440)		
	= - 1,32	= 5,54		-124%

Fonte: SIAFEM/RJ

Nota: AH - Análise Horizontal (2015/2014)

O Quociente da Atividade Operacional apurado para o exercício de 2015 demonstra que mesmo o caixa líquido gerado nas operações ter sido positivo, o total da geração líquida de caixa se manteve negativo.



# 05 – Legislação Básica



## **Constituições**

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

Constituição do Estado do Rio de Janeiro, de 05 de outubro de 1989.

## **Leis**

LEI FEDERAL nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 6830, de 22 de Setembro de 1980 – Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº 287, de 4 de Dezembro de 1979 – Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

LEI FEDERAL nº 8.727, de 05 de novembro de 1993 – Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

LEI FEDERAL nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

LEI FEDERAL nº 9.496, de 11 de setembro de 1997 – Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 11.494, de 20 de junho de 2007 – Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.



## **Leis Complementares**

LEI COMPLEMENTAR FEDERAL nº 101, de 4 de maio de 2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº 147, de 27 de junho de 2013 – Dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para pagamento de requisições judiciais de pagamento e dá outras providências.

## **Decretos**

DECRETO Federal nº 6.976, de 7 de outubro de 2009 - Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências.

DECRETO-LEI nº 8, de 15 de março de 1975 – Dispõe sobre o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES) e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 25.875, de 22 de Dezembro de 1999 – Dispõe sobre a extinção do Fundo da Dívida Pública e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 36.994, de 25 de Fevereiro de 2005 – Incorpora ao Patrimônio do Rioprevidência Créditos Tributários parcelados de titularidade do Estado do Rio de Janeiro.

DECRETO ESTADUAL nº 37.050, de 10 de Março de 2005 – Incorpora ao patrimônio do Rioprevidência Créditos Tributários e Não Tributários inscritos em dívida ativa do Estado do Rio de Janeiro, de suas autarquias e fundações e recursos advindos da respectiva liquidação.

DECRETO ESTADUAL nº 44.006, de 27 de Dezembro de 2012 – Anula o Decreto Estadual nº 37.050, de 10 de março de 2005.

DECRETO ESTADUAL nº 40.155, de 17 de Outubro de 2006 – Incorpora ao patrimônio do Rioprevidência os valores referentes ao fluxo do Fundes, ingressados a partir de Janeiro de 2007 e determina outras providências.





DECRETO ESTADUAL nº 41.528, de 31 de Outubro de 2008 – Estabelece os procedimentos a serem adotados na celebração e execução de convênios que impliquem dispêndio financeiro por órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 41.880, de 25 de Maio de 2009 – Dispõe sobre as atribuições e procedimentos para a programação e execução orçamentária e financeira do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 42.011, de 28 de Agosto de 2009 – Incorpora ao patrimônio do Rioprevidência os direitos de propriedade do Estado do Rio de Janeiro sobre os Royalties e participação especial decorrentes do artigo 20, § 1º, da Constituição Federal.

DECRETO ESTADUAL nº 42.315, de 25 de Fevereiro de 2010 – Disciplina a opção pelo regime especial de pagamento de precatórios, instituído pelo art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009.

DECRETO ESTADUAL nº 42.755, de 20 de Dezembro de 2010 – Incorpora ao Patrimônio do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência os direitos creditórios que menciona e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 43.463, de 14 de Fevereiro de 2012 – Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 44.489, de 25 de Novembro de 2013 – Institui a obrigatoriedade de realizar os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens do Estado nos casos que especifica.

DECRETO ESTADUAL nº 44.558, de 13 de Janeiro de 2014 – Regulamenta a gestão dos bens móveis integrantes do patrimônio público do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 45.404, de 14 de Outubro de 2015 – Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2015, e dá outras providências.



## **Portarias**

PORTARIA MINISTÉRIO DA FAZENDA nº 184/08 – Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Nº 700/2014 - Aprova as Partes II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III - Procedimentos Contábeis Específicos, IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e revoga, a partir de 1º de janeiro de 2015, a Portaria STN nº 437, de 12 de julho de 2012.

PORTARIA CONJUNTA STN/SOF Nº 01, de 10 de Dezembro de 2014 - Aprova a Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Nº 438/2012 – Aprova a alteração dos Anexos nº 12 (Balanço Orçamentário), nº 13 (Balanço Financeiro), nº 14 (Balanço Patrimonial), nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais), nº 18 (Demonstração dos Fluxos de Caixa) e nº 19 (Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido) da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, revoga a Portaria STN nº 665, de 30 de novembro de 2010, e dá outras providências.

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Nº 634/2013 – Dispõe sobre regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual.

PORTARIA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO Nº 179, de 27 de Março de 2014 - Orienta a operacionalização dos procedimentos previstos no decreto nº 44.489, de 25 de novembro de 2013 no que tange ao ajuste inicial e a depreciação dos bens móveis do Estado.



---

PORTARIA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO Nº 194, de 27 de Janeiro de 2016 – Aprova as inscrições de Restos a Pagar no exercício financeiro de 2015.

### **Resoluções**

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 40/ 01 – Dispõe sobre os limites globais para o montante da Dívida Pública Consolidada e da Dívida Pública Mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 43/01 – Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições autorizadas e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CFC nº 750/93 – Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

RESOLUÇÃO CFC nº 1.111/07 – apresenta interpretação dos Princípios de Contabilidade sob a perspectiva do setor público.

RESOLUÇÃO CFC nº 1.350/11 – apresenta interpretação sobre Combinação de Negócios.

RESOLUÇÃO CFC nº 1.282/10 – atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC nº 750/93, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

### **RESOLUÇÕES CFC SOBRE AS NBC T 16**

Resolução CFC nº 1128/2008 NBC T 16.1 – Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação.

Resolução CFC nº 1129/2008 NBC T 16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis.

Resolução CFC nº 1130/2008 NBC T 16.3 – Planej. e seus Instrumentos sob Enfoque contab.

Resolução CFC nº 1131/2008 NBC T 16.4 – Transações no Setor Público.

Resolução CFC nº 1132/2008 NBC T 16.5 – Registro Contábil.

Resolução CFC nº 1133/2008 NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis.

Resolução CFC nº 1134/2008 NBC T 16.7 – Consolidação das Demonstrações Contábeis.

Resolução CFC nº 1135/2008 NBC T 16.8 – Controle Interno.

Resolução CFC nº 1136/2008 NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão.

Resolução CFC nº 1137/2008 NBC T 16.10 – Aval. E Mens. Ativos e Passivos Ent. Setor Público.



Resolução CFC nº 1268/2009 Altera, inclui e exclui itens das NBC T 16.1, 16.2 e 16.6.

Resolução CFC nº 1366/2011 NBC T 16.11 – Sist. De Informação de Custos do Setor Público.

Resolução CFC nº 1437/2013 - Altera, inclui e exclui itens das NBCs T 16.1, 16.2, 16.4, 16.5, 16.6, 16.10 e 16.11 que tratam das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público.

RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL nº 3.922/2010 - Dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

RESOLUÇÃO SEFAZ nº 952, de 18 de Dezembro de 2015 - Fixa o valor da UFIR-RJ para o exercício de 2016.

### **Instruções**

Instrução CVM nº 247, de 27 de Março de 1996 - Dispõe sobre a avaliação de investimentos em sociedades coligadas e controladas e sobre os procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, para o pleno atendimento aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, altera e consolida as Instruções CVM nº 01, de 27 de abril de 1978, nº 15, de 03 de novembro de 1980, nº 30, de 17 de janeiro de 1984, e o artigo 2º da Instrução CVM nº 170, de 03 de janeiro de 1992, e dá outras providências.

### **IPC – Instruções de Procedimentos Contábeis**

IPC 00 - Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade

IPC 01 - Transferência de Saldos Contábeis e Controle de Restos a Pagar

IPC 02 - Reconhecimento dos Créditos Tributários pelo Regime de Competência

IPC 03 - Encerramento de Contas Contábeis no PCASP

IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial

IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais

IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro

IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário

IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa



## **IPSAS – Normas Internacionais de Contabilidade**

IPSAS 7 – Investimento em Coligada e em Controlada

## **Circulares CGE – Gabinete da Contadoria**

Circular GAB/CGE nº 002, de 25 de Fevereiro de 2014 – Nota Técnica para Prestação de Contas – Ajustes de Exercícios Anteriores.

Circular GAB/CGE nº 006, de 27 de Agosto de 2014 - Transferência de saldo contábil da conta tipo “D” para conta tipo “U”.

Circular GAB/CGE nº 008, de 03 de Novembro de 2014 – Regularização do saldo contábil das contas 1.1.9.8.2.01.01 e 1.1.3.2.2.01.01 referentes às Antecipações da Contribuição Patronal repassadas ao Rioprevidência.



# 06 – Considerações Finais



Apresentando a Prestação de Contas de Gestão do Exmo. Senhor Governador referente ao exercício de 2015, e cumprindo atribuição privativa desta Contadoria Geral do Estado – CGE chegamos ao momento em que os resultados do desempenho financeiro do Estado podem ser analisados em sua totalidade, com a absoluta transparência e exatidão as quais buscamos incessantemente, permitindo-nos, também, avaliar o trabalho que desenvolvemos durante todo o exercício, além de registrar e preservar a memória estadual e de nossas principais instituições, servindo como importante fonte de pesquisa por parte de vários setores de nossa sociedade.

Enaltecemos a elevada dedicação e qualificação do corpo técnico da Contadoria-Geral do Estado o qual facilita nosso objetivo que foi o de alcançar o máximo de eficiência e acertos no desempenho desta atribuição, e, para tanto, realizamos através da Escola Fazendária treinamento específico para os servidores e implementamos vários mecanismos de controle que possibilitassem melhorar a qualidade das informações contábeis. Deixamos aqui registrado nossos agradecimentos pela valorosa contribuição do Sr. Jorge Pinto de Carvalho Júnior, Contador, que foi Superintendente de Normas desta CGE e que agora está diante de novos desafios no Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Encerramos, aqui, mais uma etapa, na certeza de que empenhamos nossos maiores esforços para atingir as metas as quais nos propusemos e, para finalizar, agradecemos a todos que direta ou indiretamente participaram desta jornada, em especial aos Exmo. Secretários de Estado de Fazenda, Dr. Julio Cesar Carmo Bueno, assim como seus subsecretários, pelo enorme apoio, confiança e incentivo, além da valiosa troca de experiências que nos proporcionaram.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2016.

**FRANCISCO PEREIRA IGLESIAS**  
**Contador-Geral do Estado**



# 07 – Lista de Tabelas





## LISTA DE TABELAS

Tabela 001 – Caixa e Equivalentes de Caixa .....	43
Tabela 002 – Créditos a Curto Prazo .....	45
Tabela 003 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.....	48
Tabela 003.1 – Créditos por Danos ao Patrimônio .....	50
Tabela 003.2 – Outros Créditos a Receber .....	53
Tabela 003.3 – Créditos Intragovernamentais .....	54
Tabela 004 – Estoques.....	56
Tabela 005 – VPD Pagas Antecipadamente.....	56
Tabela 005.1 – Demais VPD a Apropriar.....	57
Tabela 006 – Créditos a Longo Prazo .....	57
Tabela 006.1 – Dívida Ativa.....	59
Tabela 006.2 – Dívida Ativa Tributária LP .....	60
Tabela 007 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo .....	62
Tabela 007.1 – Direitos sobre Concessões .....	63
Tabela 008 – Investimentos.....	65
Tabela 008.1 – Participações Societárias.....	66
Tabela 008.2 – Demonstrativo da Equivalência Patrimonial .....	67
Tabela 008.3 – Comparativos dos Investimentos Abrangidos pela Equivalência Patrimonial Soc. Não Integrantes do Orçamento .....	68
Tabela 008.4 – Comparativos da Provisão p/ Perdas em Investimentos .....	69
Tabela 008.5 – Comparativos das Perdas e Deságios em Investimentos.....	69
Tabela 008.6.1 – Cálculos de Consolidação – Participação Societária.....	70
Tabela 008.6.2 – Cálculos de Consolidação – Perdas e Deságios em Investimentos .....	70
Tabela 008.6.3 – Cálculos de Consolidação – Participação de Não Controladores .....	71
Tabela 008.6.4 – Cálculo da Participação dos Não Controladores .....	71
Tabela 008.7 – Propriedades para Investimentos.....	72
Tabela 008.8 – Demais Investimentos Permanentes.....	73
Tabela 009 – Imobilizado .....	74
Tabela 009.1 – Bens Imóveis .....	76
Tabela 010 – Intangível .....	77
Tabela 011 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.....	78
Tabela 011.1 – Pessoal a Pagar .....	78
Tabela 011.2 – Encargos Sociais a Pagar.....	79
Tabela 012 – Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo .....	79
Tabela 013 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo .....	81
Tabela 014 – Provisões a Curto Prazo .....	81
Tabela 015 – Demais Obrigações a Curto Prazo.....	82
Tabela 015.1 – Valores Restituíveis .....	83
Tabela 015.2 – Outras Obrigações a Curto Prazo .....	84
Tabela 016 – Demonstrativo da Dívida Flutuante .....	85
Tabela 017.1 – Restos a Pagar por Poder e Tipo de Administração.....	88
Tabela 017.2 – Restos a Pagar por Tipo de Administração.....	89
Tabela 018 – Obrigações Trab. Prev. E Assist. a Pagar a LP.....	94
Tabela 019 – Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo .....	95
Tabela 019.1 – Dívida Fundada Interna e Externa .....	96
Tabela 020 – Fornecedores a Longo Prazo.....	96
Tabela 021 – Provisões a Longo Prazo.....	97
Tabela 022 – Demais Obrigações a Longo Prazo .....	98



Tabela 022.1 – Cessão de Direitos – Royalties do Petróleo .....	99
Tabela 023 – Resultado Diferido .....	100
Tabela 024 – Demonstrativo das Mutações Patrimoniais .....	101
Tabela 024.1 – Resultados Acumulados .....	103
Tabela 025 – Ajustes de Exercícios Anteriores.....	104
Tabela 026 – Composição do Resultado Patrimonial .....	107
Tabela 027.1 – Quociente da Liquidez Imediata.....	112
Tabela 027.2 – Quociente da Liquidez Corrente.....	113
Tabela 027.3 – Quociente da Liquidez Seca .....	113
Tabela 027.4 – Quociente da Liquidez Geral.....	114
Tabela 027.5 – Índice de Solvência.....	115
Tabela 027.6 – Quociente de Endividamento Geral .....	115
Tabela 027.7 – Quociente de Composição do Endividamento.....	116
Tabela 028 – Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais.....	116
Tabela 029.1 – Receitas Intraorçamentárias – Balanço Orçamentário .....	117
Tabela 029.2 – Despesas Intraorçamentárias – Balanço Orçamentário .....	118
Tabela 029.3 – Demonstrativo do Resultado Orçamentário.....	118
Tabela 030 – Dados para Apuração dos Quocientes Orçamentários .....	120
Tabela 030.1 – Quociente do Equilíbrio Orçamentário .....	120
Tabela 030.2 – Quociente de Execução da Receita .....	121
Tabela 030.3 – Quociente de Desempenho da Arrecadação.....	121
Tabela 030.4 – Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação .....	122
Tabela 030.5 – Quociente de Utilização do Superávit Financeiro .....	122
Tabela 030.6 – Quociente de Execução da Despesa .....	123
Tabela 030.7 – Quociente do Resultado Orçamentário .....	123
Tabela 030.8 – Quociente da Execução Orçamentária Corrente.....	124
Tabela 030.9 – Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária .....	124
Tabela 031 – Resultado da Execução Financeira.....	125
Tabela 031.1 – Disponibilidade por Fonte de Recursos.....	127
Tabela 032 – Dados para Apuração dos Quocientes Financeiros .....	128
Tabela 032.1 – Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro.....	128
Tabela 032.1.1 – Variação do Saldo em Espécie .....	128
Tabela 032.2 – Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros.....	129
Tabela 033 – Resumo do Fluxo de Caixa .....	130
Tabela 033.1 – Demonstrativo do Fluxo de Caixa Sintético – Método Direto.....	130
Tabela 034 – Dados para Apuração dos Quocientes da Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	131
Tabela 034.1 – Quociente do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais em Relação ao Resultado Patrimonial .....	132
Tabela 034.2 – Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida .....	132
Tabela 034.3 – Quociente da Atividade Operacional .....	133



## **08 – Lista de Siglas e Abreviaturas**



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGE	AUDITORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AGE-RIO	AGÊNCIA ESTADUAL DE FOMENTO
AGETRANSP	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS, METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ALERJ	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ART	ARTIGO
BERJ	BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL)
BO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BP	BALANÇO PATRIMONIAL
CEDAE	COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CEPERJ	CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA E PESQUISA E DE FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO
CFC	CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
CGE	CONTADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CIDE	CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO
CODIN	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CP	CURTO PRAZO
CUTE	CONTA ÚNICA DO TESOUREIRO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DCASP	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
DEA	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
DER-RJ	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DETRAN	DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DFC	DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA
DMPL	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DVP	DEONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EMOP	EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ERJ	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EXTRA-OFSS	EXTRAORÇAMENTÁRIO – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FAETEC	FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA
FAF	FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA
FDP	FUNDO DA DÍVIDA PÚBLICA
FES	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
FREMF	FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES



---

FUNDEB	FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
FUNDES	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
ICMS	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO
IO	IMPrensa OFICIAL
INTER-OFSS	INTERORÇAMENTÁRIO – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
INTRA-OFSS	INTRAORÇAMENTÁRIO – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
IPSAS	NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
IR	IMPOSTO DE RENDA
IVB	INSTITUTO VITAL BRAZIL
LOA	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
LP	LONGO PRAZO
LRF	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
MCASP	MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADO AO SETOR PÚBLICO
NL	NOTA DE LANÇAMENTO
NT	NOTA TÉCNICA
PCASP	PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO
PGE	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
RGF	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
RIOPREVIDÊNCIA	FUNDO ÚNICO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RIOTRILHOS	COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS
RP	RESTOS A PAGAR
RPNP	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
RPP	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS
RPPS	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL
SEOBRAS	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
SEPLAG	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
SETRANS	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
SIAFEM	SISTEMA INFORMATIZADO E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS
SIG	SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS
STF	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
STN	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUNOT	SUPERINTENDENCIA DE NORMAS TÉCNICAS
TCE-RJ	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



TJ-RJ	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UFIR-RJ	UNIDADE FISCAL DE REFERENCIA
UG	UNIDADE GESTORA
VPA	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS
VPD	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS



# 09 – Estrutura de Balanços - GERAREL



---

01 BALANCO FINANCEIRO

01.1.00.00.00.00 RECEITA

01.1.01.00.00.00 TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)

01.1.01.01.00.00 TRANSF. RECEBIDAS P/EXECUCAO ORCAMENTARIA

01.1.01.01.01.00 COTA RECEBIDA  
13 451120101 + SC

01.1.01.01.02.00 REPASSE RECEBIDO  
13 451120102 + SC

01.1.01.01.03.00 SUB-REPASSE RECEBIDO  
13 451120103 + SC

01.1.01.01.04.00 TRANSFERENCIAS DE CREDITOS/DEBITOS  
13 451120104 + SC  
13 451120105 + SC

01.1.01.02.00.00 TRANSF. RECEB. INDEP. DE EXECUCAO ORC.-INTRA  
13 451220601 + SC  
13 451220603 + SC  
13 451229902 + SC

01.1.01.03.00.00 TRANSF. RECEB. P/COBERTURA DO FINANC. DO RPPS  
13 451300000 + SC  
13 451320200 - SC

01.1.02.00.00.00 RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS (III)

01.1.02.01.00.00 DIVIDA FLUTUANTE

01.1.02.01.01.00 CONSIGNACOES  
13 218810100 + SC  
00 218810100 - SC  
13 899250101 + SC  
13 899250102 + SC  
13 237210306 + SC  
13 218830200 + SC  
00 218830200 - SC  
13 218850200 + SC  
00 218850200 - SC  
00 218820400 - SC  
13 218820400 + SC  
13 218840200 + SC  
00 218840200 - SC  
13 499910210 + SC  
13 237110306 + SC  
13 237130306 + SC  
13 237230306 + SC  
13 237250306 + SC  
13 237150306 + SC





01.1.02.01.02.00 DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

13 218810201 + C  
13 218810301 + C  
13 218810302 + C  
13 218810400 + C  
13 218810201 - D  
13 218810301 - D  
13 218810302 - D  
13 218810400 - D  
13 899250103 + SC  
13 237210317 + SC  
13 218830101 + C  
13 218830101 - D  
13 218952500 + C  
13 218952500 - D  
13 899250105 + SC  
13 237110317 + SC  
13 237110313 + SC  
13 237210313 + SC  
13 218910300 + SC  
13 218820300 + C  
13 218820300 - D

01.1.02.01.03.00 CREDORES - ENTIDADES E AGENTES

13 218920309 + SC  
13 218910100 + C  
13 218910100 - D  
13 899250104 + SC

01.1.02.01.04.00 FORNECEDORES E CREDORES

13 213110100 + SC  
13 213120100 + SC  
13 213110121 - SC  
13 213150103 + SC  
13 213130102 + SC  
13 213150101 + SC

01.1.02.01.05.00 PESSOAL A PAGAR

13 211110101 + SC  
13 211110102 + SC  
13 211110104 + SC  
13 211120101 + SC  
13 211120102 + SC  
13 211120103 + SC  
13 211110103 + SC  
13 211110109 + SC  
13 211130101 + SC  
13 211140101 + SC  
13 211150101 + SC

01.1.02.01.06.00 ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER - EMPREGADOR

13 211410100 + SC  
13 211420101 + SC



13 211420102 + SC  
13 211420103 + SC  
13 211430100 + SC  
13 211420170 + SC  
13 211420171 + SC

01.1.02.01.07.00 OBRIGACOES TRIBUTARIAS



13 214130100 + SC  
13 214220100 + SC  
13 214350101 + SC  
13 214350102 + SC

01.1.02.01.08.00 SENTENCAS JUDICIAIS - PESSOAL E FORNECEDOR

13 211110300 + SC  
13 213110300 + SC

01.1.02.01.09.00 SERVICO DA DIVIDA

13 212510100 + SC  
13 212610100 + SC

01.1.02.01.10.00 RESTOS A PAGAR - INSCRICAO

12 899210101 + SC  
13 213110100 - SC  
13 213120100 - SC  
13 211110100 - SC  
13 211120101 - SC  
13 211120102 - SC  
13 211120103 - SC  
13 211410100 - SC  
13 211420101 - SC  
13 211420102 - SC  
13 214130100 - SC  
13 214220100 - SC  
13 214350101 - SC  
13 214350102 - SC  
13 211430100 - SC  
12 899210102 + SC  
12 899210103 + SC  
12 899210104 + SC  
13 213110121 + SC  
13 213150103 - SC  
13 211130101 - SC  
13 211140101 - SC  
13 211150101 - SC  
13 213130100 - SC  
13 213150101 - SC  
13 211420103 - SC  
13 211420171 - SC  
13 211420170 - SC  
13 211110121 + SC

01.1.02.01.11.00 SERVICO DA DIVIDA A PAGAR - INSCRICAO

12 899210105 + SC  
13 212510101 - SC  
13 212610101 - SC

01.1.02.01.12.00 SENTENCAS JUDICIAIS - INSCRICAO

12 899210106 + SC  
12 899210107 + SC  
12 899210108 + SC  
13 213110300 - SC



13 211110300 - SC

01.1.02.01.13.00 CANCELAMENTOS DE CREDORES P/OB DEVOLVIDA

01.1.02.01.15.00 INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS  
13 531710101 + SD

01.1.02.02.00.00 OUTRAS OPERACOES

01.1.02.02.01.00 RECEITAS A CLASSIFICAR

01.1.02.02.04.00 CREDORES - ENTIDADES E AGENTES  
13 218910918 + C  
13 237210340 + SC  
13 237110340 + SC

01.1.02.02.06.00 ARRECADACAO A REPASSAR  
00 111110707 + SD

01.1.02.02.07.00 RESSARCIMENTO PESSOAL CEDIDO

01.1.02.02.08.00 RECURSOS VINCULADOS  
13 237110336 + SC  
13 237210336 + SC  
13 113510104 + C  
13 113510106 + C  
13 113520100 + C  
13 113510199 + C  
13 113510101 + C

01.1.02.02.09.00 RECURSOS NAO VINCULADOS  
13 111120102 + C  
13 111120103 + C

01.1.02.02.11.00 INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA  
13 237210328 + SC  
13 237110328 + SC

01.1.02.02.12.00 ROYALTIES A RESSARCIR AO TESOIRO

01.1.02.02.13.00 DESINCOPORACAO DE OBRIGACOES  
13 499910211 + SC  
13 218910917 + C  
13 218910917 - D

01.1.02.02.14.00 DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS  
13 218820100 + C  
13 218820100 - D

01.1.02.02.15.00 RECURSOS VINCULADOS - CONTAS "A" E "B"  
13 443910107 + SC

01.1.03.00.00.00 SALDO EM ESPECIE DO EXERCICIO ANTERIOR (IV)



01.1.03.01.00.00 DISPONIVEL

01.1.03.01.01.00 CAIXA  
00 111110100 + SD

01.1.03.01.02.00 BANCOS CONTA MOVIMENTO  
00 111110200 + SD  
00 111110300 + SD

01.1.03.01.03.00 APLICACOES FINANCEIRAS  
00 111110400 + SD

01.1.03.01.04.00 REDE ARRECADADORA  
00 111110600 + SD  
00 111110702 + SD  
00 111110703 + SD  
00 111110704 + SD  
00 111110705 + SD  
00 111110706 + SD

01.1.03.01.05.00 DEPOSITOS A DISPOSICAO EM ENTID. ESTADUAIS  
00 111110801 + SD

01.1.03.01.08.00 DEPOSITOS A DISP. JUDICIARIO-PAGTO-PRECATORIO  
00 111110900 + SD

01.1.03.02.00.00 INVEST. REGIMES PROPRIOS DE PREVIDENCIA

01.1.03.02.01.00 TITULOS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS  
00 111110500 + SD

01.2.00.00.00.00 DESPESA

01.2.01.00.00.00 TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)

01.2.01.01.00.00 TRANSF. CONCEDIDAS P/EXECUCAO ORCAMENTARIA

01.2.01.01.01.00 COTA CONCEDIDA  
13 351120101 + SD

01.2.01.01.02.00 REPASSE CONCEDIDO  
13 351120102 + SD

01.2.01.01.03.00 SUB-REPASSE CONCEDIDO  
13 351120103 + SD

01.2.01.01.04.00 TRANSFERENCIAS DE CREDITOS/DEBITOS  
13 351120104 + SD  
13 351120105 + SD

01.2.01.02.00.00 TRANSF. CONCED. INDEP. EXECUCAO ORC.-INTRA  
13 351220601 + SD  
13 351229902 + SD  
13 351220603 + SD



01.2.01.03.00.00 TRANSF. CONCED.P/COBERT.DEFICIT ATUARIAL RPPS  
13 351300000 + SD

01.2.02.00.00.00 PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS (VIII)

01.2.02.01.00.00 DIVIDA FLUTUANTE

01.2.02.01.01.00 CONSIGNACOES

13 899250101 + SC

13 899250102 + SC

01.2.02.01.02.00 DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

13 899250103 + SC

13 899250105 + SC

01.2.02.01.03.00 CREDORES - ENTIDADES E AGENTES

13 899250104 + SC

01.2.02.01.04.00 RESTOS A PAGAR - FORNECEDORES E CREDORES

13 899240101 + SC

01.2.02.01.05.00 RESTOS A PAGAR - PESSOAL A PAGAR

13 899240102 + SC

01.2.02.01.06.00 RESTOS A PAGAR - ENCARGOS SOCIAIS

13 899240103 + SC

01.2.02.01.07.00 RESTOS A PAGAR - OBRIGACOES TRIBUTARIAS

13 899240104 + SC

01.2.02.01.08.00 RESTOS A PAGAR - DECRETO 40.874/2007

13 899240105 + SC

01.2.02.01.09.00 RESTOS A PAGAR - DECRETO 41.377/2008

13 899240106 + SC

01.2.02.01.10.00 RESTOS A PAGAR - NAO PROCESSADOS

01.2.02.01.11.00 RESTOS A PAGAR - TERMOS DE REPACTUACAO

13 899240107 + SC

01.2.02.01.12.00 RP INTRAORCAMENTARIO - TERMOS DE REPACTUACAO

13 899240108 + SC

01.2.02.01.13.00 SERVICO DA DIVIDA

13 899240201 + SC

01.2.02.01.14.00 SENTENCAS JUDICIAIS

13 899240300 + SC

01.2.02.02.00.00 OUTRAS OPERACOES

01.2.02.02.01.00 VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS



13 113810200 + D  
13 113810200 - C  
13 113210107 + D  
13 113210107 - C

01.2.02.02.04.00 VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO

01.2.02.02.06.00 RECURSOS VINCULADOS

13 113520100 + D  
13 113510104 + D  
13 113510106 + D  
13 113510199 + D  
13 113510101 + D  
13 237210337 + SD  
13 237110337 + SD

01.2.02.02.07.00 RECURSOS NAO VINCULADOS

13 111120102 + D  
13 111120103 + D

01.2.02.02.10.00 CREDITO DE TERCEIROS

01.2.02.02.13.00 ROYALTIES A RESSARCIR AO TESOURO

00 218920309 + SC

01.2.02.02.15.00 APROPRIACAO DE CONSIGNACOES - RESTOS A PAGAR

12 532120101 + SC  
12 532120102 + SC

01.2.02.02.16.00 DESINCORPORAÇÃO DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

13 237210324 + SD  
13 237110324 + SD

01.2.02.02.17.00 INCORPORACAO DE OBRIGACOES

13 237110335 + SD  
13 237210335 + SD  
13 397910101 + SD

01.2.02.02.18.00 CREDORES - ENTIDADES E AGENTES

13 218910918 + D  
13 237110340 + SD

01.2.02.02.19.00 RECURSOS VINCULADOS - CONTAS "A" E "B"

13 343910107 + SD

01.2.03.00.00.00 SALDO EM ESPECIE PARA EXERCICIO SEGUINTE (IX)

01.2.03.01.00.00 DISPONIVEL

01.2.03.01.01.00 CAIXA

14 111110100 + S

01.2.03.01.02.00 BANCOS CONTA MOVIMENTO

14 111110200 + SD



14 111110300 + SD

01.2.03.01.03.00 APLICACOES FINANCEIRAS

13 111110400 + SD

01.2.03.01.04.00 REDE ARRECADADORA

14 111110600 + SD

14 111110702 + SD

14 111110703 + SD

14 111110704 + SD

14 111110705 + SD

14 111110706 + SD

14 111110707 + SD

01.2.03.01.05.00 DEPOSITOS A DISPOSICAO EM ENTID. ESTADUAIS

14 111110801 + SD

01.2.03.01.09.00 DEPOSITOS A DISP. JUDICIARIO-PAGTO-PRECATORIO

13 111110900 + S

01.2.03.02.00.00 INVEST. REGIMES PROPRIOS DE PREVIDENCIA

01.2.03.02.01.00 TITULOS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS

13 111110500 + SD

02 BALANCO PATRIMONIAL

02.1.00.00.00.00 ATIVO

02.1.01.00.00.00 ATIVO CIRCULANTE

02.1.01.01.00.00 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

02.1.01.01.01.00 CAIXA

14 111110100 + SD

02.1.01.01.02.00 CONTA UNICA DO TESOIRO ESTADUAL

14 111110200 + S

02.1.01.01.03.00 BANCOS CONTA MOVIMENTO - OUTRAS CONTAS

14 111110300 + SD

02.1.01.01.04.00 APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA

14 111110400 + SD

02.1.01.01.05.00 INVESTIMENTOS EM SEGMENTO DE RENDA FIXA

14 111110500 + SD

02.1.01.01.06.00 REDE BANCARIA - ARRECADACAO

14 111110600 + SD

02.1.01.01.07.00 ARRECADACAO A REPASSAR

14 111110702 + SD

14 111110703 + SD





14 111110704 + SD  
14 111110705 + SD  
14 111110706 + SD  
14 111110707 + SD  
14 111110708 + SD  
14 111110709 + SD

02.1.01.01.08.00 ADIANTAMENTOS A ORGAOS E ENTIDADES ESTADUAIS  
14 111120101 + SD

02.1.01.01.09.00 DEPOSITOS A DISPOSICAO EM ENTID. ESTADUAIS  
14 111110801 + SD

02.1.01.01.10.00 DEPOSITOS A DISPOSICAO NO TESOIRO ESTADUAL

02.1.01.01.11.00 RECURSOS CUTE POR PROGRAMACAO FINANCEIRA

02.1.01.01.12.00 DEPOSITOS A DISP. JUDICIARIO-PGT° PRECATORI  
14 111110900 + S

02.1.01.02.00.00 CREDITOS A CURTO PRAZO

02.1.01.02.01.00 CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER  
14 112100000 + SD

02.1.01.02.02.00 CLIENTES  
14 112200000 + SD

02.1.01.02.03.00 CREDITOS DE TRANSFERENCIAS A RECEBER  
14 112300000 + SD

02.1.01.02.04.00 EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS  
14 112400000 + SD

02.1.01.02.05.00 DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA  
14 112500000 + SD

02.1.01.02.06.00 DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA  
14 112600000 + SD

02.1.01.02.07.00 OUTROS CREDITOS  
14 111110701 + SD  
14 111120102 + SD  
14 111120103 + SD

02.1.01.02.08.00 (-) AJUSTES DE PERDAS DE CRED. A CURTO PRAZO  
14 112900000 - SC

02.1.01.03.00.00 DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

02.1.01.03.01.00 ADIANT. CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS  
14 113100000 + SD

02.1.01.03.02.00 TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR



---

14 113200000 + SD

02.1.01.03.03.00 CREDITOS A RECEBER POR DESC. DA PREST.DE SERV  
14 113300000 + SD

02.1.01.03.04.00 CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO  
14 113400000 + SD

02.1.01.03.05.00 DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS  
14 113500000 + SD

02.1.01.03.06.00 DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - DEMAIS CREDITOS

02.1.01.03.07.00 ROYALTIES DO PETROLEO A RECEBER  
14 113810105 + SD

02.1.01.03.08.00 CERTIFIC.FINANC.DO TESOIRO-CFT PERMUTADO  
14 113810109 + SD

02.1.01.03.09.00 FLUXO DO FUNDES - DECRETO 40.156/2006  
14 113810101 + SD

02.1.01.03.10.00 OPERACOES DE CREDITO A RECEBER  
14 113810116 + SD

02.1.01.03.11.00 COTAS FINANCEIRAS A RECEBER  
14 113810114 + SD

02.1.01.03.12.00 INDENIZACOES A RECEBER  
14 113810113 + SD

02.1.01.03.13.00 TAXAS E MULTAS A RECEBER  
14 113810111 + SD

02.1.01.03.14.00 DIVIDENDOS PROPOSTOS A RECEBER  
14 113810131 + SD

02.1.01.03.15.00 ADIANTAMENTO P/ TRANSFER. VOLUNTARIAS  
14 113840000 + SD  
14 113850000 + SD

02.1.01.03.17.00 OUTROS CRED. A RECEBER E VAL. A CURTO PRAZO  
14 113810102 + SD  
14 113810103 + SD  
14 113810104 + SD  
14 113810106 + SD  
14 113810107 + SD  
14 113810108 + SD  
14 113810110 + SD  
14 113810112 + SD  
14 113810115 + SD  
14 113810117 + SD  
14 113810118 + SD  
14 113810119 + SD



14 113810120 + SD  
14 113810121 + SD  
14 113810122 + SD  
14 113810123 + SD  
14 113810124 + SD  
14 113810125 + SD  
14 113810126 + SD  
14 113810127 + SD  
14 113810128 + SD  
14 113810129 + SD  
14 113810199 + SD  
14 113810200 + SD  
14 113810200 - SC  
14 113810130 + SD

02.1.01.03.18.00 CREDITOS INTRAGOVERNAMENTAIS

14 113820100 + SD

02.1.01.03.19.00 (-) AJUSTES DE PERDAS DE DEMAIS CRED.VAL.-CP

14 113900000 - SC

02.1.01.04.00.00 INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CP

02.1.01.04.01.00 TITULOS E VALORES MOBILIARIOS

14 114100000 + SD

02.1.01.04.02.00 APLICACAO TEMPORARIA EM METAIS PRECIOSOS

02.1.01.04.03.00 (-) AJUSTE DE PERDAS DE INVEST. E APLIC. TEMP

02.1.01.05.00.00 ESTOQUES

02.1.01.05.01.00 MERCADORIAS PARA REVENDA

14 115100000 + SD

02.1.01.05.02.00 PRODUTOS E SERVICOS ACABADOS

14 115200000 + SD

02.1.01.05.03.00 PRODUTOS E SERVICOS EM ELABORACAO

14 115300000 + SD

02.1.01.05.04.00 MATERIAS-PRIMAS

14 115400000 + SD

02.1.01.05.05.00 MATERIAIS EM TRANSITO

14 115500000 + SD

02.1.01.05.06.00 ALMOXARIFADO

14 115600000 + SD

02.1.01.05.07.00 ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

02.1.01.05.08.00 OUTROS ESTOQUES

14 115800000 + SD



02.1.01.05.09.00 (-) AJUSTE DE PERDAS DE ESTOQUES

02.1.01.06.00.00 VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE

02.1.01.06.01.00 PREMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR  
14 119100000 + SD

02.1.01.06.02.00 VPD FINANCEIRAS A APROPRIAR

02.1.01.06.03.00 ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR  
14 119300000 + SD

02.1.01.06.04.00 ALUGUEIS PAGOS A APROPRIAR

02.1.01.06.05.00 TRIBUTOS PAGOS A APROPRIAR

02.1.01.06.06.00 CONTRIBUICOES CONFEDERATIVAS A APROPRIAR  
14 119600000 + SD

02.1.01.06.07.00 BENEFICIOS A PESSOAL A APROPRIAR  
14 119700000 + SD

02.1.01.06.08.00 DEMAIS VPD A APROPRIAR  
14 119800000 + SD

02.1.01.07.00.00 TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE

02.1.02.00.00.00 ATIVO NAO CIRCULANTE

02.1.02.01.00.00 ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO

02.1.02.01.01.00 CREDITOS A LONGO PRAZO

02.1.02.01.01.01 CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER  
14 121110100 + SD

02.1.02.01.01.02 CLIENTES  
14 121110200 + SD

02.1.02.01.01.03 EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS  
14 121110300 + SD

02.1.02.01.01.04 DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA  
14 121110400 + SD

02.1.02.01.01.05 DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - CLIENTES  
14 121110500 + SD

02.1.02.01.01.06 AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A LONGO PRAZO  
14 121119900 - SC

02.1.02.01.02.00 DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO



---

02.1.02.01.02.01 CRED.A REC.P/DESCENTR. PREST.DE SERV.PUBLICOS  
14 121210300 + S

02.1.02.01.02.02 DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS  
14 121210600 + S

02.1.02.01.02.03 ROYALTIES DO PETROLEO A RECEBER  
14 121219801 + S

02.1.02.01.02.04 CERTIF.TESOURO FEDERAL - PERMUTADO  
14 121219803 + S

02.1.02.01.02.05 FLUXO DO FUNDES - DECRETO N. 40.155/2006  
14 121219809 + S

02.1.02.01.02.06 OBRAS PARALIZADAS CIEPS  
14 121219804 + SD  
14 121219805 + SD

02.1.02.01.02.07 DEVEDORES P/FINANCIAMENTOS - FCVS  
14 121219808 + SD

02.1.02.01.02.08 OUTROS CRED. A REC. E VALORES A LONGO PRAZO  
14 121219802 + SD  
14 121219806 + SD  
14 121219807 + SD  
14 121219810 + SD  
14 121219811 + SD  
14 121219899 + SD

02.1.02.01.02.09 CREDITOS PELA ASSUNCAO DE DIVIDAS - INTRA  
14 121229801 + S

02.1.02.01.03.00 INVEST. E APLIC. TEMPORARIAS A LONGO PRAZO

02.1.02.01.04.00 ESTOQUES  
14 121400000 + SD

02.1.02.01.05.00 VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE

02.1.02.02.00.00 INVESTIMENTOS

02.1.02.02.01.00 PARTICIPACOES PERMANENTES  
14 122100000 + SD

02.1.02.02.02.00 PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO  
14 122200000 + SD

02.1.02.02.03.00 INVESTIMENTO DO RPPS DE LONGO PRAZO  
14 122300000 + SD

02.1.02.02.04.00 DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES  
14 122700000 + SD



02.1.02.02.05.00 (-) DEPRECIACAO ACUMULADA DE INVESTIMENTOS

02.1.02.02.06.00 (-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INVEST.

02.1.02.03.00.00 IMOBILIZADO

02.1.02.03.01.00 BENS MOVEIS

14 123810103 - SC

14 123810106 - SC

14 123100000 + SD

02.1.02.03.02.00 BENS IMOVEIS

14 123200000 + SD

14 123810101 - SC

14 123810102 - SC

14 123810104 - SC

02.1.02.03.03.00 (-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORT. ACUMULADAS

02.1.02.03.04.00 (-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOB.

02.1.02.04.00.00 INTANGIVEL

02.1.02.04.01.00 SOFTWARES

14 124100000 + SD

14 124810100 - SC

02.1.02.04.02.00 MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS

14 124200000 + SD

14 124810200 - SC

02.1.02.04.03.00 DIREITO DE USO DE IMOVEIS

02.1.02.04.04.00 (-) AMORTIZACAO ACUMULADA

02.1.02.04.05.00 (-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANG.

02.2.00.00.00.00 PASSIVO

02.2.01.00.00.00 PASSIVO CIRCULANTE

02.2.01.01.00.00 OBRIGACOES TRAB. PREVID. E ASSIST. A PAGAR CP

02.2.01.01.01.00 PESSOAL A PAGAR

14 211100000 + SC

02.2.01.01.02.00 BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR

02.2.01.01.03.00 BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR

02.2.01.01.04.00 ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

14 211400000 + SC

02.2.01.02.00.00 EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO



02.2.01.02.01.00 EMPRESTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO  
14 212100000 + SC

02.2.01.02.02.00 EMPRESTIMOS A CURTO PRAZO - EXTERNO  
14 212200000 + SC

02.2.01.02.03.00 FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO  
14 212300000 + SC

02.2.01.02.04.00 FINANCIAMENTO A CURTO PRAZO - EXTERNO

02.2.01.02.05.00 JUROS E ENC. A PAGAR DE EMP. E FIN.CP-INTERNO  
14 212500000 + SC

02.2.01.02.06.00 JUROS E ENC. A PAGAR DE EMP. E FIN.CP-EXTERNO  
14 212600000 + SC

02.2.01.02.07.00 (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR- INTERNO  
14 212830301 - S

02.2.01.02.08.00 (-) ENCARGOS FINAN. A APROPRIAR- EXTERNO  
14 212910301 - S

02.2.01.03.00.00 FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

02.2.01.03.01.00 FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CP  
14 213100000 + SC

02.2.01.03.02.00 FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR ESTRANG. A CP

02.2.01.04.00.00 OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO

02.2.01.04.01.00 OBRIG. FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO  
14 214100000 + SC

02.2.01.04.02.00 OBRIG. FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS ESTADOS  
14 214200000 + SC

02.2.01.04.03.00 OBRIG. FISCAIS A CURTO PRAZO COM MUNICIPIOS  
14 214300000 + SC

02.2.01.05.00.00 OBRIGACOES DE REPARTICAO A OUTROS ENTES

02.2.01.05.01.00 OBRIG. REPAR. A OUTROS ENTES-INTER OFSS-UNIAO

02.2.01.05.02.00 OBRIG. REPAR. A OUTROS ENTES-INTER OFSS-ESTAD

02.2.01.05.03.00 OBRIG. REPAR. A OUTROS ENTES-INTER OFSS-MUNIC

02.2.01.06.00.00 PROVISOES A CURTO PRAZO

02.2.01.06.01.00 PROV. PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO  
14 217100000 + SC



02.2.01.06.02.00 PROV. PARA RISCOS FISCAIS A CURTO PRAZO  
14 217300000 + SC

02.2.01.06.03.00 PROV. PARA RISCOS CIVEIS A CURTO PRAZO  
14 217400000 + SC

02.2.01.06.04.00 PROV. PARA REPARTICAO DE CREDITOS A CP

02.2.01.06.05.00 PROV. PARA RISCOS DECOR. DE CONTR.DE PPP A CP

02.2.01.06.06.00 OUTRAS PROVISOES A CURTO PRAZO  
14 217900000 + SC

02.2.01.07.00.00 DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO

02.2.01.07.01.00 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES  
14 218100000 + SC

02.2.01.07.02.00 OBRIGACOES POR DANOS A TERCEIROS

02.2.01.07.03.00 ARRENDAMENTO OPERACIONAL A PAGAR

02.2.01.07.04.00 DEBENTURES E OUTROS TITULOS DE DIVIDA A CP

02.2.01.07.05.00 DIVIDENDOS A PAGAR  
14 218500000 + SC

02.2.01.07.06.00 VALORES RESTITUIVEIS

02.2.01.07.06.01 CONSIGNACOES  
14 218810100 + SC  
14 218830200 + SC  
14 218840200 + SC  
14 218850200 + SC

02.2.01.07.06.02 GARANTIAS  
14 218810200 + S

02.2.01.07.06.03 DEPOSITOS JUDICIAIS  
14 218810300 + S

02.2.01.07.06.04 DEPOSITOS NAO JUDICIAIS  
14 218810400 + S

02.2.01.07.06.05 VALORES RESTITUIVEIS - INTRA  
14 218820000 + SC

02.2.01.07.07.00 OBRIGACOES A PAGAR  
14 218910900 + S

02.2.01.07.08.00 CREDORES ENTID./AGENTES FUNDO DA DIVIDA-INTRA  
14 218920303 + S





02.2.01.07.09.00 DEP. JUDICIAL/EXTRAJUDICIAL- L.11.429 - INTRA  
14 218920304 + S

02.2.01.07.10.00 CESSAO DE DIR.-ROYALTIES PETROLEO-INTER-UNIAO  
14 218930100 + SC

02.2.01.07.11.00 OBRIGACOES P/ CONVENIOS RECEBIDOS-INTER-UNIAO  
14 218930200 + SC

02.2.01.07.12.00 TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS  
14 218952500 + S

02.2.01.07.22.00 OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO

02.2.01.07.22.01 CREDITO DE TERCEIROS  
14 218910100 + S

02.2.01.07.22.02 RESTOS A PAGAR  
14 218910200 + S

02.2.01.07.22.03 RECEITAS A CLASSIFICAR  
14 218910300 + S

02.2.01.07.22.04 BENS DE TERCEIROS  
14 218910400 + S

02.2.01.07.22.05 OBRIGACOES FUNDOS DE INVESTIMENTO  
14 218910500 + S

02.2.01.07.22.06 OBRIG. C/ ORGAOS E ENTIDADES ESTADUAIS-INTRA  
14 218920302 + S

02.2.01.07.22.07 OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO - INTRA  
14 218920301 + SC  
14 218920305 + SC  
14 218920306 + SC  
14 218920307 + SC  
14 218920308 + SC  
14 218920309 + SC  
14 218920400 + SC  
14 218920200 + SC

02.2.01.07.22.08 OUTRAS OBRIG. A CURTO PRAZO - INTER - UNIAO  
14 218930000 + SC  
14 218930100 - SC  
14 218930200 - SC

02.2.01.07.22.09 OUTRAS OBRIG. A CURTO PRAZO - INTER - ESTADOS  
14 218940200 + S

02.2.01.07.22.10 OUTRAS OBRIG. A CURTO PRAZO - INTER - MUNIC.  
14 218950200 + S

02.2.01.07.22.11 OBRIGACOES P/ CONVENIOS RECEBIDOS



14 218910600 + S

02.2.02.00.00.00 PASSIVO NAO CIRCULANTE

02.2.02.01.00.00 OBRIGACOES TRAB. PREVID. E ASSIST. A PAGAR LP

02.2.02.01.01.00 PESSOAL A PAGAR  
14 221100000 + SC

02.2.02.01.02.00 BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR

02.2.02.01.03.00 BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR

02.2.02.01.04.00 ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

02.2.02.02.00.00 EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO

02.2.02.02.01.00 EMPRESTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO  
14 222100000 + SC

02.2.02.02.02.00 EMPRESTIMOS A LONGO PRAZO - EXTERNO  
14 222200000 + SC

02.2.02.02.03.00 FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - INTERNO  
14 222300000 + SC

02.2.02.02.04.00 FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - EXTERNO

02.2.02.02.05.00 JUROS E ENC. A PAGAR DE EMP. E FIN.LP-INTERNO

02.2.02.02.06.00 JUROS E ENC. A PAGAR DE EMP. E FIN.LP-EXTERNO

02.2.02.02.07.00 (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR- INTERNO

02.2.02.02.08.00 JUROS E ENC. A PAGAR DE EMP. E FIN.LP-EXTERNO

02.2.02.03.00.00 FORNECEDORES A LONGO PRAZO

02.2.02.03.01.00 FORNECEDORES NACIONAIS A LONGO PRAZO  
14 223100000 + SC  
14 223100000 - SD

02.2.02.03.02.00 FONECEDORES ESTRANGEIROS A LONGO PRAZO

02.2.02.04.00.00 OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO

02.2.02.04.01.00 OBRIG. FISCAIS A LONGO PRAZO COM A UNIAO  
14 224100000 + SC

02.2.02.04.02.00 OBRIG. FISCAIS A LONGO PRAZO COM OS ESTADOS

02.2.02.04.03.00 OBRIG. FISCAIS A LONGO PRAZO COM MUNICIPIOS

02.2.02.05.00.00 PROVISOES A LONGO PRAZO



02.2.02.05.01.00 PROV. PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO  
14 227100000 + SC

02.2.02.05.02.00 PROV. MATEMATICAS PREVID. A LONGO PRAZO  
14 227200000 + SC  
14 227200000 - SD

02.2.02.05.03.00 PROV. PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO  
14 227300000 + SC

02.2.02.05.04.00 PROV. PARA RISCOS CIVEIS A LONGO PRAZO  
14 227400000 + SC

02.2.02.05.05.00 PROV. PARA REPARTICAO DE CREDITOS A LP

02.2.02.05.06.00 PROV. PARA RISCOS DECOR.DE CONTR. DE PPP-LP

02.2.02.05.07.00 OUTRAS PROVISOES A LONGO PRAZO  
14 227900000 + SC

02.2.02.06.00.00 DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO

02.2.02.06.01.00 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES A LONGO PRAZO

02.2.02.06.02.00 OBRIGACOES POR DANOS A TERCEIROS A LP

02.2.02.06.03.00 DEBENTURES E OUTROS TITULOS DE DIVIDA A LP

02.2.02.06.04.00 ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

02.2.02.06.05.00 OUTRAS OBRIGACOES A LONGO PRAZO

02.2.02.06.05.01 PERDAS E DESAGIOS EM INVESTIMENTOS  
14 228919003 + S

02.2.02.06.05.02 CERTIF. TESOURO FEDERAL - PERMUTADO  
14 228919006 + SC  
14 228920102 + SC

02.2.02.06.05.03 DEPOSITOS DE TERCEIROS - LEI 11.429/06  
14 228919009 + S

02.2.02.06.05.04 PARCELAMENTO DE TRANSFERENCIA A MUNICIPIOS  
14 228919001 + S

02.2.02.06.05.05 CERTIFICADOS DE PRIVATIZACAO-CP  
14 228919002 + S

02.2.02.06.05.06 FORNC/CREDORES C/CONTRATOS DE PARCELAMENTO  
14 228919008 + S

02.2.02.06.05.07 OBRAS PARALISADAS - CIEPS  
14 228919901 + S



02.2.02.06.05.08 OUTRAS OBRIGACOES

02.2.02.06.05.09 OBRIGACOES COM EMPRESAS ESTADUAIS-INTRA  
14 228920101 + S

02.2.02.06.05.10 CESSAO DE DIREITOS - ROYALT.DO PETROLEO-INTER  
14 228930101 + S

02.2.02.06.05.11 OBRIGACOES C/EMPRESAS ESTADUAIS  
14 228919007 + SC

02.2.02.06.05.12 DEPOSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUD.- LEI 163/2015  
14 228919010 + SC

02.2.02.07.00.00 RESULTADO DIFERIDO

02.2.02.07.01.00 RECEITAS DE SUBVENCOES  
14 229110800 + S

02.2.02.07.02.00 CONTRIBUICAO PATRONAL - RPPS - INTRA  
14 229120000 + S

02.2.02.07.03.00 OUTRAS VPA'S DIFERIDAS  
14 229110100 + SC  
14 229110200 + SC  
14 229110300 + SC  
14 229110400 + SC  
14 229110500 + SC  
14 229110600 + SC  
14 229110700 + SC

02.2.02.07.04.00 (-) CUSTO DIFERIDO  
14 229200000 + S

02.2.03.00.00.00 PATRIMONIO LIQUIDO

02.2.03.01.00.00 PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL

02.2.03.01.01.00 PATRIMONIO SOCIAL  
14 231100000 + S

02.2.03.01.02.00 CAPITAL SOCIAL REALIZADO  
14 231200000 + SC

02.2.03.02.00.00 ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

02.2.03.03.00.00 RESERVAS DE CAPITAL

02.2.03.03.01.00 AGIO NA EMISSAO DE ACOES

02.2.03.03.02.00 ALIENACAO DE PARTES BENEFICIARIAS  
14 233200000 + SC



02.2.03.03.03.00 ALIENACAO DE BONUS DE SUBSCRICAO  
14 233300000 + SC

02.2.03.03.04.00 CORRECAO MONETARIA DO CAPITAL REALIZADO  
14 233400000 + SC

02.2.03.03.05.00 OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL  
14 233900000 + SC

02.2.03.04.00.00 AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL

02.2.03.04.01.00 AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL DE ATIVOS  
14 234100000 + SC

02.2.03.04.02.00 AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL DE PASSIVOS

02.2.03.05.00.00 RESERVAS DE LUCROS

02.2.03.05.01.00 RESERVA LEGAL  
14 235100000 + SC

02.2.03.05.02.00 RESERVAS ESTATUTARIAS  
14 235200000 + SC

02.2.03.05.03.00 RESERVA PARA CONTINGENCIAS  
14 235300000 + SC

02.2.03.05.04.00 RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS  
14 235400000 + SC

02.2.03.05.05.00 RESERVAS DE LUCROS PARA EXPANSAO

02.2.03.05.06.00 RESERVA DE LUCROS A REALIZAR  
14 235600000 + SC

02.2.03.05.07.00 RES. DE RET. DE PREMIO NA EMISSAO DE DEBENT.

02.2.03.05.08.00 OUTRAS RESERVAS DE LUCRO  
14 235900000 + SC

02.2.03.06.00.00 DEMAIS RESERVAS

02.2.03.06.01.00 RESERVA DE REAVALIACAO  
14 236100000 + SC

02.2.03.06.02.00 OUTRAS RESERVAS

02.2.03.07.00.00 RESULTADOS ACUMULADOS

02.2.03.07.01.00 RESULTADO DO EXERCICIO  
14 400000000 + SC  
14 300000000 - SD  
14 237210102 + SC  
14 237210102 - SD



14 237110102 + SC  
14 237110102 - SD

02.2.03.07.02.00 RESULTADO DE EXERCICIOS ANTERIORES

14 237210101 - SD  
14 237210101 + SC  
14 237110101 - SD  
14 237110101 + SC

02.2.03.07.03.00 AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES

14 237210300 + SC  
14 237210300 - SD  
14 237220300 + SC  
14 237220300 - SD  
14 237250300 + SC  
14 237250300 - SD  
14 237230300 + SC  
14 237230300 - SD  
14 237110300 + SC  
14 237110300 - SD  
14 237120300 + SC  
14 237120300 - SD  
14 237130300 + SC  
14 237130300 - SD  
14 237140300 + SC  
14 237140300 - SD  
14 237150300 + SC  
14 237150300 - SD  
14 237240300 + SC  
14 237240300 - SD

02.2.03.08.00.00 (-) ACOES / COTAS EM TESOURARIA

02.2.03.08.01.00 (-) ACOES EM TESOURARIA

02.2.03.08.02.00 (-) COTAS EM TESOURARIA

03 BALANCO VARIACAO PATRIMONIAL

03.1.00.00.00.00 VARIACOES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

03.1.01.00.00.00 VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

03.1.01.01.00.00 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA

03.1.01.01.01.00 IMPOSTOS

13 411200000 + SC  
13 411300000 + SC  
13 411900000 + SC  
13 411200000 - SD

03.1.01.01.02.00 TAXAS

13 412000000 + SC



03.1.01.02.00.00 CONTRIBUICOES

03.1.01.02.01.00 CONTRIBUICOES SOCIAIS  
13 421000000 + SC

03.1.01.02.02.00 CONTRIBUICOES DE INTERV. NO DOM. ECON - CIDE  
13 422000000 + SC

03.1.01.03.00.00 EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERV. E DIREITOS

03.1.01.03.01.00 VENDA DE MERCADORIAS

03.1.01.03.02.00 VENDA DE PRODUTOS  
13 432000000 + SC

03.1.01.03.03.00 EXPLORACAO DE BENS E DIR. E PREST. DE SERV.  
13 433000000 + SC

03.1.01.04.00.00 VARIACOES PATRIM. AUMENTATIVAS FINANCEIRAS

03.1.01.04.01.00 JUROS E ENCARGOS DE EMPR.E FINAN. CONCEDIDOS  
13 441000000 + SC

03.1.01.04.02.00 JUROS E ENCARGOS DE MORA  
13 442000000 + SC

03.1.01.04.03.00 VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS  
13 443000000 + SC

03.1.01.04.04.00 DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS  
13 444000000 + SC

03.1.01.04.05.00 REMUN. DE DEPOS. BANCARIOS E APLIC. FINAN.  
13 445000000 + SC

03.1.01.04.06.00 OUTRAS VARIACOES PATRIM. AUMENTATIVAS-FINAN.  
13 449000000 + SC

03.1.01.05.00.00 TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS

03.1.01.05.01.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS  
13 451000000 + SC  
13 451230000 - SC

03.1.01.05.02.00 TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS  
13 452000000 + SC  
13 451230000 + SC

03.1.01.05.03.00 TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS  
13 453000000 + SC

03.1.01.05.04.00 TRANSF. DAS INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS  
13 454000000 + SC

03.1.01.05.05.00 TRANSFERENCIAS DE CONSORCIOS PUBLICOS



03.1.01.05.06.00 TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR  
13 456000000 + SC

03.1.01.05.07.00 TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS  
13 458000000 + SC

03.1.01.06.00.00 VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS

03.1.01.06.01.00 REAVALIACAO DE ATIVOS  
13 461000000 + SC

03.1.01.06.02.00 GANHOS COM ALIENACAO  
13 462000000 + SC

03.1.01.06.03.00 GANHOS C/INCorp. DE ATIVOS  
13 463000000 + SC

03.1.01.06.04.00 REVERSAO DE REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL  
13 465000000 + SC

03.1.01.07.00.00 OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

03.1.01.07.01.00 RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPACOES  
13 492000000 + SC

03.1.01.07.02.00 REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS  
13 497000000 + SC

03.1.01.07.03.00 MULTAS ADMINISTRATIVAS  
13 499500000 + SC

03.1.01.07.04.00 INDENIZACOES  
13 499600000 + SC

03.1.01.07.05.00 DEVOLUCOES  
13 499910100 + SC

03.1.01.07.06.00 CANCELAMENTO DE OBRIGACAO EXERC. ANTER.  
13 499910200 + SC

03.1.01.07.07.00 DIVERSOS RESPONSAVEIS  
13 499910300 + SC

03.1.01.07.08.00 SUBVENCOES E DOACOES GOVER.  
13 499910400 + SC

03.1.01.07.09.00 INCORPORACAO DE DIREITOS  
13 499910500 + SC

03.1.01.07.10.00 DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES  
13 499910600 + SC

03.1.01.07.11.00 FATORES DIVERSOS





13 499920000 + SC  
13 499930000 + SC  
13 499950000 + SC

03.1.01.07.12.00 VENDA DE BILHETES DA LOTER  
13 499919902 + SC  
13 499919903 + SC

03.1.01.07.13.00 RECEITA CENTRO DE ESTUDOS JURIDICOS - PGE  
13 499919908 + SC

03.1.01.07.14.00 RECEITA ORIUNDA DA LEI 9.615/98  
13 499919910 + SC

03.1.01.07.15.00 RECEITA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - TCE  
13 499919912 + SC

03.1.01.07.16.00 REC. DIV. ATIVA NAO TRIBUTARIA  
13 499919997 + SC  
13 499919998 + SC

03.1.01.07.17.00 DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS  
13 499919996 + SC  
13 499919999 + SC  
13 499700000 + SC  
13 499130100 + SC

03.1.01.07.18.00 RECEITA PROV DA LEI FEDERAL N.11.429/2006  
13 499919913 + SC

03.1.01.07.19.00 RECEITA PROV DA LEI COMP. ESTADUAL N.147/2013  
13 499919914 + SC

03.1.01.07.20.00 TERMOS DE AJUSTES,ACORDOS,CONCILIAC.,PROTOC  
13 499919915 + SC

03.1.01.08.00.00 TOTAL DAS VARIACOES PATR. AUMENTATIVA (I)  
13 400000000 + SC

03.1.02.00.00.00 VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

03.1.02.01.00.00 PESSOAL E ENCARGOS

03.1.02.01.01.00 REMUNERACAO A PESSOAL  
13 311000000 + SD

03.1.02.01.02.00 ENCARGOS PATRONAIS  
13 312000000 + SD

03.1.02.01.03.00 BENEFICIOS A PESSOAL  
13 313000000 + SD

03.1.02.01.04.00 OUTRAS VPD - PESSOAL E ENCARGOS  
13 319000000 + SD



03.1.02.02.00.00 BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS

03.1.02.02.01.00 APOSENTADORIAS E REFORMAS  
13 321000000 + SD

03.1.02.02.02.00 PENSOES  
13 322000000 + SD

03.1.02.02.03.00 BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA

03.1.02.02.04.00 BENEFICIOS EVENTUAIS  
13 324000000 + SD

03.1.02.02.05.00 POLITICAS PUBLIAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA  
13 325000000 + SD

03.1.02.02.06.00 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENC. E ASSISTENCIAIS  
13 329110000 + SD  
13 329910100 + SD  
13 329910200 + SD  
13 329910300 + SD  
13 329910400 + SD  
13 329910500 + SD  
13 329910600 + SD

03.1.02.04.00.00 USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO - CAPITAL FIXO

03.1.02.04.01.00 USO DE MATERIAL DE CONSUMO  
13 331000000 + SD

03.1.02.04.02.00 SERVICOS  
13 332000000 + SD

03.1.02.04.03.00 DEPRECIACAO, AMORTIZACAO DE EXAUSTAO  
13 333000000 + SD

03.1.02.04.04.00 CUSTOS DE MATER. SERV. E CONSUMO CAPITAL FIXO

03.1.02.05.00.00 VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUT. FINANCEIRAS

03.1.02.05.01.00 JUROS E ENCARGOS DE EMPR. E FINANC. OBTIDOS  
13 341000000 + SD

03.1.02.05.02.00 JUROS E ENCARGOS DE MORA  
13 342000000 + SD

03.1.02.05.03.00 VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS  
13 343000000 + SD

03.1.02.05.04.00 DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS  
13 344000000 + SD

03.1.02.05.05.00 OUTRAS VAR. PATR. DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS



13 349000000 + SD

03.1.02.06.00.00 TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS

03.1.02.06.01.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS  
13 351000000 + SD

03.1.02.06.02.00 TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS  
13 352000000 + SD

03.1.02.06.03.00 TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS  
13 353000000 + SD

03.1.02.06.04.00 TRANSFERENCIAS A INSTIT. MULTIGOVERNAMENTAIS  
13 354000000 + SD

03.1.02.06.05.00 TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS  
13 355000000 + SD

03.1.02.06.06.00 TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR  
13 356000000 + SD

03.1.02.07.00.00 DESVALORIZACAO E PERDAS DE ATIVOS

03.1.02.07.01.00 REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E PROV. P/PERDAS  
13 361000000 + SD

03.1.02.07.02.00 PERDAS COM ALIENACAO  
13 362000000 + SD

03.1.02.07.03.00 PERDAS INVOLUNTARIAS  
13 363000000 + SD

03.1.02.08.00.00 TRIBUTARIAS

03.1.02.08.01.00 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICAO DE MELHORIA  
13 371000000 + SD

03.1.02.08.02.00 CONTRIBUICOES  
13 372000000 + SD

03.1.02.09.00.00 CUSTO MERCAD.E PROD. VEND. E SERV.PRESTADOS

03.1.02.09.01.00 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS - CMV  
13 381000000 + SD

03.1.02.09.02.00 CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS - CPV  
13 382000000 + SD

03.1.02.15.00.00 OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

03.1.02.15.01.00 PREMIACOES  
13 391000000 + SD



03.1.02.15.02.00 RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPACOES

03.1.02.15.03.00 INCENTIVOS  
13 394000000 + SD

03.1.02.15.04.00 SUBVENCOES ECONOMICAS

03.1.02.15.05.00 PARTICIPACOES E CONTRIBUICOES

03.1.02.15.06.00 VPD DE CONSTITUICOES DE PROVISOES  
13 397000000 + SD

03.1.02.15.08.00 RECONHECIMENTO REC.DIF.SUBV.  
13 399911002 + SD

03.1.02.15.09.00 PRECATORIOS JUD. INSCRICAO  
13 399911003 + SD

03.1.02.15.10.00 DESINCORPORACAO DE DIREITO  
13 399912000 + SD

03.1.02.15.11.00 SENTENCAS JUDIC. FORNECED.  
13 399919100 + SD

03.1.02.15.12.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES

03.1.02.15.13.00 FATOS GERADORES DIVERSOS  
13 399920000 + SD  
13 399930000 + SD

03.1.02.15.14.00 DIVERSOS RESPONSAVEIS  
13 399910300 + SD

03.1.02.15.15.00 DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS  
13 399500000 + SD  
13 399911001 + SD  
13 399600000 + SD

03.1.02.15.16.00 DEPOSITOS DE TERCEIROS - LEI 11429/06  
13 399911004 + SD

03.1.02.15.17.00 DEPOSITOS COMPULSORIOS  
13 399910401 + SD

03.1.02.16.00.00 TOTAL DAS VARIACOES PATR. DIMINUTIVAS (II)  
13 300000000 + SD

03.2.00.00.00.00 RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCICIO

03.2.01.00.00.00 RESULTADO PATRIMONIAL DO PERIODO (I - II)  
13 400000000 + SC  
13 300000000 - SD

05 DEMONSTRACAO DE RESULTADO LEI 6404



05.1.00.00.00.00 DEMONSTRACAO DO RESULTADO

05.1.01.00.00.00 TOTAL DAS RECEITAS

05.1.01.01.00.00 RECEITA BRUTA DE VENDA E/OU SERVICOS

14 410000000 + SC  
14 420000000 + SC  
14 430000000 + SC  
14 433910101 + SD  
14 433910102 + SD

05.1.01.02.00.00 (-) DEDUCOES DA RECEITA BRUTA

14 371130105 - SD  
14 371150102 - SD  
14 371110202 - SD  
14 371130106 - SD  
14 433910101 - SD  
14 433910102 - SD

05.1.01.03.00.00 RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA

14 410000000 + SC  
14 420000000 + SC  
14 430000000 + SC  
14 371130105 - SD  
14 371150102 - SD  
14 371110202 - SD  
14 371130106 - SD

05.1.01.04.00.00 CUSTOS DE BENS E/OU SERVICOS

14 380000000 - SD

05.1.01.05.00.00 RESULTADO OPERACIONAL BRUTO

14 410000000 + SC  
14 420000000 + SC  
14 430000000 + SC  
14 371130105 - SD  
14 380000000 - SD  
14 371110202 - SD  
14 371150102 - SD  
14 371130106 - SD

05.1.02.00.00.00 TOTAL DAS DESPESAS

05.1.02.01.00.00 DESPESAS OPERACIONAIS

05.1.02.01.01.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

14 311000000 - SD  
14 312000000 - SD  
14 313000000 - SD  
14 319000000 - SD  
14 332400000 - SD  
14 321000000 - SD  
14 322000000 - SD



05.1.02.01.02.00 CONSTITUICAO DE PROVISOES

14 397100000 - SD  
14 397200000 - SD  
14 397400000 - SD  
14 397900000 - SD  
14 397300000 - SD

05.1.02.01.03.00 CONSUMO DE MATERIAIS

14 331100000 - SD  
14 331200000 - SD

05.1.02.01.04.00 SERVICOS DE TERCEIROS - PF/PJ

14 332200000 - SD  
14 332300000 - SD

05.1.02.01.06.00 DESPESAS GERAIS

14 329000000 - SD  
14 399000000 - SD  
14 332100000 - SD  
14 324000000 - SD  
14 325000000 - SD

05.1.02.01.07.00 DESPESAS TRIBUTARIAS

14 370000000 - SD  
14 371130105 + SD  
14 372130109 + SD  
14 371130103 + SD  
14 371130106 + SD  
14 371150102 + SD  
14 371110202 + SD

05.1.02.01.08.00 DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E AXAUSTOES

14 333000000 - SD

05.1.02.01.09.00 BAIXA DE IMOBILIZADO

14 363100000 - SD  
14 363900000 - SD

05.1.02.02.00.00 DESPESAS FINANCEIRAS LIQUIDAS

05.1.02.02.01.00 DESPESAS FINANCEIRAS

14 340000000 - SD

05.1.02.02.02.00 RECEITAS FINANCEIRAS

14 492200000 + SC  
14 440000000 + SC  
14 499510000 + SC  
14 499520000 + SC

05.1.02.02.03.00 VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS PASSIVAS

05.1.02.02.04.00 VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS ATIVAS



05.1.02.03.00.00 OUTROS ITENS OPERACIONAIS

05.1.02.03.01.00 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

05.1.02.03.01.01 TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS  
14 450000000 + SC

05.1.02.03.01.02 REAVALIACAO DE ATIVOS  
14 461000000 + SC

05.1.02.03.01.03 GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS  
14 463000000 + SC

05.1.02.03.01.04 REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS  
14 497000000 + SC

05.1.02.03.01.05 VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS  
14 499630100 + SC  
14 499640100 + SC  
14 499650000 + SC  
14 499910100 + SC  
14 499910200 + SC  
14 499910300 + SC  
14 499910400 + SC  
14 499910500 + SC  
14 499910600 + SC  
14 499931000 + SC  
14 499610100 + SC  
14 499610200 + SC  
14 499920000 + SC  
14 499620000 + SC  
14 499710100 + SC  
14 499919900 + SC  
14 499130101 + SC

05.1.02.03.01.06 REVERSAO DE REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL  
14 465000000 + SC

05.1.02.03.02.00 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

05.1.02.03.02.01 TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS  
14 350000000 - SD

05.1.02.03.02.02 PREMIACOES  
14 391000000 - SD

05.1.02.03.02.03 INCENTIVOS  
14 394000000 - SD

05.1.02.03.02.04 REDUCAO VLR RECUPERAVEL E AJUSTE P/ PERDAS  
14 361000000 - SD

05.1.02.04.00.00 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS



---

05.1.02.04.01.00 RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL  
14 492100000 + SC  
14 392110101 - SD

05.1.02.04.02.00 GANHOS COM ALIENACAO  
14 462000000 + SC

05.1.02.04.03.00 PERDAS COM ALIENACAO  
14 362000000 - SD

05.1.03.00.00.00 RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO "IR" E "CSLL"  
14 300000000 - SD  
14 400000000 + SC  
14 372130109 + SD  
14 371130103 + SD

05.1.04.00.00.00 PROV. PARA "IR" E "CSLL"

05.1.04.01.00.00 CSLL  
14 372130109 - SD

05.1.04.02.00.00 IRPJ  
14 371130103 - SD

05.1.05.00.00.00 LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO  
14 300000000 - SD  
14 400000000 + SC

06 DEMONSTRATIVO FLUXO DE CAIXA - MET ODO DIRETO

06.1.00.00.00.00 EXTRAORCAMENTARIOS

06.1.01.00.00.00 INGRESSOS EXTRAORCAMENTARIOS

06.1.01.01.00.00 INGRESSOS EXTRAORCAMENTARIOS

06.1.01.01.01.00 DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS  
13 218810201 + C  
13 218810300 + C  
13 218820300 + C  
13 218810400 + C  
13 218820101 + C  
13 218820101 - D  
13 218810201 - D  
13 218810300 - D  
13 218820300 - D  
13 218810400 - D  
13 899250103 + SC  
13 237210317 + SC  
13 218830101 + C  
13 218830101 - D  
13 218952500 + C  
13 218952500 - D  
13 899250105 + SC





00 111110707 + SD  
13 237110317 + SC  
13 218820102 + C  
13 218820102 - D  
13 218910917 + C  
13 218910917 - D  
13 237210335 - SD  
13 237110335 - SD  
13 499910211 + SC  
13 218820103 + C  
13 218820103 - D  
13 218910300 + SC  
13 397910101 - SD  
13 111120102 - SD  
00 111120102 + SD  
00 111120101 + SD  
00 111120103 + SD  
13 111120101 - SD  
13 111120103 - SD

06.1.01.01.02.00 RECURSOS NAO VINCULADOS

06.1.01.01.03.00 INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

13 237210328 + SC  
13 237110328 + SC

06.1.01.01.04.00 CANCELAMENTO DE CREDORES P/ OB. DEVOLVIDA

13 237210313 + SC  
13 237110313 + SC

06.1.01.01.05.00 CREDORES - ENTIDADES E AGENTES

13 899250104 + SC  
13 218910100 + C  
13 218910100 - D  
13 351220603 - SD  
13 218910918 + C  
13 218910918 - D  
13 237210340 + SC

06.1.01.01.06.00 RECURSOS VINCULADOS - CONTAS "A" E "B"

13 443910107 + SC

06.1.02.00.00.00 DESEMBOLSOS EXTRAORCAMENTARIOS

06.1.02.01.00.00 CONSIGNACOES

13 899250101 + SC  
13 899250102 + SC

06.1.02.02.00.00 DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

13 899250103 + SC  
13 899250105 + SC

06.1.02.03.00.00 CREDORES - ENTIDADES E AGENTES

13 899250104 + SC



06.1.02.04.00.00 VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS

13 113210107 + D

13 113210107 - C

13 113810200 + D

13 113810200 - C

13 113810108 + D

13 113810108 - C

06.1.02.05.00.00 RECURSOS VINCULADOS

13 113520100 + D

13 113510104 + D

13 113510106 + D

13 113210101 + D

13 113210101 - C

13 113510199 + D

13 113510101 + D

13 113520100 - C

13 113510104 - C

13 113510106 - C

13 113510199 - C

13 113510101 - C

13 237110336 + SC

13 237210336 + SC

13 237110337 + SD

13 237210337 + SD

13 237110340 + SD

06.1.02.06.00.00 ROYALTIES A RESSACIR AO TESOURO

13 218920309 + D

13 218920309 - C

06.1.02.07.00.00 TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS

13 352300000 + SD

13 352350201 - SD

13 351220700 + SD

13 352350401 - SD

13 352350301 - SD

13 352350501 - SD

13 361810101 + SD

13 352350202 - SD

13 352350101 - SD

06.1.02.08.00.00 DESINCORPORACAO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

13 237210324 + SD

13 237110324 + SD

06.1.02.09.00.00 RESTOS A PAGAR

13 899240100 + SC

06.1.02.10.00.00 SERVIÇO DA DIVIDA

13 899240200 + SC

06.1.02.11.00.00 SENTENCAS JUDICIAIS

13 899240300 + SC



06.1.02.12.00.00 RECURSOS NAO VINCULADOS

06.1.02.13.00.00 RECURSOS VINCULADOS - CONTAS "A" E "B"  
13 343910107 + SD

06.1.03.00.00.00 GERACAO LIQ. DE CAIXA E EQUIV. DE CAIXA

00 111110100 - SD

00 111110200 - SD

00 111110300 - SD

00 111110400 - SD

00 111110600 - SD

00 111110702 - SD

00 111110703 - SD

00 111110704 - SD

00 111110705 - SD

00 111110706 - SD

00 111110801 - SD

00 111110500 - SD

14 111110100 + SD

14 111110200 + SD

14 111110300 + SD

14 111110400 + SD

14 111110600 + SD

14 111110702 + SD

14 111110703 + SD

14 111110704 + SD

14 111110705 + SD

14 111110706 + SD

14 111110707 + SD

14 111110801 + SD

13 111110500 + SD

00 111110900 - SD

14 111110900 + SD

06.1.04.00.00.00 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL

00 111110100 + SD

00 111110200 + SD

00 111110300 + SD

00 111110400 + SD

00 111110600 + SD

00 111110702 + SD

00 111110703 + SD

00 111110704 + SD

00 111110705 + SD

00 111110706 + SD

00 111110801 + SD

00 111110500 + SD

00 111110707 + SD

00 111110708 + SD

00 111110709 + SD

00 111110900 + SD

06.1.05.00.00.00 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL



14 111110100 + SD  
14 111110200 + SD  
14 111110300 + SD  
13 111110400 + SD  
14 111110600 + SD  
14 111110702 + SD  
14 111110703 + SD  
14 111110704 + SD  
14 111110705 + SD  
14 111110706 + SD  
14 111110707 + SD  
14 111110801 + SD  
13 111110500 + SD  
14 111110708 + SD  
14 111110709 + SD  
14 111110900 + SD  
08 DEMONSTRACAO DA DIVIDA FLUTUANTE

08.1.00.00.00.00 INGRESSOS DE RECURSOS

08.1.01.00.00.00 1) VALORES RECEBIDOS

08.1.01.01.00.00 FORNECEDORES E CREDORES

13 213110100 + SC  
13 213110300 + SC  
13 213110121 - SC  
13 213150103 + SC  
13 213120101 + SC  
13 213150102 + SC  
13 213150101 + SC  
13 213130100 + SC  
13 213110302 - SC  
13 213140101 + SC

08.1.01.02.00.00 PESSOAL A PAGAR

13 211110100 + SC  
13 211110300 + SC  
13 211150101 + SC  
13 211120101 + SC  
13 211120102 + SC  
13 211130101 + SC  
13 211140101 + SC  
13 211120103 + SC  
13 211110303 - SC  
13 211110121 - SC

08.1.01.03.00.00 ENCARGOS SOCIAIS

13 211410100 + SC  
13 211430100 + SC  
13 211420100 + SC

08.1.01.04.00.00 OBRIGACOES TRIBUTARIAS

13 214210100 + SC  
13 214130100 + SC



13 214220100 + SC  
13 214350100 + SC

08.1.01.05.00.00 OUTRAS SENTENCAS

13 213110302 + SC  
13 211110303 + SC

08.1.01.06.00.00 SERVICO DA DIVIDA

13 212510100 + SC  
13 212610100 + SC

08.1.01.07.00.00 (=) SALDO FINAL

13 213110100 + SC  
13 211110100 + SC  
13 211410100 + SC  
13 213110300 + SC  
13 211430100 + SC  
13 211420100 + SC  
13 214130100 + SC  
13 214220100 + SC  
13 211110300 + SC  
13 211150101 + SC  
13 211120101 + SC  
13 211120102 + SC  
13 211130101 + SC  
13 211140101 + SC  
13 214350100 + SC  
13 213110121 - SC  
13 211120103 + SC  
13 213150103 + SC  
13 213120101 + SC  
13 213150102 + SC  
13 213150101 + SC  
13 213130100 + SC  
13 212510100 + SC  
13 212610101 + SC  
13 213140101 + SC  
13 211110121 - SC

08.1.02.00.00.00 2) RESTOS A PAGAR

08.1.02.01.00.00 SALDO INICIAL - RP

00 213110201 + SC  
00 214210200 + SC  
00 218910200 + SC  
00 211120201 + SC  
00 211420200 + SC  
00 211110201 + SC  
00 211110202 + SC  
00 213110202 + SC  
00 211410201 + SC  
00 211410202 + SC  
00 211120202 + SC  
00 211420211 - SC



---

00 214210203 - SC  
00 213120200 + SC  
00 213120211 - SC  
00 211150201 + SC  
00 218920201 + SC  
00 211150202 + SC  
00 211130201 + SC  
00 211130202 + SC  
00 211140201 + SC  
00 211140202 + SC  
00 214220200 + SC  
00 211410207 + SC  
00 211410208 + SC  
00 213110205 + SC  
00 213150201 + SC  
00 211430201 + SC  
00 214130201 + SC  
00 214350201 + SC  
00 631110101 + SC

08.1.02.02.00.00 SALDO INICIAL - RP 40.874/2007  
00 213110203 + SC

08.1.02.03.00.00 SALDO INICIAL - RP 41.377/2008  
00 213110204 + SC

08.1.02.04.00.00 (+) INSCRICAO - RP  
12 899210101 + SC  
12 899210102 + SC  
12 899210103 + SC  
12 899210104 + SC  
13 211110100 - SC  
13 211110300 - SC  
13 211110301 + SC  
13 211110398 + SC  
13 211120101 - SC  
13 211120102 - SC  
13 211120103 - SC  
13 211130101 - SC  
13 211140101 - SC  
13 211150101 - SC  
13 211410100 - SC  
13 211420100 - SC  
13 211430100 - SC  
13 213110100 - SC  
13 213110121 + SC  
13 213130100 - SC  
13 213150101 - SC  
13 213150102 - SC  
13 213150103 - SC  
13 214130100 - SC  
13 214220100 - SC  
13 214350100 - SC  
13 213120101 - SC



13 213140100 - SC  
13 631710101 + SC  
13 211110121 + SC  
13 211110303 + SC

08.1.02.05.00.00 (+) INSCRICAO - RP 40.874/2007

08.1.02.06.00.00 (+) INSCRICAO - RP 41.377/2008

08.1.02.07.00.00 (-) PAGAMENTOS - RP  
12 899240101 - SC  
12 899240102 - SC  
12 899240103 - SC  
12 899240104 - SC  
12 899240107 - SC  
12 899240108 - SC

08.1.02.08.00.00 (-) PAGAMENTOS - RP 40.874/2007  
12 899240105 - SC

08.1.02.09.00.00 (-) PAGAMENTOS - RP 41.377/2008  
12 899240106 - SC

08.1.02.10.00.00 (-) BAIXAS - RP  
12 532120100 - SC  
13 237110303 - SC  
13 237120303 - SC  
13 237130303 - SC  
13 237210302 - SC  
13 237210303 - SC  
13 237220302 - SC  
13 237220303 - SC  
13 499910201 - SC  
13 499910202 - SC  
12 631910101 - SC  
13 237230303 - SC  
13 237240303 - SC  
13 237250303 - SC  
13 237140303 - SC  
13 237150303 - SC  
13 499920201 - SC  
13 499920202 - SC

08.1.02.11.00.00 (-) BAIXAS - RP 40.874/2007  
13 444010201 - SC  
13 499910203 - SC

08.1.02.12.00.00 (-) BAIXAS - RP 41.377/2008  
13 444010202 - SC  
13 499910204 - SC

08.1.02.13.00.00 (=) SALDO FINAL - RP  
13 899220200 + SC  
13 899220205 - SC



13 899220206 - SC  
13 632710101 + SC  
13 899210108 - SC  
13 211110303 + SC  
13 899210105 - SC  
13 212510100 + SC  
13 213110302 + SC

08.1.02.14.00.00 (=) SALDO FINAL - RP 40.874/2007  
13 899220205 + SC

08.1.02.15.00.00 (=) SALDO FINAL - RP 41.377/2008  
13 899220206 + SC

08.1.03.00.00.00 3) SERVICO DA DIVIDA A PAGAR

08.1.03.01.00.00 SALDO INICIAL - DIVIDA INTERNA  
00 212510201 + SC

08.1.03.02.00.00 SALDO INICIAL - DIVIDA EXTERNA  
00 212610200 + SC

08.1.03.03.00.00 (+) DIVIDA INTERNA - INSCRICAO  
13 212510100 - SC  
13 212610100 - SC  
12 899210105 + SC

08.1.03.05.00.00 (-) BAIXAS - DIVIDA INTERNA  
13 237110341 - SC  
13 237210341 - SC

08.1.03.07.00.00 (-) PAGAMENTOS - DIVIDA INTERNA  
12 899240200 - SC

08.1.03.09.00.00 (=) SALDO FINAL - DIVIDA INTERNA  
13 212510200 + SC

08.1.03.10.00.00 (=) SALDO FINAL - DIVIDA EXTERNA  
12 212610200 + SC

08.1.04.00.00.00 4) SENTENCAS JUDICIAIS

08.1.04.01.00.00 SALDO INICIAL  
00 211110400 + SC  
00 213110400 + SC

08.1.04.02.00.00 (+) INSCRICAO  
12 899210106 + SC  
13 213110300 - SC  
12 899210107 + SC  
13 211110300 - SC  
12 899210108 + SC

08.1.04.03.00.00 (-) PAGAMENTOS





12 899240300 - SC

08.1.04.04.00.00 (-) BAIXAS

13 499910206 - SC

13 237210319 - SC

13 237110319 - SC

08.1.04.05.00.00 (=) SALDO FINAL

13 899220400 + SC

13 899210108 + SC

13 213110302 - SC

13 211110303 - SC

08.1.05.00.00.00 5) ENTIDADES E AGENTES CREDITORES

08.1.05.01.00.00 SALDO INICIAL

00 218910101 + SC

00 218910102 + SC

00 218910105 + SC

00 218910104 + SC

00 218920309 + SC

08.1.05.02.00.00 (+) INGRESSOS NO EXERCICIO

12 899250104 + SC

13 218910100 - D

13 218910100 + C

13 218820201 + SC

08.1.05.03.00.00 (-) PAGAMENTOS

12 899250104 - SC

08.1.05.04.00.00 (-) BAIXAS

13 218920309 - D

08.1.05.06.00.00 (=) SALDO FINAL

13 899210204 + SC

08.1.06.00.00.00 6) DEPOSITOS

08.1.06.01.00.00 SALDO INICIAL - CONSIGNACOES

00 218810100 + SC

00 218830200 + SC

00 218840200 + SC

00 218850200 + SC

00 218820400 + SC

08.1.06.02.00.00 SALDO INICIAL - DEPOSITOS DE DIV.ORIGENS

00 218810200 + SC

00 218810300 + SC

00 218810400 + SC

00 218952500 + SC

00 218820300 + SC

08.1.06.03.00.00 (+) CONSIGNACOES - INGRESSOS



13 218810100 + SC  
00 218810100 - SC  
12 899250101 + SC  
12 899250102 + SC  
13 499910210 + SC  
13 237210306 + SC  
13 218830200 + SC  
00 218830200 - SC  
13 218840200 + SC  
00 218840200 - SC  
13 218850200 + SC  
00 218850200 - SC  
13 218820400 + SC  
00 218820400 - SC  
13 237110306 + SC  
13 237130306 + SC  
13 237150306 + SC  
13 237230306 + SC  
13 237250306 + SC

08.1.06.04.00.00 (+) DEPOSITOS DE DIV. ORIGENS - INGRESSOS

13 218810200 + C  
13 218810200 - D  
13 218810300 + C  
13 218810300 - D  
13 218810400 + C  
13 218810400 - D  
13 899250103 + SC  
13 218952500 + C  
13 218952500 - D  
13 899250105 + SC  
13 237210317 + SC  
13 237210313 + SC  
13 237110317 + SC  
13 237110313 + SC  
13 218910301 + SC  
13 218910303 + SC  
13 218820300 + C  
13 218820300 - D

08.1.06.05.00.00 (-) PAGAMENTOS CONSIGNACOES

12 899250101 - SC  
12 899250102 - SC

08.1.06.07.00.00 (-) PAGAMENTOS - DEP. DIVERSAS ORIGENS

12 899250103 - SC  
12 899250105 - SC

08.1.06.08.00.00 (-) BAIXAS - CONSIGNACOES

13 499910210 - SC  
13 237210306 - SC  
13 237110306 - SC  
13 237130306 - SC  
13 237150306 - SC



13 237230306 - SC  
13 237250306 - SC

08.1.06.09.00.00 (-) BAIXAS - DEP. DIV. ORIGENS

13 237210317 - SC  
13 237210313 - SC  
13 237110317 - SC  
13 237110313 - SC

08.1.06.10.00.00 (=) SALDO FINAL - CONSIGNACOES

13 218810100 + SC  
13 218830200 + SC  
13 218840200 + SC  
13 218850200 + SC  
13 218820400 + SC

08.1.06.11.00.00 (=) SALDO FINAL - DEP. DIVERSAS ORIGENS

13 218810200 + SC  
13 218810300 + SC  
13 218810400 + SC  
13 218952500 + SC  
13 218910301 + SC  
13 218910303 + SC  
13 218820300 + SC

08.1.08.00.00.00 TOTAL DA DIVIDA FLUTUANTE

08.1.08.01.00.00 SALDO INICIAL - DDF

00 213110200 + SC  
00 214210200 + SC  
00 212510200 + SC  
00 211110400 + SC  
00 218800000 + SC  
00 213110400 + SC  
00 218910101 + SC  
00 218910102 + SC  
00 218910105 + SC  
00 211120201 + SC  
00 211420200 + SC  
00 211110201 + SC  
00 211110202 + SC  
00 213110211 - SC  
00 211410201 + SC  
00 211410202 + SC  
00 214210203 - SC  
00 211120202 + SC  
00 211420211 - SC  
00 218952500 + SC  
00 213120200 + SC  
00 213120211 - SC  
00 211150201 + SC  
00 218910104 + SC  
00 213120100 + SC  
00 211150202 + SC



00 211130201 + SC  
00 211130202 + SC  
00 211140201 + SC  
00 211140202 + SC  
00 214220200 + SC  
00 211410207 + SC  
00 211410208 + SC  
00 211430201 + SC  
00 213150201 + SC  
00 214130201 + SC  
00 214350201 + SC  
00 213110221 - SC  
00 631110101 + SC  
00 218920309 + SC  
00 218820100 - SC

08.1.08.02.00.00 (+) INSCRICOES - DDF

12 899210100 + SC  
12 899250100 + SC  
13 218810000 + SC  
00 218810000 - SC  
12 218910100 - D  
12 218910100 + C  
13 499910210 + SC  
13 218952500 + C  
13 218952500 - D  
13 899220207 + SC  
13 237210306 + SC  
13 237210317 + SC  
13 237210313 + SC  
13 218830000 + SC  
00 218830000 - SC  
13 218840000 + SC  
00 218840000 - SC  
13 218850000 + SC  
00 218850000 - SC  
13 631110101 - SC  
13 237110317 + SC  
13 237110313 + SC  
13 218820000 + SC  
00 218820000 - SC  
13 218820100 - SC  
00 218820100 + SC  
13 218910301 + SC  
13 218910303 + SC  
13 237110306 + SC  
13 237130306 + SC  
13 237150306 + SC  
13 237230306 + SC  
13 237250306 + SC

08.1.08.03.00.00 (-) PAGAMENTOS

12 899240000 - SC  
12 899250100 - SC



08.1.08.04.00.00 (-) BAIXAS\_ - DDF

12 532120100 - SC  
13 499910201 - SC  
13 499910202 - SC  
13 444010201 - SC  
13 499910203 - SC  
13 499910204 - SC  
13 499910206 - SC  
13 499910210 - SC  
13 237210302 - SC  
13 237210303 - SC  
13 237210319 - SC  
13 237220303 - SC  
13 237220302 - SC  
13 237210306 - SC  
13 237210317 - SC  
13 237210313 - SC  
13 237110303 - SC  
13 237120303 - SC  
12 631910101 - SC  
13 237130303 - SC  
13 218920309 - D  
13 237230303 - SC  
13 237240303 - SC  
13 237250303 - SC  
13 237140303 - SC  
13 237150303 - SC  
13 237110313 - SC  
13 237110317 - SC  
13 237110319 - SC  
13 237110306 - SC  
13 237130306 - SC  
13 237150306 - SC  
13 237230306 - SC  
13 237250306 - SC  
13 237110341 - SC  
13 237210341 - SC  
13 499920201 - SC  
13 499920202 - SC

08.1.08.05.00.00 (=) SALDO FINAL - DDF

13 899210101 + SC  
13 899210102 + SC  
13 899210108 + SC  
13 899210103 + SC  
13 899210104 + SC  
13 899210105 + SC  
13 899220200 + SC  
13 899220300 + SC  
13 899220401 + SC  
13 899220402 + SC  
13 899220403 + SC  
13 899210204 + SC



13 899210201 + SC  
13 899210202 + SC  
13 899210203 + SC  
13 899210206 + SC  
13 899210207 + SC  
13 899210210 + SC  
13 899210211 + SC  
13 899210212 + SC  
13 218910301 + SC  
13 218910303 + SC  
13 899210106 + SC

09 BALANCO PATRIMONIAL LEI 6404

09.1.00.00.00.00 ATIVO

09.1.01.00.00.00 ATIVO CIRCULANTE

09.1.01.01.00.00 DISPONIVEL

09.1.01.01.01.00 CAIXA

14 111110100 + S

09.1.01.01.02.00 BANCOS CONTA MOVIMENTO

14 111110300 + SD

14 111110200 + SD

14 111110200 - SC

09.1.01.01.03.00 REDE ARRECADADORA

14 111110600 + SD

14 111110700 + SD

09.1.01.01.04.00 APLICACOES FINANCEIRAS

14 111110400 + SD

09.1.01.01.05.00 DEPOSITOS A DISPOSICAO EM ENTID. ESTADUAIS

14 111110801 + SD

09.1.01.01.06.00 DEPOSITOS A DISPOSICAO NO TESOIRO ESTADUAL

14 111120102 + SD

09.1.01.01.07.00 FUNDOS DE INVESTIMENTO

14 111110501 + SD

09.1.01.01.08.00 RECURSOS CUTE POR PROGRAMACAO FINANCEIRA

14 111120103 + S

09.1.01.01.09.00 DEPOSITOS A DISP. JUDICIARIO-PGT° PRECATORI

14 111110900 + S

09.1.01.02.00.00 REALIZAVEL

09.1.01.02.01.00 CREDITOS A RECEBER



09.1.01.02.01.01 FATURAS E DUPLICATAS A RECEBER  
14 112110101 + SD  
14 112110102 + SD  
14 112110103 + SD  
14 113810118 + SD  
14 112110105 + SD  
14 112110106 + SD  
14 113310104 + SD  
14 113310105 + SD  
14 113320000 + SD  
14 113810131 + SD

09.1.01.02.01.02 (-) DUPLICATAS DESCONTADAS

09.1.01.02.01.03 (-) PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS  
14 112910101 - SC

09.1.01.02.01.04 (-) ARRECADACAO A FATURAR

09.1.01.02.01.05 (-) AJUSTES PARA PERDAS DE CREDITOS

09.1.01.02.01.06 (-) CREDITOS RECEBIDOS A IDENTIFICAR

09.1.01.02.02.00 OUTROS CREDITOS A RECEBER

09.1.01.02.02.01 CREDITOS TRIBUTARIOS  
14 112200000 + SD  
14 112300000 + SD  
14 112400000 + SD  
14 112910105 - SC  
14 112110104 + SD  
14 112500000 + SD

09.1.01.02.02.02 IMPOSTOS A RECUPERAR  
14 113210100 + SD  
14 113220100 + SD  
14 113230100 + SD

09.1.01.02.02.03 CREDITOS DIVERSOS A RECEBER  
14 113810199 + SD  
14 113810122 + SD  
14 113810121 + SD  
14 113810123 + SD  
14 112610101 + SD  
14 113810102 + SD  
14 113810103 + SD  
14 113810104 + SD  
14 113810105 + SD  
14 113810106 + SD  
14 113810107 + SD  
14 113810108 + SD  
14 113810110 + SD  
14 113810111 + SD  
14 113810112 + SD



14 113810114 + SD  
14 113810115 + SD  
14 113810116 + SD  
14 113810113 + SD  
14 113810109 + SD  
14 112610201 + SD  
14 112610301 + SD  
14 112610303 - SC  
14 112610304 - SC  
14 112610305 + SD  
14 113810101 + SD  
14 113810120 + SD  
14 113810124 + SD  
14 113810125 + SD  
14 112150200 + SD  
14 113810127 + SD  
14 113810126 + SD  
14 112130200 + SD  
14 112140200 + SD  
14 113810130 + SD  
14 113840100 + SD  
14 113810129 + SD  
14 113850000 + SD  
14 112910106 - SC

09.1.01.02.02.04 (-) PROVISAO PARA CREDITOS DUVIDOSOS  
14 113910199 - SC

09.1.01.02.02.05 CREDITOS A RECEBER PELA COMPENSACAO BERJ  
14 113820102 + SD  
14 113820103 + SD

09.1.01.02.02.06 CONTRIBUICAO PATRONAL A RECEBER  
14 113810117 + SD

09.1.01.02.02.07 CREDITOS INTRA-ORCAMENTARIOS A RECEBER  
14 112120000 + SD

09.1.01.02.02.08 CONCESSOES A RECEBER  
13 113310101 + SD  
13 113310103 + SD

09.1.01.02.02.09 OUTORGAS A RECEBER  
13 113310102 + SD

09.1.01.02.02.10 DIVERSOS RESPONSAVEIS  
14 113400000 + SD

09.1.01.02.03.00 CREDITOS DE FUNCIONARIOS

09.1.01.02.03.01 ADIANTAMENTO DE SALARIOS  
14 113110101 + SD

09.1.01.02.03.02 ADIANTAMENTO DE 13. SALARIO





14 113110102 + SD

09.1.01.02.03.03 ADIANTAMENTO DE FERIAS

14 113110103 + SD

09.1.01.02.03.04 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

14 113110104 + SD

14 113110200 + SD

09.1.01.02.03.05 OUTROS ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

14 113110199 + SD

09.1.01.02.04.00 DEPOSITOS REALIZAVEIS

09.1.01.02.04.01 DEPOSITOS E CAUCOES

14 113510101 + SD

14 113510105 + SD

09.1.01.02.04.02 DEPOSITOS JUDICIAIS

14 113510102 + SD

14 113510107 + SD

09.1.01.02.04.03 BLOQUEIOS BANCARIOS

14 113510104 + SD

14 113510106 + SD

09.1.01.02.04.04 OUTROS DEPOSITOS

14 113510103 + SD

14 113510199 + SD

14 113520105 + SD

09.1.01.02.05.00 CREDITOS INTRAGOVERNAMENTAIS

09.1.01.02.05.01 ADIANTAMENTOS A ORGAOS E ENTIDADES ESTADUAIS

14 111120101 + SD

09.1.01.02.05.02 CREDITOS DE ORGAOS E ENTIDADES ESTADUAIS

14 113820105 + SD

09.1.01.02.05.03 CREDITOS A RECEBER ORIUNDOS DO FDP

14 113820101 + SD

09.1.01.02.05.04 FUNDO ESPECIAL DE ADM. FAZENDARIA - FAF

14 113820104 + SD

09.1.01.02.05.05 VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS

14 113810200 + S

09.1.01.02.05.06 RESSARCIMENTO DE ROYALTIES - RIOPREVIDENCIA

14 113820109 + SD

09.1.01.02.05.07 ADIANTAMENTO P/TRANSFER.VOLUNTARIAS

14 113820110 + SD



09.1.01.02.05.08 CRED.A RECEB.P/COMPENSACAO PASSIVO AMBIENTAL  
14 113820107 + SD

09.1.01.02.06.00 ESTOQUES

09.1.01.02.06.01 PRODUTOS ACABADOS

14 115210000 + SD

14 115100000 + SD

09.1.01.02.06.02 PRODUTOS EM PROCESSO

14 115310000 + SD

09.1.01.02.06.03 ESTOQUES DE IMOVEIS

14 115810101 + SD

09.1.01.02.06.04 OUTROS ESTOQUES

14 115810102 + SD

14 115810103 + SD

14 115810105 + SD

14 115810190 + SD

09.1.01.02.06.05 MATERIAIS

14 115410000 + SD

14 115500000 + SD

09.1.01.02.06.06 ALMOXARIFADOS

14 115610101 + SD

14 115610201 + SD

14 115610202 + SD

14 115610203 + SD

14 115610204 + SD

14 115610205 + SD

14 115610206 + SD

14 115610207 + SD

14 115610208 + SD

14 115610209 + SD

14 115610210 + SD

14 115610211 + SD

14 115610212 + SD

14 115610213 + SD

14 115610214 + SD

14 115610215 + SD

14 115610216 + SD

14 115610217 + SD

14 115610218 + SD

14 115810104 + SD

14 115610219 + SD

14 115610220 + SD

14 115810107 + SD

14 115610221 + SD

14 115610222 + SD

09.1.01.02.06.07 IMPORTACOES EM ANDAMENTO

14 115810106 + SD



09.1.01.02.07.00 ALIENACAO DE TITULOS

09.1.01.02.07.01 TITULOS E VALORES

14 114110100 + SD

09.1.01.02.08.00 DESPESAS ANTECIPADAS

09.1.01.02.08.01 DESPESAS ANTECIPADAS

14 119710102 + SD

14 119710101 + SD

14 119110101 + SD

14 119310101 + SD

14 119610101 + SD

14 119810199 + SD

14 119820100 + SD

09.1.01.02.09.00 INVESTIMENTOS EM REG. PROPRIOS DE PREVIDENCIA

09.1.01.02.09.01 SEGMENTOS DE RENDA VARIAVEL

14 114110201 + SD

09.1.01.02.09.02 SEGMENTO DE IMOVEIS

14 114110202 + SD

14 114110203 + SD

14 114110204 + SD

09.1.01.02.09.03 (-) PROVISAO PARA PERDAS

09.1.02.00.00.00 ATIVO NAO CIRCULANTE

09.1.02.02.00.00 REALIZAVEL A LONGO PRAZO

09.1.02.02.01.00 DEPOSITOS COMPULSORIOS

14 121210601 + SD

14 121210602 + SD

14 121210603 + SD

09.1.02.02.02.00 RECURSOS VINCULADOS

14 121210604 + SD

14 121210605 + SD

14 121210606 + SD

14 121210607 + SD

14 121210608 + SD

09.1.02.02.03.00 DIVIDA ATIVA

14 121110501 + SD

14 121110400 + SD

14 121119901 - SC

14 121110204 + SD

14 121119902 - SC

14 121110502 + SD

14 121110592 - SC

14 121119903 - SC



09.1.02.02.04.00 EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS  
14 121110300 + SD

09.1.02.02.05.00 FINANCIAMENTOS IMOBILIARIOS

09.1.02.02.06.00 CREDITOS DIVERSOS A RECEBER

14 121210301 + SD

14 121219801 + SD

14 121219807 + SD

14 121219808 + SD

14 121219899 + SD

14 121219809 + SD

14 121419801 + SD

14 121219810 + SD

14 121110100 + SD

14 121210302 + SD

14 121210398 - SC

09.1.02.02.07.00 RECURSOS A RECEBER DO ESTADO

14 121219803 + SD

14 121219804 + SD

14 121219805 + SD

09.1.02.02.08.00 CREDITOS PELA ASSUNCAO DE DIVIDAS

14 121219806 + SD

14 121229801 + SD

09.1.02.02.09.00 OUTROS CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO

09.1.02.02.10.00 DIVERSOS RESPONSAVEIS

09.1.02.02.11.00 INVESTIMENTOS EM REGIME DE EXECUCAO ESPECIAL

09.1.02.02.12.00 FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

14 121110508 + SD

09.1.02.03.00.00 INVESTIMENTOS

09.1.02.03.01.00 PARTICIPACOES SOCIETARIAS

14 122110100 + SD

09.1.02.03.02.00 PARTICIPACOES EM FUNDOS E CONDOMINIOS

14 122110300 + SD

09.1.02.03.03.00 OUTROS INVESTIMENTOS PERMANENTES

14 122210101 + SD

14 122210102 + SD

14 122210103 + SD

14 122710101 + SD

14 122710102 + SD

14 122710103 + SD

14 122710104 + SD

14 122710105 + SD



14 122710106 + SD

09.1.02.03.04.00 INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO  
14 122300000 + SD

09.1.02.03.05.00 (-) PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS  
14 122710199 - SC

09.1.02.04.00.00 IMOBILIZADO

09.1.02.04.01.00 BENS IMOVEIS  
14 123210000 + SD

09.1.02.04.02.00 (-) DEPRECIACAO ACUMULADA - IMOVEIS  
14 123810101 - SC  
14 123810102 - SC

09.1.02.04.03.00 BENS MOVEIS  
14 123110100 + SD  
14 123110200 + SD  
14 123110300 + SD  
14 123110500 + SD

09.1.02.04.04.00 (-) DEPRECIACAO ACUMULADA - MOVEIS  
14 123810103 - SC  
14 123810106 - SC

09.1.02.04.05.00 IMOBILIZACOES EM ANDAMENTO  
14 123110400 + SD

09.1.02.05.00.00 BENS INTANGIVEIS

09.1.02.05.01.00 MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS  
14 124210103 + SD

09.1.02.05.02.00 DIREITOS SOBRE RECURSOS NATURAIS

09.1.02.05.03.00 SOFTWARE  
14 124110101 + SD

09.1.02.05.04.00 DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS  
14 124210102 + SD

09.1.02.05.05.00 DIREITO DE USO E CONCESSOES  
14 124210101 + SD

09.1.02.05.06.00 PRODUTOS DESENVOLVIDOS  
14 124210104 + SD

09.1.02.05.07.00 OUTROS BENS INTANGIVEIS

09.1.02.05.08.00 (-) AMORTIZACAO DE INTANGIVEL  
14 124810101 - SC  
14 124810202 - SC



09.1.02.06.00.00 DIFERIDO

09.1.02.06.01.00 DESPESAS PRE-OPERACIONAIS

09.1.02.06.02.00 (-) AMORTIZAÇÕES

09.1.03.00.00.00 ATIVO PERMANENTE

09.1.03.01.00.00 INVESTIMENTOS

09.1.03.02.00.00 IMOBILIZADO

09.1.03.03.00.00 BENS INTANGIVEIS

09.1.03.04.00.00 DIFERIDO

09.2.00.00.00.00 PASSIVO

09.2.01.00.00.00 PASSIVO CIRCULANTE

09.2.01.01.00.00 FORNCEDORES E CREDORES

14 218810122 + SC

14 218810123 + SC

14 218810124 + SC

14 218810125 + SC

14 213110400 + SC

14 213130000 + SC

14 218810126 + SC

14 218810127 + SC

14 218810128 + SC

14 218810129 + SC

14 218810130 + SC

14 218810197 + SC

14 218810198 + SC

14 218810199 + SC

14 213110500 + SC

14 218910914 + SC

14 218910915 + SC

14 213110100 + SC

14 213110200 + SC

14 213110300 + SC

14 213120000 + SC

14 212510101 + SC

14 212610101 + SC

14 218952500 + SC

14 218950201 + SC

14 213140000 + SC

14 213150000 + SC

14 218810119 + SC

14 213110802 + SC

09.2.01.02.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

14 211400000 + SC



14 218810104 + SC  
14 218810105 + SC  
14 218810106 + SC  
14 218810107 + SC  
14 218810108 + SC  
14 211110401 + SC  
14 211110402 + SC  
14 211110403 + SC  
14 211110600 + SC  
14 211110700 + SC  
14 211110103 - SC  
14 211110104 - SC  
14 211430120 - SC  
14 211430130 - SC  
14 211430150 - SC  
14 211430160 - SC  
14 211420170 - SC  
14 211110100 + SC  
14 211110300 + SC  
14 211120100 + SC  
14 211120200 + SC  
14 211110200 + SC  
14 218810131 + SC  
14 218810132 + SC  
14 211130000 + SC  
14 211140000 + SC  
14 211150000 + SC  
14 211110803 + SC

09.2.01.03.00.00 IMPOSTOS E CONTRIBUICOES DIVERSAS

14 218810120 + SC  
14 214100000 + SC  
14 214130300 - SC  
14 218810111 + SC  
14 214210200 + SC  
14 218810121 + SC  
14 214220100 + SC  
14 214350000 + SC  
14 214220400 + SC  
14 218830200 + SC  
14 218840200 + SC  
14 214220200 + SC

09.2.01.04.00.00 PROVISOES SOCIAIS E TRABALHISTAS

14 211110103 + SC  
14 211110104 + SC  
14 217910101 + SC  
14 217910102 + SC  
14 217910103 + SC  
14 217910105 + SC  
14 217110101 + SC  
14 217110102 + SC  
14 211430120 + SC  
14 211430130 + SC



14 211430150 + SC  
14 211430160 + SC  
14 211420170 + SC

09.2.01.05.00.00 OUTRAS PROVISÕES

14 217410101 + SC  
14 217310101 + SC  
14 217310102 + SC  
14 217310103 + SC  
14 217310104 + SC  
14 217310105 + SC  
14 217310106 + SC  
14 217910104 + SC  
14 217910199 + SC

09.2.01.06.00.00 EMPRESTIMOS EM MOEDA NACIONAL

14 212510201 + SC  
14 212310102 + SC  
14 212110101 + SC  
14 212210102 + SC  
14 212210101 + SC  
14 212310101 + SC  
14 212130101 + SC  
14 212830301 - SD  
14 212530301 + SC  
14 212910301 - SD  
14 212610301 + SC

09.2.01.07.00.00 EMPRESTIMOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

14 212510202 + SC

09.2.01.08.00.00 OBRIGACOES INTRAGOVERNAMENTAIS

14 218920301 + SC  
14 218920302 + SC  
14 218920303 + SC  
14 218920304 + SC  
14 218920305 + SC  
14 218920306 + SC  
14 218920307 + SC  
14 218920308 + SC  
14 218920309 + SC

09.2.01.09.00.00 OBRIGACOES SOCIAIS E FISCAIS

14 212330200 + SC  
14 212330100 + SC

09.2.01.10.00.00 OBRIGACOES CONTRATUAIS

14 218910910 + SC  
14 218910911 + SC  
14 218910912 + SC  
14 218910913 + SC  
14 218930101 + SC  
14 218930200 + SC  
14 218920400 + SC





09.2.01.11.00.00 OBRIGACOES POR FUNDOS DE INVESTIMENTOS  
14 218910500 + SC

09.2.01.12.00.00 OUTRAS OBRIGACOES  
14 218910916 + SC  
14 218940201 + SC

09.2.01.13.00.00 CREDITOS DE TERCEIROS  
14 218910101 + SC  
14 218910102 + SC  
14 218910104 + SC  
14 218910105 + SC  
14 218810200 + SC  
14 218810300 + SC  
14 218810400 + SC  
14 218910917 + SC  
14 218910907 + SC  
14 218910908 + SC  
14 218910909 + SC  
14 218820100 + SC  
14 218910600 + SC  
14 218910918 + SC  
14 218910919 + SC  
14 218910920 + SC  
14 218910906 + SC  
14 218820200 + SC  
14 218830100 + SC  
14 218850000 + SC  
14 218820400 + SC  
14 218820300 + SC

09.2.01.14.00.00 VALORES PENDENTES  
14 218110101 + SC  
14 218910300 + SC  
14 218910400 + SC  
14 218920100 + SC

09.2.01.15.00.00 OBRIGACOES TRIBUTARIAS A COMPENSAR  
14 214130300 + SC

09.2.01.16.00.00 DIVIDENDOS A DISTRIBUIR  
14 218500000 + SC

09.2.02.00.00.00 PASSIVO NAO CIRCULANTE

09.2.02.01.00.00 EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

09.2.02.01.01.00 EMPRESTIMOS EM MOEDA NACIONAL  
14 222110100 + SC  
14 222530301 + SC  
14 222830301 - SD  
14 222910301 - SD  
14 222610301 + SC



14 222110900 + SC

14 222230100 + SC

09.2.02.01.02.00 EMPRESTIMOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

14 222210101 + SC

14 222210102 + SC

14 222310102 + SC

09.2.02.01.03.00 OUTRAS OBRIGACOES

14 228919000 + SC

14 228930101 + SC

14 222130101 + SC

14 222329901 + SC

14 222330200 + SC

14 224110100 + SC

14 228920100 + SC

14 228919900 + SC

09.2.02.02.00.00 REGIME ESPECIAL - PRECATORIOS

09.2.02.02.01.00 PRECATORIOS TJ - PESSOAL

14 221110201 + SC

14 221110202 - SD

09.2.02.02.03.00 PRECATORIOS TJ - FORNECEDORES E CREDITORES

14 223110301 + SC

14 223110303 - SD

09.2.02.02.05.00 PRECATORIOS TRT - PESSOAL

14 221110301 + SC

09.2.02.02.07.00 PRECATORIOS TRT - ATUALIZACAO MONETARIA

14 221110302 + SC

09.2.02.02.08.00 PRECATORIOS TRF - PESSOAL

14 221110401 + SC

09.2.02.02.09.00 PRECATORIOS TRF - FORNECEDORES E CREDITORES

14 223110302 + SC

09.2.02.02.10.00 OUTRAS SENTENCAS-FORNECEDORES E CREDITORES

14 223110309 + SC

09.2.02.03.00.00 PROVISOES DE LONGO PRAZO

09.2.02.03.01.00 PROVISOES MATEMATICAS E PREVIDENCIARIAS

14 227210100 + SC

14 227210200 - SD

14 227210300 - SD

14 227210400 + SC

14 227210500 - SD

14 227210600 - SD

14 227210700 + SC

14 227210801 + SC



---

14 227210900 + SC  
14 227211000 + SC  
14 227211100 - SD  
14 227211200 + SC

09.2.02.03.02.00 PROVISÕES SOCIAIS E FISCAIS  
14 227110101 + SC  
14 227110102 + SC  
14 227110103 + SC  
14 227310101 + SC  
14 227310102 + SC  
14 227410101 + SC  
14 227910101 + SC  
14 227910102 + SC  
14 227310103 + SC

09.2.02.03.03.00 RECEITAS DIFERIDAS  
14 229000000 + SC

09.2.03.00.00.00 RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

09.2.03.01.00.00 RECEITAS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

09.2.03.02.00.00 CUSTOS E DESPESAS REF. A RECEITAS

09.2.04.00.00.00 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

09.2.04.01.00.00 CAPITAL SOCIAL

09.2.04.01.01.00 CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO  
14 231210101 + SC

09.2.04.01.02.00 (-) CAPITAL A REALIZAR  
14 231210102 - SD

09.2.04.02.00.00 RESERVAS DE CAPITAL

09.2.04.02.01.00 CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL  
14 233410101 + SC

09.2.04.02.02.00 ALIENAÇÃO DE PARTES BENEFICIARIAS  
14 233210101 + SC

09.2.04.02.03.00 ALIENAÇÃO DE BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO  
14 233310101 + SC

09.2.04.02.04.00 DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS  
14 233910101 + SC  
14 233910102 + SC  
14 233910103 + SC

09.2.04.02.05.00 AGIO NA EMISSÃO DE AÇÕES  
14 233910104 + SC



09.2.04.02.06.00 PREMIO NA EMISSAO DE DEBENTURES  
14 233910105 + SC

09.2.04.02.07.00 OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL  
14 233910200 + SC

09.2.04.03.00.00 RESERVAS DE REAVALIACÃO

09.2.04.03.01.00 REAVALIACAO DE BENS MOVEIS E IMOVEIS  
14 236110101 + SC  
14 236110102 + SC

09.2.04.03.02.00 (-) IMPOSTO DE RENDA S/REAVALIACAO  
14 236110103 - SD

09.2.04.03.03.00 (-) C.S.S.L.S/REAVALIACAO  
14 236110104 - SD

09.2.04.03.04.00 OUTRAS RESERVAS DE REAVALIACAO  
14 236110199 + SC

09.2.04.04.00.00 RESERVAS DE LUCROS

09.2.04.04.01.00 RESERVA LEGAL  
14 235110101 + SC

09.2.04.04.02.00 RESERVAS ESTATUTARIAS  
14 235210101 + SC

09.2.04.04.03.00 RESERVAS PARA CONTINGENCIAS  
14 235310103 + SC

09.2.04.04.04.00 RESERVAS DE LUCROS A REALIZAR  
14 235610101 + SC

09.2.04.04.05.00 RESERVAS DE RETENCAO DE LUCRO

09.2.04.04.06.00 OUTRAS RESERVAS DE LUCROS  
14 235910101 + SC

09.2.04.04.07.00 RESERVAS DE INCENTIVOS FISCAIS  
14 235410101 + SC

09.2.04.05.00.00 AÇÕES EM TESOURARIA

09.2.04.05.01.00 ACOES EM TESOURARIA

09.2.04.06.00.00 PREJUIZOS ACUMULADOS

09.2.04.06.01.00 RESULTADOS ACUMULADOS  
14 231110101 + SC  
14 231110101 - SD  
14 237210101 + SC  
14 237210101 - SD



14 237210300 + SC  
14 237210300 - SD  
14 237220300 + SC  
14 237220300 - SD  
14 237230300 - SD  
14 237230300 + SC  
14 237250300 - SD  
14 237250300 + SC  
14 237110101 + SC  
14 237110101 - SD

09.2.04.06.02.00 RESULTADO DO EXERCICIO

14 231110102 + SC  
14 231110102 - SD  
14 400000000 + SC  
14 300000000 - SD  
14 237210102 + SC  
14 237210102 - SD  
14 237110102 + SC  
14 237110102 - SD

09.2.04.06.03.00 AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES

14 237110300 + SC  
14 237110300 - SD  
14 237120300 + SC  
14 237120300 - SD  
14 237130300 + SC  
14 237130300 - SD  
14 237140300 + SC  
14 237140300 - SD  
14 237150300 + SC  
14 237150300 - SD  
14 237240300 + SC  
14 237240300 - SD

09.2.04.07.00.00 AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

09.2.04.07.01.00 AVALIAÇÃO DE ATIVOS AO VALOR JUSTO

14 234110101 + SC

09.2.04.07.02.00 (-) I.R. S/AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

14 234110102 - SD

09.2.04.07.03.00 C.S.L.L. S/AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

14 234110103 - SD